

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado em Educação

Raiza Dias de Almeida

**EDUCAÇÃO DO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS E PRÁTICAS EDUCATIVAS:
uma análise da política de educação do campo em Miradouro - MG**

Juiz de Fora

2016

Raiza Dias de Almeida

**EDUCAÇÃO DO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS E PRÁTICAS EDUCATIVAS:
uma análise da política de educação do campo em Miradouro - MG**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, área de concentração Gestão, Políticas Públicas e Avaliação Educacional como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Dileno Dustan Lucas de Souza

Juiz de Fora

2016

Raiza Dias de Almeida

**EDUCAÇÃO DO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS E PRÁTICAS EDUCATIVAS:
uma análise da política de educação do campo em Miradouro - MG**

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela seguinte banca examinadora:

Dr. Dileno Dustan Lucas de Souza (orientador)
Programa de Pós-Graduação em Educação - UFJF

Dr. André Silva Martins
Programa de Pós-Graduação em Educação - UFJF

Dr^a Graciele Fernandes Ferreira Mattos
Rede Municipal de Educação de Juiz de Fora - PJF

Dr^a Simone da Silva Ribeiro
Colégio de Aplicação João XXIII-UFJF

Juiz de Fora, 06 de Junho de 2016

Aos meus pais Fátima e Sebastião pelo incentivo e amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Chegar aqui não foi fácil! Um misto de sentimentos, muita emoção! Trabalho árduo, prazeroso e, ao mesmo tempo, cansativo e desafiante. O trabalho da escrita, da reescrita, o contato com as pessoas entrevistadas, as descobertas, as leituras, a reflexão, conseguir incorporar os referenciais teóricos, as idas à Miradouro, enfim todo esse processo me enriqueceu enquanto pessoa e pesquisadora. Amadureci e cresci!

Para a efetivação dessa conquista gostaria de agradecer primeiramente a Deus por ter me proporcionado sabedoria para trilhar esse percurso, por ter acalmado meu coração nos momentos de angústia e desespero.

Agradeço, em especial, aos meus pais Fátima e Sebastião, minha base, meus exemplos, minha inspiração. Obrigada pelo incentivo, pela torcida, por acreditarem em mim, pelas orações, pelo abraço apertado, pelo colo e palavras de conforto. Obrigada por compreenderem a minha ausência e a falta de tempo para vocês. Vocês são a minha estrutura, sem vocês nada disso seria possível. Dedico essa vitória a vocês! Agradeço também o meu irmão, Raoni, que mesmo de longe sempre acompanhou a minha trajetória e comemorou comigo as minhas conquistas.

Agradeço ao meu marido, Walmir, por ter acompanhado de perto e ter participado de todo esse meu percurso, por estar sempre ao meu lado, por ter me ajudado, por sempre me parabenizar, por dizer que me admira e tem orgulho da minha dedicação, estudo e comprometimento. Obrigada por escutar os meus desabafos, por ter aguentado os meus estresses, a falta de tempo, por me acompanhar à Miradouro, por me ajudar nas transcrições, por mergulhar comigo na minha pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer ao meu querido orientador, Dileno, por essa conquista. Muito obrigada por todos os ensinamentos, pelos momentos de orientação, pelos momentos de descontração, por ter entrado na minha vida não só como orientador, mas como um grande amigo. Dileno, pessoa simples, de coração gigante e que está sempre disposto a ajudar. Obrigada por rir dos meus momentos de desespero e ansiedade! Você me ensinou a tornar a caminhada mais “leve”.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa TRAME pelo apoio, pelos momentos de reflexão e trocas de conhecimento. Agradeço, em especial, à minha amiga Simone Almeida. Fomos pilares uma da outra. O mestrado nos uniu e a nossa amizade foi para além dele. “Pessoa”, obrigada por ter feito parte desse momento tão importante! E que venham as comemorações e demais momentos! Agradeço também ao Guilherme pela leitura atenta, ajuda na revisão,

formatação e ajustes finais. E também por me fazer acreditar e confiar na produção do meu material.

Agradeço à banca, André Martins, Graciele Fernandes e Simone Ribeiro. Obrigada pelo conhecimento compartilhado, pelas dicas e orientações. Vocês foram essenciais para o meu crescimento enquanto estudiosa e pesquisadora.

Agradeço à minha família, tios, tias, primos e primas, em especial, a minha querida e amada tia Leila, que menciona com orgulho que fui a única sobrinha a seguir seu caminho. Tia Leila, você é o meu grande exemplo de profissional dedicada e que ama a profissão. Obrigada, tia, por incentivar e acreditar em mim! Sim, amo o que faço, foi uma escolha e não falta de opção.

Não poderia deixar de agradecer as minhas amigas Maiara, Raisa, Marlyse e Celiane! Obrigada pela torcida! Consegui! Agora sim podemos marcar nossos encontros!

Dedico esta vitória aos meus queridos alunos, obrigada pelo sorriso ao chegar às salas, por conseguirem me fazer parar de pensar na minha dissertação, por me distraírem e por me darem mais fôlego e renovarem as minhas inspirações para a retomada da escrita e reflexões.

Agradeço à direção das escolas trabalhadas pela liberação para apresentação de trabalhos, para as aulas, para a qualificação, para as idas à Miradouro e para a defesa. Obrigada por compreenderem a importância disso tudo para mim.

Agradeço aos entrevistados, pela receptividade, pelas conversas e pela confiança. Sem vocês este trabalho não seria possível.

Obrigada a todos que torceram por mim!

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivos analisar a participação dos Movimentos Sociais, especificamente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Miradouro, na implementação da Educação do Campo para as escolas da Rede Pública do Município e nos processos subsequentes de construção da Educação do Campo. A pesquisa se enquadra como um estudo de caso, por se tratar especificamente do Município de Miradouro, caracterizada como uma pesquisa qualitativa, na qual usamos entrevistas do tipo semiestruturada e observações à luz do materialismo histórico dialético. Utilizamos também referências bibliográficas e documentais para o levantamento teórico. Para tanto, o trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo explicita a concepção teórico-metodológica que sustenta a pesquisa e os caminhos metodológicos e os métodos que foram utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. O capítulo dois contempla as discussões de âmbito macro, a fim de contextualizar o objeto de pesquisa. Assim, utilizamos das formulações de Gramsci para compreender o conceito de Estado, bem como evidenciar a influência dos modos de produção capitalista na formação/constituição do histórico dos movimentos sociais e na sua atual configuração. O capítulo três aborda as discussões sobre Movimentos Sociais, Educação do Campo e Movimentos Sociais do Campo, de maneira a elucidar o histórico, especificidade e a importância dos mesmos. O capítulo quatro aponta as características do município de Miradouro bem como apresentar a análise das entrevistas realizadas a fim de compreender os Movimentos Sociais de Miradouro na perspectiva da Educação do Campo para as escolas públicas do município. Por fim, no último capítulo tecemos as considerações finais, nas quais concluímos o objetivo dessa dissertação. Nesse sentido, foi possível constatar que o histórico de luta pela Educação do Campo no município sofreu alterações em seu percurso. A participação do STR foi de suma importância para a construção de uma concepção de educação do campo valorativa. Contudo, constatamos que, ao longo dessa jornada, essa participação se desvinculou de um propósito de luta coletiva. De tal modo, entendemos que essa dissertação teve, além do compromisso científico, o objetivo de contribuir para o conhecimento dessa realidade e, ao mesmo tempo, tentar transformá-la com as constatações, aqui, feitas.

Palavras-Chave: Educação do Campo. Movimentos Sociais. Sindicato dos Trabalhadores Rurais

ABSTRACT

This dissertation had as its goals to analyze how the participation of the Social Movements occurred materialized by the Rural Workers Union of Miradouro at the time of the implementation of the Field Education to the public network of schools in the county and what has been the role played by the same Movements in the perspective of Field Education. In order to do so, the dissertation is divided in five chapters. The first chapter enlightens about the methodology that will be developed in the research, thereby the historical- dialectical materialism was used. The research is framed as a case study, because deals specifically with the Miradouro country, being characterized as a qualitative research, in which we used semi structured interviews and observations. We also used bibliographic and documental references for the theoretical gendering of information. Chapter two contemplates the discussion in the macro context, seeking to contextualize the research object. Therefore, we used Gramsci's formulations to comprehend the concept of State, as well as highlight the influences of the capitalist ways of production in the formation/constitution of the social movements history and its current configuration. Chapter three addresses the discussions about Social Movements, Field Education and Rural Social Movements, in order to clarify the history, specificity and the importance of the three topics of study mentioned above. Chapter four will elaborate on the characteristics of the county of Miradouro as well as expose an analyses of the interviews taken seeking to understand the Social Movements of Miradouro in the perspective of Field Education to the public schools of the county. At last, the last chapter brings the final considerations, in wich we can conclude this dissertations goals. In this sense, we could see that the historical struggle for rural education in the city has changed in its path. STR participation was extremely important to construct an estimated field education. However, we verify that, along this journey, this participation has detached itself from a purpose of collective struggle. So we understood that this dissertation has, beyond the scientific commitment, the objective of contributing to the knowledge of this reality and, at the same time, try to change it with the verifications made.

Key words: Field Education. Social Movements. Rural Workers Union

SUMÁRIO

1 PERCURSO METODOLÓGICO TRILHADO	10
1.1 Introdução	10
2 CONFIGURAÇÃO E DINÂMICA: A RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO	22
3 MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO	35
3.1 Contexto Histórico do Movimento Social do Campo	36
3.2 A importância dos Movimentos Sociais.....	41
3.3 Relação entre Educação do Campo e Movimento Social do Campo	44
3.4 Histórico da Educação do Campo	47
3.5 Movimento Sindical em Minas Gerais.....	62
3.6 Organização dos sindicatos dos trabalhadores rurais em Minas Gerais	66
4 O SINDICATO DOS TRABALHADORES/AS RURAIS (STR) E A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MIRADOURO	69
4.1 História do STR de Miradouro.....	71
4.2 Educação do Campo.....	84
4.3 Visão atual.....	103
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
APÊNDICE	120
ANEXO	129

1 PERCURSO METODOLÓGICO TRILHADO

1.1 Introdução

Eu ingressei no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF no segundo semestre de 2009 e já no ano seguinte tive interesse em aprofundar os estudos e aprender cada vez mais. Dessa maneira, logo me vinculei a dois Grupos de Pesquisa. No primeiro, Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (NETEC), como bolsista de iniciação científica, estudávamos a atuação do setor empresarial na educação a partir de uma análise crítica, tendo o professor André Martins como orientador. No outro, como voluntária, no início fazíamos um estudo da obra de Gramsci e Thompson, posteriormente adentramos nas reflexões acerca da Educação do Campo e pesquisa de campo que envolvesse esse contexto, orientado pelo professor Dileno. O meu trabalho de conclusão de curso foi elaborado a partir das contribuições de estudos proporcionados por ambos os grupos de pesquisas.

A fim de aprofundar as reflexões e continuar os estudos acadêmicos, inscrevi-me na seleção de mestrado ofertada pela área de Educação da UFJF, na qual obtive êxito. A partir de então me vinculei de maneira mais direta ao Grupo de Pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais Populares e Educação do Campo (TRAME). No decorrer dos nossos estudos e pesquisas, nós desenvolvemos um trabalho no Município de Miradouro - Minas Gerais, que tem relação com a temática da Educação do Campo, já que a cidade foi pioneira na implementação da legislação referente à especificidade da Educação do Campo para as escolas da Rede pública do município. E foi, em meio a esse contexto, que surgiu o meu interesse pela temática. Sendo assim, o presente estudo tem como objetivos analisar como se deu a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Miradouro, enquanto Movimento Social, no momento de implementação da Educação do Campo para as escolas da Rede Pública do município, evidenciando o papel desempenhado por este Movimento na perspectiva da Educação do Campo.

De maneira a alcançar os objetivos propostos, procuramos responder alguns questionamentos, tais quais: no momento da implementação da legislação referente à Educação do Campo para as escolas públicas do município, o STR cumpriu apenas uma pauta burocrática, ou esta luta já estava presente? Qual o envolvimento do movimento na luta pela Educação do Campo? Qual a concepção de Educação do Campo? Como se deu essa conquista e como se materializa a partir do olhar educativo do STR?

Para tanto, o desenvolvimento da pesquisa tem como perspectiva epistemológica o materialismo histórico, que nos permite situar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais na dinâmica do processo histórico, identificando suas especificidades na totalidade concreta (KOSIK, 1976). A perspectiva é de romper com as formas fenomênicas que envolvem o objeto de pesquisa no sentido de apreender a constituição essencial de sua materialidade histórica.

Uma das diferenças fundamentais que o materialismo histórico dialético apresenta, diante de determinadas pesquisas de abordagem qualitativa, é o fato de trabalhar com o princípio da contradição. Para o materialismo histórico dialético, o mundo empírico é a manifestação do fenômeno da realidade em suas definições exteriores, as impressões primeiras que se desenvolvem na superfície da essência. Assim, tal perspectiva representa um caminho teórico que aponta para a dinâmica social e a dialética representa a estratégia metodológica de abordagem da realidade.

Kosik (1976) ressalta que a realidade não se apresenta imediatamente ao homem. Por isso, na dialética, distinguem-se a “representação” e o conceito da “coisa em si”, que são duas dimensões de conhecimento da realidade, sendo duas qualidades das práxis humana. Tal fato se dá uma vez que, o homem perante a realidade, age objetiva e praticamente sobre a natureza diante de seus interesses/necessidades, permeado por um conjunto de relações sociais.

Nesse sentido, o homem experimenta, inicialmente, uma atividade prático-utilitária por meio da qual cria as suas próprias representações das coisas, gerando as formas fenomênicas da realidade. Todavia, essas formas fenomênicas são distintas e mesmo contrárias em relação ao núcleo interno essencial e seu conceito correspondente da coisa. Logo, é imprescindível avançar para além da pseudo concreticidade, desnaturalizar o que se coloca como natural. É importante ter consciência de que a essência não se apresenta imediatamente, ela é mediata ao fenômeno, o qual ao mesmo tempo a revela e a esconde. Portanto, para captarmos a essência, é necessário analisar o fenômeno.

Assim, é necessário garantir a destruição da pseudo concreticidade a partir do método dialético-crítico para alcançarmos a realidade. Portanto, é necessária a separação entre o fenômeno e a essência. Essa separação é o que diferencia a ciência da práxis utilitária, a qual toma o mundo da aparência como mundo real.

Para Kosik (1976), no exame da totalidade, não podemos nos limitar à análise do todo e das partes, mas garantir seu caráter dialético, assumindo a unidade das contradições e a dialética de fenômeno e da essência. Com base nas reflexões desse autor, a práxis na sua essência é a determinação da existência humana como elaboração da realidade. A práxis é

ativa, mas é atividade que se produz historicamente, é unidade da humanidade e do mundo, da matéria e do espírito, do sujeito e do objeto, do produto e da produtividade. O homem faz a história e, ao mesmo tempo, se realiza e se humaniza na história. Portanto, em conformidade com essas proposições, entendemos que a pesquisa pode parecer específica de um município, mas é fundamental estabelecermos a dialética entre este e o todo.

A fim de alcançarmos a essência do objetivo da pesquisa, é importante seguir o método da pesquisa científica, considerado um conjunto de processos empregados no decorrer da investigação. Goldenberg (2004) ressalta que a metodologia científica auxilia a refletir e propicia um “novo” olhar sobre o mundo: um olhar científico, curioso, indagador e criativo. Para tanto, a pesquisa científica exige criatividade, disciplina, organização e modéstia, baseando-se no confronto permanente entre o possível e o impossível, entre o conhecimento e a ignorância.

Não hierarquizar o senso comum em detrimento à teoria científica. Em meio a essa discussão, Souza (s/ano) ressalta a “experiência” como categoria indispensável na relação com a metodologia proposta, explicita que a experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento e insiste no fato de que todos somos intelectuais a partir de conhecimentos e experiências, salientando que a experiência é gerada na vida material e estruturada em termos de classe. Assim, acreditamos que essas experiências do conhecimento façam parte do nosso cotidiano de pesquisa, promovendo o diálogo entre o ser e a consciência social. Nesse sentido, é fundamental a construção de uma consciência coletiva e a necessidade do diálogo.

Vale destacar que no decorrer do processo de investigação, a pesquisadora, depara-se com muitas opções metodológicas, porém a presença da contradição é constante no processo dialético, o que pode representar dificuldades para fazer escolhas. Cabe, então, delimitar com maturidade os caminhos a serem percorridos nos diferentes momentos da pesquisa, para que seja o mais rigoroso possível, considerando a metodologia escolhida.

O método pode ser considerado como um esforço para atingir um objetivo determinado pela pesquisa, um caminho pelo qual se deve chegar a um determinado resultado. Pode-se dizer que o método é um indicador de uma sequência a ser seguida de forma ordenada e organizada, ainda que os caminhos se adaptem de maneiras diferenciadas durante o percurso da pesquisa. Coloca-se o método como uma investigação planejada para se chegar a um lugar, a um determinado tipo de conhecimento (SOUZA, 2005).

O método assinala um percurso a partir de técnicas que o auxiliam. No entanto, é importante alertar que, nem sempre quando se está desenvolvendo uma pesquisa, o

pesquisador tem as direções completamente definidas, mas nem por isso deve abandonar a metodologia ou mesmo as técnicas de pesquisa.

Costa (2007) expõe reflexões importantes para um pesquisador, tais quais: estar atento às intuições; não descartar pistas, dúvidas, suspeitas sem antes perscrutar cuidadosamente várias possibilidades de conectá-las com aquilo que se deseja investigar; não ter a pretensão de contar a verdade total e definitiva; pesquisar é um processo de criação e não de mera constatação; a originalidade da pesquisa está na veracidade do olhar; o mundo não é de um único jeito; desconfie de todos os discursos que se pretendem representativos da “realidade objetiva”; o novo não é necessariamente melhor do que o velho. Não deixe o mito do progresso perturbar a pesquisa; o mundo continua mudando; não cristalice seu pensamento; ponha suas ideias em discussão, dialogue, critique, exponha-se; a neutralidade da pesquisa é uma quimera; Ciência e ética são indissociáveis; a pesquisa é uma atividade que exige reflexão, rigor, método e ousadia; pesquisar é uma tarefa social; divulgue sua pesquisa e procure conhecer a dos outros; a investigação científica é, sobretudo, um trabalho coletivo; lembre-se sempre que a humildade é uma virtude e não transforme seu saber em autoridade.

Dessa maneira, refletimos sobre a realidade estudada na perspectiva de demonstrar as representações das coisas, mas colocando-as em relação, dialeticamente buscando as contradições e desnaturalizando discursos e representações, concluindo que o resultado apresentado não se revelou como única verdade da realidade estudada, mas uma outra leitura que traz mais elementos de conexão entre a totalidade e as suas partes.

Nesse sentido, a pesquisa se caracteriza como qualitativa. Assim a preocupação não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão da relação entre os Movimentos Sociais do Campo, materializado pelo STR do Município de Miradouro, com a Política Municipal de Educação do Campo do mesmo município.

Bogdan & Biklen *apud* Goldenberg (2004) discutem o conceito de pesquisa qualitativa apresentando algumas características, dentre as quais vale destacar: o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar se este se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas. Nesses estudos, há sempre uma tentativa de capturar a “perspectiva dos participantes”, isto é, a maneira como os sujeitos envolvidos encaram as questões nas quais estão sendo partes. Os estudos qualitativos permitem iluminar o dinamismo interno das situações, geralmente inacessíveis ao observador externo.

Portanto, estarei imersa no meu campo de pesquisa, STR, e estarei atenta durante todo o processo da pesquisa, a fim de compreender, analisar, dialogar e aprender as diferentes perspectivas dos sujeitos dessa pesquisa.

A pesquisa apresentada se enquadra na metodologia de estudo de caso, pois se concentra numa realidade específica da cidade de Miradouro.

Nosso olhar se foca, especificamente na Política Municipal de Educação que, desde 2005¹, implementa enquanto Política Pública para as escolas municipais, a concepção de educação e de escola em sua rede baseada nos princípios da Educação do Campo, a partir da implementação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, isso de acordo com a Lei Municipal nº 1241/2009.

No parágrafo único do art. 3º desta Lei menciona que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva. (MIRADOURO, 2009).

Nos artigos 4º e 5º, o Poder Público Municipal assume a responsabilidade de garantir a universalização da Educação Básica com a mesma atenção e qualidade independente da população residir em áreas urbanas ou rurais. Reconhece que o projeto institucional das escolas do campo é um trabalho coletivo que conta com o comprometimento da sociedade civil; que a educação está vinculada a experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

A legislação garante o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) nos artigos 6º, 7º, 8º, 10 que tratam da diversidade do campo, sem prejuízo para o aprendizado; garante a flexibilização da organização do calendário, e o controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade do campo; que as demandas provenientes dos movimentos sociais poderão subsidiar os componentes estruturantes das políticas educacionais. Além disso, é assegurada a gestão democrática, com participação da comunidade local, os movimentos sociais, órgãos normativos e demais setores da sociedade.

¹ Em conversas informais os agricultores ressaltaram que a questão da Educação do Campo já era trabalhada por eles em anos anteriores. Cabe ressaltar que o Município tem essa contradição: debates a partir de 2005 e a lei só entra em vigor em 2009 a partir da lei 1241/2009.

A lei 1241/2009 também prevê, nos artigos 12 e 13, que a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão oferecidos nas próprias comunidades rurais, o que evita os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças por trajetos longos. O deslocamento das crianças dar-se-á apenas intracampo por transporte escolar. Atesta também as questões de infraestrutura de equipamentos, materiais didático-pedagógicos, bibliotecas, laboratórios e áreas de desporto e lazer.

Podemos analisar que a aprovação da legislação específica para Educação do Campo em Miradouro representa um avanço importante na medida em que garante o direito da participação das comunidades rurais e os movimentos sociais na formulação das políticas, além da gestão democrática que é uma conquista importante dos movimentos populares. Essa legislação significa uma garantia na continuidade dessas políticas, mesmo com mudanças de governo e posicionamentos políticos diferentes que possam existir no futuro. Ao mesmo tempo, não se pode negar a vinculação que essa política local tem com a política educacional em nível mais amplo, pois, é necessário considerar, conforme Saviani (1999), que em nível nacional existe uma política educacional muito próxima à proposta do Estado neoliberal, que implica em racionalização de recursos e a lógica da produção dos resultados. Além das questões históricas que acompanham o contexto educacional brasileiro:

A sociedade brasileira, historicamente, alimentou práticas autoritárias e patrimoniais, decisões elaboradas pelo alto por um grupo de “iluminados” e “sábios” que se diziam porta-vozes daquilo que a escola pública brasileira mais precisava. Essas práticas persistem e ainda estão presentes no cotidiano das escolas das grandes cidades ou de municípios do interior dos estados. A concepção de gestão racional do sistema educacional brasileiro, ainda hoje, revitaliza o autoritarismo, a verticalidade, o gerenciamento, o apadrinhamento e o clientelismo nas relações sociais e políticas (SILVA, 2003, p. 284).

Consideramos, então, que há um grande desafio para ser enfrentado pela política educacional de Miradouro, pois “a Educação do Campo inicia sua atuação a partir da radicalidade pedagógica dos Movimentos Sociais e entra no terreno movediço das Políticas Públicas” (CALDART, 2010, p. 105). As políticas públicas são um conjunto de ações, resultantes do processo de institucionalização de demandas coletivas, constituído pela interação entre Estado e sociedade. Assim, as políticas públicas de Educação do Campo devem garantir como um direito o atendimento especial àqueles que são diferentes, mas não desiguais (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2008).

O termo “estudo de caso” vem de uma tradição de pesquisa médica e psicológica, na qual se refere a uma análise de um caso individual que explica a dinâmica e a patologia de

uma doença dada. Este método supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso. O estudo de caso tornou-se uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa em Ciências Sociais, não é uma técnica específica, mas uma análise holística, que considera a unidade social estudada como um todo, com o objetivo de compreendê-la em seus próprios termos, de maneira a apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto (GOLDENBERG, 2004).

É preciso salientar que o pesquisador deve estar preparado para lidar com uma grande variedade de problemas teóricos e com descobertas inesperadas, e também para reorientar seu estudo. É muito frequente que surjam novos problemas que não foram previstos no início da pesquisa e que se tornam mais relevantes do que as questões iniciais. O estudo de caso é simples e específico, é sempre bem delimitado, devendo ter contornos bem definidos no desenrolar do estudo. O caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular. O caso se destaca por se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo. O interesse, portanto, incide naquilo que tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com os outros casos ou situações.

Essa metodologia de pesquisa é adequada à investigação de questões atuais da prática pedagógica ao possibilitar o mergulho no seu contexto. Dessa maneira, conforme Laville & Dionne (1997) a vantagem mais marcante dessa estratégia de pesquisa repousa na possibilidade de aprofundamento que oferece, pois, os recursos se concentram no caso visado, não estando o estudo submetido às restrições ligadas à comparação do caso com outros casos, assim essa metodologia investiga fenômenos contemporâneos em sua totalidade e profundidade.

Goldenberg (2004) destaca as características fundamentais do estudo de caso qualitativo, frisando que os estudos de caso visam à descoberta, pois mesmo que o investigador parta de alguns pressupostos teóricos iniciais, ele procurará manter-se constantemente atento a novos elementos que podem emergir como importantes durante o estudo. O pesquisador estará sempre buscando novas respostas e novas indagações no desenvolvimento do seu trabalho.

Os estudos de caso enfatizam a “interpretação em contexto”. Um princípio básico desse tipo de estudo é que, para uma apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa. O pesquisador procura revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema, focalizando-o com um todo. Os

estudos de caso usam inúmeras fontes de informação. Ao desenvolvê-lo, o pesquisador recorre a uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos, em situações diversas e com diferentes tipos de informantes. Com essa possibilidade de informações, oriundas de fontes diversas, ele poderá cruzar informações, confirmar ou rejeitar hipóteses, descobrir novos dados, afastar suposições ou levantar hipóteses alternativas.

Os estudos de caso procuram representar os diferentes e, às vezes, conflitantes aspectos presentes numa situação social. Quando o objeto ou situação estudado podem suscitar opiniões divergentes, o pesquisador vai procurar trazer para o estudo essa divergência de opiniões, revelando ainda o seu próprio posicionamento. Desse modo, é permitido aos usuários do estudo tirar conclusões sobre esses aspectos contraditórios. O pressuposto que fundamenta essa orientação é o de que a realidade pode ser analisada e interpretada sob diferentes perspectivas.

É possível também que um mesmo caso tenha diferentes formas de relato, dependendo do tipo de usuário a que se destina. A preocupação aqui é com uma transmissão direta, clara e bem articulada do caso e num estilo que se aproxime da experiência pessoal do leitor. Este tipo de pesquisa se baseia na compreensão de uma instância singular, na nossa realidade situada na luta da Educação do Campo pelo STR em Miradouro.

Nisbet & Watt *apud* Goldenberg (2004) caracterizam o desenvolvimento do estudo de caso em três fases, sendo uma primeira aberta ou exploratória, a segunda mais sistemática em termos de coleta de dados e a terceira consistindo na análise e interpretação dos dados e na elaboração do relatório.

A fase exploratória se coloca como fundamental para uma definição mais precisa do objeto de estudo. É o momento de especificar as questões ou pontos críticos, de estabelecer os contatos iniciais para entrada em campo, de localizar os informantes e as fontes de dados tentando captá-la na sua essência. Esse processo deve existir não só nessa fase, mas no decorrer de todo o trabalho, já que a finalidade do estudo de caso é retratar uma unidade em ação. A seleção de aspectos mais relevantes e a determinação do recorte são, pois, cruciais para atingir os propósitos do estudo de caso e para chegar a uma compreensão mais completa da situação estudada.

A conclusão dessa etapa foi possível, uma vez que esta pesquisa tem relação direta com o estudo desenvolvido pelo TRAME. Com isso, facilitou a localização das pessoas que se tornaram sujeitos de pesquisa, a fim de iniciar os estudos para então atingir os objetivos. Nessa mesma fase também incluímos a pesquisa bibliográfica, a qual consistiu em um levantamento de trabalhos e autores que escreveram/escrevem sobre o tema de estudo

proposto. Vale ressaltar que a pesquisa bibliográfica perpassou todos os momentos do estudo, uma vez que é fundamental dialogar com os autores e construir o nosso referencial teórico.

A segunda fase, descrita pelos autores, seria a coleta de dados, momento em que estive em campo, realizando as entrevistas de tipo semiestruturada; as observações; e a pesquisa documental, no que se refere à busca e análise do documento que instituiu a Lei Municipal de Educação do Campo para as escolas da rede pública do Município de Miradouro.

Vale ressaltar que utilizamos os nomes verdadeiros dos entrevistados e as transcrições foram corrigidas para a norma culta, retirando alguns vícios de linguagem e expressões da forma oral, mas garantimos que o conteúdo das falas não foi comprometido.

A partir das formulações de Goldenberg (2004), entendemos que, para a observação se tornar um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, precisa ser antes de tudo controlada e sistemática. Isso implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador. Planejar a observação significa determinar com antecedência “o que” e o “como” observar. Para realizar as observações é preciso preparo material, físico, intelectual e psicológico. O observador precisa aprender a fazer registros descritivos, saber separar os detalhes relevantes dos triviais, fazer anotações organizadas e utilizar métodos rigorosos para validar suas observações.

No decorrer das entrevistas, utilizamos também o recurso da observação e seu registro. O conteúdo das observações deve envolver uma parte descritiva e uma parte mais reflexiva. A parte descritiva compreende um registro detalhado do que ocorre “no campo”: descrição dos sujeitos, descrição dos locais, reconstrução de diálogos, descrição das atividades, etc. A parte reflexiva das anotações inclui as observações pessoais do pesquisador, feitas durante a fase da coleta: especulações, sentimentos, problemas, ideias, impressões, pré-concepções, dúvidas, incertezas, surpresas e decepções. Há formas variadas de registrar as observações. Alguns farão apenas anotações escritas, outros combinarão as anotações com o material transcrito de gravações. Importante deixar bem distintivo, em termos visuais, as informações essencialmente descritivas, as falas, as citações e as observações pessoais do pesquisador. É importante ressaltar que nem todos os registros e impressões serão expostos na versão final da pesquisa, já que todo esse material constitui partes do processo.

Durante a pesquisa, nós pudemos observar e registrar, através de fotos e anotações de próprio punho, desde a entrada da cidade, bem como a fachada do Sindicato, o local onde está localizado, a movimentação das pessoas, a organização, o quadro com avisos e exposição de eventos, banners pendurados com as fotos e resumos de alguns programas bem sucedidos realizados ou apoiados pelo Sindicato, a relação da administração do Sindicato com a atual

gestão, já que o local de entrevista também fora o próprio STR de Miradouro. Observamos também que as relações do STR com a segunda entrevistada, Terezinha, foram estremecidas.

No que se refere à entrevista, é importante atentar para o caráter de interação que permeia essa técnica. Na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. Portanto, é fundamental um clima de aceitação mútua, dessa forma as informações fluirão de maneira notável e autêntica. A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que permite a captação imediata e corrente da informação desejada. A entrevista permite correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas (GOLDENBERG, 2004). Para selecionar os sujeitos entrevistados recorreremos à amostra intencional, que consistiu em selecionar um pequeno número de pessoas de forma propositada, segundo a função e a relevância que possuem diante do tema pesquisado. Essas pessoas são aquelas que têm uma representatividade social dentro da situação considerada no objeto de pesquisa.

Ao lado do respeito pela cultura e pelos valores do entrevistado, o entrevistador tem que desenvolver uma grande capacidade de ouvir atentamente e de estimular o fluxo natural de informações por parte do entrevistado. Essa estimulação não deve, entretanto, forçar o rumo das respostas para determinada direção. Deve apenas garantir um clima de confiança, para que o informante se sinta à vontade para se expressar livremente.

O entrevistador precisa estar atento não apenas ao roteiro preestabelecido e às respostas verbais que vai obtendo ao longo da interação. Há toda uma gama de gestos, expressões, entonações, sinais não-verbais, hesitações, alterações de ritmo, enfim, toda uma comunicação não verbal cuja captação é muito importante para a compreensão e a validação do que foi efetivamente dito. O registro das entrevistas pode ser através da gravação direta ou anotação durante a entrevista.

É importante que o entrevistado esteja bem informado sobre os objetivos da entrevista e de que as informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa, respeitando-se sempre o sigilo em relação aos sujeitos envolvidos.

No que se refere à análise documental, essa pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. Leis, regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, estatísticas e arquivos escolares. Nesta pesquisa, utilizamos da análise documental da Lei Municipal Nº 1241/2009.

A última fase consistiu na análise mais sistemática e a elaboração do relatório. Nessa etapa, todos os dados e análises foram compilados em um arquivo e esperamos que os objetivos traçados inicialmente tenham sido atingidos. É fundamental também que o estudo seja apresentado e disponibilizado aos sujeitos que fizeram parte e se envolveram com a pesquisa, a fim de que manifestem suas reações sobre a relevância e a acuidade do que é relatado. Vale destacar que ocorreu um evento na Escola Municipal de Santa Bárbara de Miradouro em que o Grupo de pesquisa TRAME apresentou para as professoras do colégio, para o presidente do Sindicato e para a vice-prefeita as pesquisas que realizamos com os sujeitos especificamente daquela escola. Nesse contexto, eu também apresentei a minha pesquisa procurando expor a importância do Sindicato e o apoio das pessoas de Miradouro, principalmente professores, para que a Educação do Campo se torne bandeira de luta novamente.

Analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, o levantamento e análise bibliográfica, os relatos de observação, as transcrições de entrevista, as análises de documentos e as demais informações disponíveis. A tarefa de análise implica a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes. Posteriormente essas tendências e padrões são reavaliados, buscam-se relações e inferências num nível de abstração mais elevado (GAMBOA, 1997).

Conforme já mencionado esta pesquisa tem relação com o estudo desenvolvido pelo Grupo TRAME², portanto, os entrevistados já haviam sido mapeados e se colocaram à disposição. O estudo do Grupo permitiu a análise de materiais já coletados, idas a Miradouro com encontros e conversas informais, e participação em eventos promovidos no município.

Sendo assim, a realização das entrevistas propriamente ditas, conforme roteiros nos apêndices desse trabalho, ocorreu em dois encontros e, no mesmo dia, foi possível entrevistar os quatro sujeitos da nossa pesquisa. Izaias Cloves de Freitas, ex-presidente do STR (2006-2012) e atualmente presidente da câmara dos vereadores; Valdeci Roseno de Castro, atual presidente do STR (2013-2017); Terezinha Aparecida Gomes, ex-secretária da Educação (2007-2010) no período da discussão da Educação do Campo no município e Gilsilene Maria Mendes, atual vice-prefeita (2009-2016). Para melhor compreender a função desempenhada por cada entrevistado e o período histórico da atuação de cada um, propomos que o leitor confira as fichas descritivas no apêndice.

² Além da pesquisa desenvolvida pelo Grupo TRAME ainda tivemos como apoio e referência dissertações e tese de alguns integrantes do Grupo que também tiveram Miradouro como campo de pesquisa.

As escolhas dos entrevistados tiveram como objetivo compreender o processo de implementação da legislação da Educação do Campo para as escolas públicas de Miradouro e como se deu o envolvimento do Sindicato. Dessa maneira, entrevistamos a Terezinha, por ter sido Secretária de Educação naquele momento e entrevistamos Izaias, por ter sido o representante do STR no mesmo período analisado. Essas entrevistas nos permitiram compreender o histórico de luta durante o processo. Já as entrevistas de Valdeci e Gilsilene nos possibilitaram conceber o contexto atual da atuação do STR e da nova gestão na perspectiva e na relação com a temática Educação do Campo.

2 CONFIGURAÇÃO E DINÂMICA: A RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO

Movimentos Sociais, doravante MS, e Educação do Campo são temas centrais deste estudo, aos quais nos deteremos. A fim de retratar a importância e a necessidade da existência desses movimentos, é imprescindível entendermos o seu histórico de formação e sua constituição, pois está diretamente relacionado à discussão mais ampla da dinâmica e reorganizações do capitalismo, uma vez que, conforme será discutido, as reestruturações produtivas do capital e Estado quase sempre influenciaram o curso dos MS. Também iremos discutir que o Estado capitalista é a favor de uma classe, a burguesa, sendo necessária a existência desses movimentos na luta pelos direitos da classe trabalhadora. Sendo assim, o caráter do Estado de cada momento histórico, a ordem econômica, as relações culturais, são elementos que explicam a origem e trajetória de luta dos movimentos sociais (BONETI, 2007).

Dessa maneira, o objetivo desta seção é compreender o Estado a partir das principais formulações de Gramsci, bem como evidenciar a influência dos modos de produção capitalista na formação/constituição do histórico dos Movimentos Sociais.

Assim, compreendemos que o Estado pode ser definido como sendo o equilíbrio interno à superestrutura das funções de hegemonia³ ideológica e dominação política, com vistas a assegurar a ascendência do grupo dirigente sobre toda a formação social. Nessa perspectiva, o Estado assegura a legitimidade para uma classe manter a hegemonia sobre outra, tendo duas funções básicas: a de dominar o grupo social oposto e a de dirigi-lo moral e intelectualmente (GRAMSCI, 2000).

Nessa perspectiva, o Estado existente é capitalista por razões estruturais, e não somente porque é submetido à influência direta do capital. O Estado não é um instrumento neutro que se encontra fora da economia, mas está diretamente ligado às relações de produção capitalistas, das quais é parte. Logo, o Estado é de fato concebido como o organismo próprio de um grupo, destinado a criar condições favoráveis para a maior expansão da classe hegemônica (HIRSCH, 2010).

³Hegemonia entendida como o conjunto das funções de domínio e direção exercidos por uma classe social dominante, no decurso de um período histórico, sobre outra classe social e até sobre o conjunto das classes da sociedade. A hegemonia é composta de duas funções: função de domínio e função de direção intelectual e moral, ou função própria de hegemonia. O domínio supõe o acesso ao poder e o uso da força, compreendendo a função coercitiva; a direção intelectual e moral se fazem através da persuasão, promove a adesão por meios ideológicos, constituindo a função propriamente hegemônica (MOCHCOVITCH, 1988).

Para sua maior eficácia, o Estado capitalista tem necessariamente que aparecer como social, como articulador do conjunto da sociedade, logo tem que se mostrar “democrático”, no sentido de poder fazer manifestações dentro da ordem estabelecida. O Estado, longe de reduzir-se a um instrumento externo às relações sociais de produção, articula-se a essas relações em torno do objetivo de manter a ordem social, ainda que, algumas vezes, seja necessário imprimir-lhe pequenas reformas de fachada, mantendo-se, entretanto, a estrutura que sustenta as relações de classe (NASCIMENTO, s/ano).

O Estado é a instância que diz representar o interesse universal, mas representa o de uma classe. Ele cumpre a universalidade reproduzindo o interesse da classe dominante e acomodando o interesse da classe dominada dentro de certos limites políticos e econômicos. Assim, o Estado tem a aparência da universalização, mas a sua realidade efetiva é particular, na medida em que garante a organização das condições gerais de um sistema social no qual e pelo qual a burguesia existe como classe dominante. O Estado é a expressão das relações sociais de produção existentes na sociedade capitalista (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011).

Nesse sentido, no Estado capitalista existe uma contraposição de forças, por um lado, a lógica da acumulação do capital hegemônico que se interessa em qualificar mão-de-obra para o mercado e, por outro lado, as reivindicações dos trabalhadores que atuam numa perspectiva da contra-hegemonia ao hegemônico estabelecido e dado. Assim, o Estado capitalista atua como regulador das relações sociais entre proprietários do capital e os proprietários da força de trabalho. Nesse contexto, é possível compreender a importância dos Movimentos Sociais enquanto forças contra hegemônicas ao paradigma da globalização em sua matriz neoliberal, na luta por direitos (NASCIMENTO, 2010).

No decorrer de seus estudos, Gramsci (2000) distinguiu dois conceitos de Estado, ou mais precisamente, dois momentos da articulação do campo estatal: o Estado em sentido unilateral, e o Estado em sentido amplo, dito integral. Em um sentido estreito, o Estado se identifica com o governo, com o aparelho de ditadura de classe, na medida em que possui funções coercitivas e econômicas. A dominação de classe se exerce pelo aparelho de Estado no sentido clássico (exército, polícia, administração, burocracia). Mas essa função coercitiva é inseparável de certo papel adaptativo-educativo do Estado, que procura realizar uma adequação entre aparelho produtivo e moralidade das massas populares. Nesse contexto, o Estado dominaria as massas, tanto pelo terror policial, pela repressão interiorizada, ou mesmo pela impostura e pelo fetiche.

Ao lado do Estado em sentido estrito, Gramsci (2000) coloca o Estado em um sentido

amplo: o Estado integral pressupõe a tomada em consideração do conjunto dos meios de direção intelectual e moral de uma classe sobre a sociedade, a maneira como poderá realizar sua hegemonia, mesmo que sejam necessários “equilíbrios de compromisso”, para salvaguardar seu próprio poder político, particularmente ameaçado em períodos de crise. Sendo assim, o Estado é todo o conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não somente a sua dominação, mas também consegue obter o consenso ativo dos governados. Portanto, o Estado integral pede um desenvolvimento rico, articulado, das superestruturas, que exclui a possibilidade da sua redução somente ao governo/força, mesmo sendo completado ideologicamente (SOUZA, 2005).

Mediante a conceituação no sentido restrito estrito e amplo, é possível verificar que o Estado tem um papel essencial nas relações de produção e na delimitação-reprodução da classe subalterna, porque não se restringe ao exercício da repressão física organizada. Assim, também exerce um papel específico na organização das relações ideológicas e na produção e difusão da ideologia dominante.

As relações ideológicas são em si fundamentais na constituição da propriedade econômica, de posse e na divisão social do trabalho no próprio seio das relações de produção, uma vez que o capitalismo, na sua história, se volta sempre para as formas de investimento mais seguras e mais rentáveis. A fim de manter o sistema de exploração, o Estado cumpre funções sociais que implicam a divisão social do trabalho e a apropriação, por determinada classe social, do excedente desse trabalho produzido pela classe social que vive do trabalho.

Nesse contexto, o Estado tem a capacidade de, em sua materialidade, tenuamente renovar, disciplinar e consumir os corpos dos trabalhadores, ou seja, de introduzir na sua própria corporalidade formas aceitáveis de violência, atuando, portanto, de forma hegemônica. Vale destacar que o Estado capitalista, enquanto aparelho de hegemonia, só encontra sua unificação por meio da análise da expansão de uma classe e pela mediação de múltiplos subsistemas, tais quais: aparelho escolar (da escola à universidade); aparelho cultural (dos museus às bibliotecas); organização da informação, do meio ambiente, do urbanismo; a Igreja e seus intelectuais; dentre outros (SOUZA, 2005).

No que se refere ao conceito formulado por Gramsci (2007) de Estado ampliado, sociedade civil mais sociedade política, cabe ressaltar que o conceito de sociedade civil é um conceito-chave para compreender as complexas articulações de uma formação social moderna. A sociedade civil designaria o espaço em que se manifesta a organização e a representação dos interesses dos diferentes grupos sociais, da elaboração e/ou difusão de valores, cultura e ideologias. Essa esfera em Gramsci (2007) é composta por uma rede de

organizações (Associações, Sindicatos, Partidos, Movimentos Sociais, Organizações profissionais, Atividades culturais, Meios de comunicação, Sistema Educacional, Parlamentos, Igrejas, etc.). É uma das esferas sociais em que as classes se organizam e defendem seus interesses, em que se confrontam projetos societários, na qual as classes e suas frações lutam para conservar ou conquistar hegemonia (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

No que concerne ao conceito de sociedade política, esse corresponderia às funções de dominação ou de comando sobre as classes subordinadas. Em outras palavras, é constituída pelos aparelhos de coerção do Estado, tais como o poder judiciário, as forças policiais e militares, o sistema carcerário etc. Segundo Buci (1980), para Gramsci, a sociedade política⁴ reúne as atividades da superestrutura destinadas a manter pela força a ordem social e econômica estabelecida.

O vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura é o núcleo do conceito de bloco histórico, que enriquece a análise concreta das sociedades capitalistas complexas. Gramsci (2007) demonstra que a tarefa de “soldar” ambas é reservada aos intelectuais. É sua a função de gerir o complexo superestrutural, de modo a dar à classe social predominante no mundo da produção homogeneidade e consciência de sua própria função, assegurando a sua hegemonia política e ideológica sobre as demais classes. Desse modo, o vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura adquire conteúdo social efetivo, sendo apresentado de maneira mais concreta e não apenas teórica.

Gramsci (2007) elabora sua teoria do Estado como uma unidade articulada de consenso e coerção. Nesse sentido, pensar a sociedade civil como separada da sociedade política significa desconhecer as condições reais das lutas de classe, pois implica seccionar direção e coerção, burlando assim os projetos hegemônicos e ocultando os contra-hegemônicos. Essa separação no campo do capitalismo é absolutamente impensável. O conceito de bloco histórico nos permite compreender a necessária articulação entre sociedade civil e sociedade política. O momento atual demonstra a sociedade que as transformações institucionais, como a crescente desconstitucionalização da vida social, são condições necessárias e suficientes para a manutenção da forma capitalista e de suas práticas (MAGRONE, 2006).

⁴Quando as classes subalternas, recusando o consenso sobre o qual está assentado o poder dirigente da classe fundamental, são controladas por meio da coação “legal”; ou quando nos períodos de crise orgânica, nos quais a classe dirigente perde o controle da sociedade civil, ocasiona predomínio temporário da sociedade política, com vistas a assegurar a dominação da classe fundamental.

Dessa maneira, o Estado ampliado se forma na conjunção de uma sociedade política (Estado-coerção) e uma sociedade civil (instância de disputa da hegemonia e do consenso). Em conjunto, as duas instâncias- sociedade civil e sociedade política- formam o Estado da realidade histórico-social (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

É nesse contexto de análise sob o Estado capitalista, a partir das formulações de Gramsci, que faz surgir a importância do estudo dos Movimentos Sociais, uma vez que esses objetivam a luta pelos direitos na ordem capitalista.

Para tanto, torna-se imprescindível explicitar as constantes reorganizações do capitalismo e sua influência para os Movimentos Sociais. Nesse sentido, partimos do marco da difusão e consolidação do projeto neoliberal da Terceira Via⁵ no Brasil. O neoliberalismo, segundo Ferraro (1999), é resultado de um longo período de crise do mundo capitalista e de desgaste do ideário liberal. Ele representa, por um lado, uma reação contra as novas concepções e propostas que abriram caminho para o planejamento econômico, o Keynesianismo e as políticas de bem-estar social e, por outro, a afirmação explícita de retorno às ideias e ideais que nortearam a grande expansão industrial no século XIX.

Assim, as constantes estratégias do capital se dão à medida que o Estado transforma suas instituições em espaços para ativar forças em nome de um projeto de desenvolvimento da sociedade, funcionando, assim, como corretivo do próprio modelo de acumulação de capital.

Antunes (2001) contextualiza que, a partir de 1970, o capitalismo se encontrava em uma crise estrutural. Os elementos que influenciaram a crise do mundo do trabalho foram: o desmoronamento do Leste Europeu, com a propagação da equivocada tese do “fim do socialismo”, e como consequência disso os países capitalistas centrais progressivamente reduziram os direitos e as conquistas sociais dos trabalhadores; desmoronamento da esquerda tradicional da era stalinista; e a regressão da social democracia, que passou a atuar de maneira muito próxima da agenda neoliberal. A crise do modelo taylorista/fordista fez com que o capital executasse um processo de reestruturação com vistas à recuperação de seu ciclo de reprodução.

O modelo de produção Toyotista foi utilizado para alterar o padrão produtivo, introduzindo a acumulação flexível, a qual substituiu o modelo de produção até então vigente. As características básicas de tal modelo seriam: a produção vinculada à demanda, essa é variada e bastante heterogênea; modelo fundamentado no trabalho operário em equipe, com

⁵ Projeto estratégico localizado entre a social-democracia clássica e o neoliberalismo ortodoxo. No Brasil, o projeto da Terceira Via foi adotado por importantes forças da classe burguesa na segunda metade dos anos de 1990. Para maiores informações procurar Neves (2005) e Martins (2009).

multivariada de funções; princípio *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção; a busca da “qualidade total”, dentre outros (ANTUNES, 2001). Nesse modelo, ocorrem a introdução de novas tecnologias, a produção simultânea, a exigência de qualificação e elevação técnica do trabalhador, necessidade de capital cultural e de novas competências para atendê-lo.

A partir das formulações de Gentili (1998) e, em meio ao cenário do modelo de produção Toyotista, constatamos o apoio dos organismos internacionais, especificamente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional e a expansão dos preceitos e princípios neoliberais, que foram intensificados pelo Consenso de Washington.

No Consenso de Washington, foi formulado um conjunto de propostas e discursos que passaram a subsidiar as decisões políticas de inúmeras administrações governamentais. Ele foi composto a partir de preceitos neoliberais, podendo ser caracterizado como um programa de ajuste e estabilização que inclui: disciplina fiscal, redefinição das prioridades do gasto público, reforma tributária, liberalização do setor financeiro, manutenção de taxas de câmbio competitivas, liberalização comercial, atração das aplicações de capital estrangeiro, privatização de empresas estatais, desregulação da economia e proteção de direitos autorais (GENTILI, 1998). Propostas estas que, atreladas ao pensamento neoliberal, segundo os organismos internacionais, seriam eficazes para sairmos da crise econômica (inflação e dívida externa). Porém, é importante salientar que este é um projeto neoliberal veiculado a uma construção hegemônica.

Em meio a essa contextualização, Neves (2005) afirma que o neoliberalismo da Terceira Via configura tempos de uma “nova pedagogia da hegemonia”, ocasionada por um eufemismo da contradição entre capital e trabalho, uma vez que se busca uma suposta alternativa entre a social democracia clássica e o neoliberalismo ortodoxo, sendo a renovação da social democracia considerada um constructo mais palatável, mais atual e politicamente viável, tendo como horizonte histórico a humanização do capitalismo. Assim, o neoliberalismo proporcionou o surgimento de algumas tendências que culminaram na substituição do padrão produtivo taylorista/fordista pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas; e o modelo de regulação social-democrático (Estado de bem-estar social) foi substituído pela (des) regulação neoliberal, privatizante e antissocial (ANTUNES, 2001).

No início dos anos de 1980, a ditadura militar já não conseguia sufocar os conflitos que decorriam (e ainda decorrem) das relações contraditórias entre capital e trabalho, no campo. Nesse contexto, tornam-se mais visíveis os Movimentos Sociais de luta pela terra (RIBEIRO, 2010).

Podemos evidenciar que, do ponto de vista político, a década de 1980 proporcionou a rearticulação dos Movimentos Sociais, o que só foi possível pelo acúmulo de forças sociais. Salientamos que as análises feitas sobre os anos de 1980 geram uma polêmica. De um lado, essa é identificada como uma década perdida para o país, na medida em que nossos índices de crescimento sumiram, a produtividade agrícola e industrial entrou em aprofundamento da crise, perdemos em competitividade tecnológica etc. De outro, perdemos em qualidade de vida, com a estagnação do declínio da taxa de analfabetismo, o aumento da criminalidade, da poluição e dos índices de desemprego, o retorno de doenças infecciosas tornadas endêmicas, como a tuberculose e a lepra, e o extermínio de crianças e adolescentes e os assassinatos de líderes políticos, sindicais urbanos e rurais etc.

Entretanto, focalizando-se a década dos anos de 1980 sob outro ângulo, é possível constatar que nem só de perdas ela se constituiu, pois amplos setores da sociedade, vinculados às camadas populares, começam a organizar-se, reivindicando direitos básicos e melhorias concretas para si e para gerações posteriores; o que significa a luta contra as ações oficiais e, em alguns casos, a ocupação dos espaços institucionais para construir opções políticas, democráticas, de caráter participativo. Dessa forma, após o movimento de “abertura política” nos anos de 1980, os Movimentos Sociais tomaram um caráter diferente, passando a se organizar com mais intensidade, a fim de “dar conta” dos problemas sociais herdados dos anos ditatoriais (GONH, 1997).

No entanto, com a propagação do neoliberalismo e as constantes redefinições das estratégias do Estado, a década de 90 fez com que os Movimentos Sociais assumissem novos contornos. Assim, já o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990 refletem, de forma dramática, as perspectivas sociais a partir da ofensiva neoliberal (FERRARO, 1999).

Dessa maneira, a extensão da recessão para atingir os objetivos pretendidos pelo ajuste neoliberal no Brasil, além de inimaginável, atingiria a sociedade de modo extremamente desigual. Mais uma vez o preço a ser pago pelos trabalhadores, os de baixa renda e os agentes econômicos de menor poder de concentração de capital e menor capacidade de operação de sua própria liquidez, seria muito alto. Houve também um agravamento da já iníqua situação de alocação de recursos para as Políticas Sociais. Provocou-se uma recessão, aumentando o desemprego e piorando ainda mais a situação dos mais carentes, o que desencadeou uma elevação na demanda por benefícios e serviços sociais. Aumentou o número de pessoas e famílias em situação de pobreza, indigência e/ou miséria, sua distribuição por todas as regiões e estados do país, em áreas urbanas e rurais, o distanciamento entre os mais pobres e os mais ricos e a multiplicidade de forma que a pobreza assume no Brasil (SOARES, 2001).

Vale ressaltar que o neoliberalismo não consiste exclusivamente numa reação teórica e política contra o Estado de bem-estar social, mas, sobretudo, numa reação de ordem econômica, transferindo ao mercado a realização da sociedade, justificando-se na necessidade de retornar um liberalismo radical como princípio organizador das relações sociais. O ajuste neoliberal faz parte de uma redefinição mundial do campo político-institucional e das relações sociais, para gestar outro projeto de “reintegração social”, com parâmetros diferenciados daqueles que, segundo a compreensão neoliberal, entraram em crise a partir do final dos anos 70.

Já no final dos anos de 1990, assistimos, ou melhor, sofremos as consequências do acirramento das desigualdades sociais decorrentes da implementação das políticas neoliberais. Entre estas políticas está a de manter o Estado forte perante as organizações sindicais e o controle da circulação do dinheiro, bem como, diminuir os gastos sociais, desregular a economia e controlar, a todo custo, a inflação. Porém, isso não significa que os recursos públicos sejam prescindíveis para o mercado, pois estes recursos passam a ser importantes na consolidação do neoliberalismo, no processo de acumulação do capital. O fato é que, na perspectiva do mercado, a liberdade de investimentos fica ameaçada pela intervenção do Estado, bem como pelos movimentos coletivos que, do mesmo modo, prejudicam a livre concorrência e por isso devem ser eliminados.

A partir das reflexões de Hirsch (2010), temos um Estado burguês voltado para os interesses do capital, portanto, um Estado de classe. Nesse sentido, o Estado é visto como instrumento da dominação capitalista de classe, sendo um complexo de relações sociais. O Estado não é visto como simples aparelho repressivo da opressão de classe, mas é, ao mesmo tempo, concebido como instância ideológica e parte integrante de amplas relações hegemônicas, definidas pelo pensamento e pela ação dos indivíduos. Compreendemos o Estado como aparelho centralizador de forças com o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade burguesa, em que assume as relações de domínio, de poder e de exploração nas/das condições capitalistas. O Estado não é a expressão de uma vontade geral, nem o mero instrumento de uma classe, mas a objetivação de uma relação estrutural e superestrutural de exploração. Para isso, esta classe forja meios de dominação e exploração da outra, a classe que vende sua força de trabalho, visando criar condições favoráveis à reprodução e expansão do capital. Assim, a história do capitalismo se confunde com a história da "reestruturação produtiva", ou seja, é a resposta, do ponto de vista do capital, às suas crises – é o processo de rearticulação da unidade do governo das massas e do governo da economia.

No decorrer dos anos de 1990, assistimos, e sofremos, à intensificação da institucionalização de parte significativa dos Movimentos Sociais no interior da burocratização do Estado, uma vez que assimila algumas demandas dos trabalhadores, a partir do reposicionamento de partidos políticos e sindicatos e, com isso, passam a não colocar a discussão estrutural do capitalismo em questão. Outro motivo para tal acontecimento pode ser justificado devido à marcante exclusão social dos Movimentos Sociais dos processos decisórios, passando a existir certa sede de participação, o que acaba atraindo algumas lideranças, que há anos estavam comprimidas, para o interior da burocracia estatal (SOUZA, 2005).

Dessa forma, a partir dos anos de 1990, os Movimentos Sociais assumem uma nova postura no que diz respeito à sua consolidação ideológica, passando a buscar no Estado formas de compor uma nova política social. Os Movimentos Sociais procuram intervir na sociedade partindo de outras concepções sociais, políticas e ideológicas, considerando as questões micro, ou do cotidiano, e as relações de poder e dominação (SOUZA, 2005).

Destarte, numa perspectiva de Estado ampliado, Munarim (s/ano) cita Gramsci e Poulantzas para refletir que o Estado brasileiro estaria sendo permeado por interesses populares, a partir da conquista de espaços funcionais no serviço público.

Ressaltamos que não significa dizer que as questões colocadas pelo cotidiano dos homens e mulheres, como sujeitos constituintes dos movimentos sociais, não devam ser consideradas, mas que precisam estar articuladas dialeticamente a uma constante crítica no terreno macro, espaços em que se explicitam nas relações contraditórias que se estabelecem entre as classes sociais.

Isso significa dizer que as contradições presentes na determinação geral da forma do político também se expressam no interior das organizações e instituições da sociedade civil.

Assim, a partir da nova conjuntura, o Estado neoliberal tem uma tarefa educativa e disciplinadora, tendo por finalidade dar uma formação humana que adapte, de forma mais ampla, os trabalhadores e trabalhadoras às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho produtivo, objetivando manter a ordem social, ainda que, algumas vezes, seja necessário imprimir-lhe pequenas reformas de fachada, mantendo-se, entretanto, a estrutura que sustenta as relações de classe. Dessa maneira, o Estado tem um papel específico na organização das relações ideológicas e na produção e difusão da ideologia dominante. No entanto, para sua maior eficácia, tem necessariamente que aparecer como articulador do conjunto da sociedade, como resumo qualificado do todo social (FRIGOTTO, 2010).

Em meio a esse contexto, e partindo de uma perspectiva crítica, faz-se imprescindível formular com exatidão aquilo que entendemos por Estado, sendo necessário desocultar e fazer penetrar na consciência das massas que um Estado socialista, isto é, a organização da coletividade que se segue à abolição da propriedade privada, não é uma continuação do Estado capitalista (SOUZA, 2005).

Nessa conformação de intensas estratégias e disseminação de princípios neoliberais, a escola mais uma vez é utilizada pelo capital a fim de promover alterações na formação humana para preparar os indivíduos às novas demandas técnicas e ético-políticas da vida em sociedade, perdendo cada vez mais a essência de sua função educativa. Nesse contexto, a escola assume a função de reproduzir e manter a lógica do capitalismo, contribuindo para a formação de intelectuais voltados para o capital. Portanto, nessa formulação, Mochcovitch (1988) não nega que a escola possa ser um aparelho ideológico contribuindo com a reprodução das desigualdades sociais.

Por outro lado, o autor também explicita a função transformadora da escola, devendo ser capaz de esclarecer e proporcionar conhecimento dos direitos e deveres de cada pessoa. Dessa forma, também pode contribuir para a elevação cultural das massas, a fim de transformar o conhecimento em armas de luta.

Nesse sentido, a classe trabalhadora e seus intelectuais iriam firmar a “hegemonia” dos trabalhadores sobre o conjunto das classes subalternas de maneira a disputar a “direção intelectual e moral” do conjunto da sociedade, visando à tomada do poder político e à alteração da situação de dominação.

Assim, vale salientar que acreditamos na função crítica da escola, a qual almejamos alcançar, e também apostamos na importante função dos Movimentos Sociais enquanto intelectuais da classe trabalhadora para a luta, em que serão formados intelectuais que sejam capazes de compreender a realidade vivida, de maneira a pensar de forma autônoma, crítica e emancipatória.

Para tanto, na perspectiva de Gramsci (2007), devemos lutar pela escola única, a qual equilibre trabalho manual e intelectual. Assim, a escola deverá proporcionar uma educação alinhada às lutas da transformação da sociedade de maneira humanizada, de uma sociedade histórica, e de uma educação encarnada.

Na perspectiva dos grupos sociais que constituem, principalmente, a classe trabalhadora, a educação é antes de tudo, o desenvolvimento das potencialidades e a apropriação do saber social, enquanto um conjunto de conhecimentos e habilidades que

permitam uma melhor apreensão da realidade e envolva a capacidade de fazer valer os seus próprios interesses econômicos, políticos e culturais (REIS, 2002).

Portanto, partilhando das formulações de Gramsci (2000), o intelectual tem por função homogeneizar a concepção do mundo da classe à qual está organicamente ligado, isto é, positivamente, de fazer corresponder esta concepção à função objetiva desta classe numa situação historicamente determinada ou, negativamente, de tornar autônoma, expulsando desta concepção tudo o que lhe é estranho. Todo grupo social cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político.

Logo, há o intelectual da classe burguesa, que visa à manutenção da ordem capitalista vigente, e o intelectual da classe trabalhadora, que visa à luta contra a manutenção de tal ordem. Portanto, o intelectual orgânico, enquanto dirigente e organizador do movimento social, da organização, ao contrário do senso comum, trabalha pelo bom senso. Trata-se do intelectual orgânico da educação que irá produzir a disputa pela hegemonia de construção das matrizes pedagógicas para a educação de seu contexto (NASCIMENTO, s/ano).

Nesse sentido, a organização dos Movimentos Sociais dá-se a partir da falta de políticas sociais, pois ao longo da história as políticas subordinam-se aos interesses econômicos e políticos da burguesia e, prioritariamente, aparecem em momentos específicos com o objetivo de silenciar os movimentos.

No que se refere à importância dos Movimentos Sociais, estes são tidos como a expressão da luta de classes, a partir das suas ações críticas e de suas reivindicações que levam ao conflito. Dessa forma, representam a necessidade de uma ação coletiva, em que está em jogo não só a subversão da ordem, mas também a disputa pela hegemonia na sociedade. Os Movimentos têm como princípio questionar o Estado, na medida em que denunciam o alinhamento das ações estatais às pressões de uma classe, a burguesia, e o esvaziamento do discurso Estatal de que este representa o interesse de toda a sociedade.

Nesse sentido, aos intelectuais orgânicos cabe a missão de levar às massas a filosofia da práxis. A formação de uma camada de intelectuais, que representa a união entre a teoria e a prática. Assim, os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora são aqueles que difundem a concepção de mundo revolucionária entre as classes subalternas, sendo os dirigentes e organizadores que elevam a consciência dispersa e fragmentária das massas ao nível de uma concepção de mundo coerente e homogênea (MOCHCOVITCH, 1988).

Assim, vale ressaltar que são os Movimentos Sociais que nos ensinam as mais importantes lições de democracia, pois, sempre que se manifestam politicamente, nos levam a refletir acerca da constante necessidade de organização e luta pela democracia e emancipação humana (SOUZA, 2005). Nesse sentido, as conquistas desses Movimentos não somente estabilizam as fronteiras entre o mundo da vida dos povos que lutam pela reforma agrária, mas se constituem para além de movimentos reivindicatórios no interior da sociedade, denunciando os limites do Estado e seu compromisso com o capitalismo. Assim, devem ser entendidos, considerando as contradições sociais, a partir das carências e da falta de perspectivas, às quais a parcela majoritária da sociedade é submetida.

Compartilhando da formulação de Gohn (1997), os Movimentos Sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por sujeitos sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Tais Movimentos politizam suas reivindicações e criam um campo político de força social na sociedade civil. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. É imprescindível que os Movimentos sejam direcionados por uma ideologia, que corresponda às ideias e concepções na relação homem-mulher-sociedade.

É importante também a organização interna dos Movimentos Sociais, a fim de que consigam atingir os objetivos de seu grupo. Assim, os Movimentos Sociais se fazem porta-vozes das reivindicações e lutam pelos direitos historicamente negados e pelas especificidades sócio-históricas que foram impressas nas suas trajetórias pessoais e coletivas de exploração e opressão.

Os Movimentos Sociais precisam ser compreendidos como representantes históricos de seu tempo, de maneira a compreenderem a sociedade na sua totalidade contraditória. Logo, eles não podem ser vistos nem como aqueles que somente estão preocupados com reivindicações pontuais, decorrentes de melhorias imediatas, nem como aqueles que têm um caráter ideológico mais forte e que procuram, mediante suas reivindicações, uma alternativa de Estado que tenha nos trabalhadores sua preocupação fundamental, o que expressa a constante luta de classes por deter a hegemonia na sociedade.

Apesar da adesão de muitos Movimentos à fase reorganizativa, proporcionada pela captação de lideranças à burocracia estatal, é imprescindível dizer que as questões trazidas pelos Movimentos Sociais não deveriam subordinar-se às perspectivas do capital, aceitando uma mediação dessas questões do ponto de vista da relação capital e trabalho.

Assim, entendemos que os Movimentos Sociais se constituem em organizações populares, preocupadas em garantir melhores condições sociais por meio da sua organização,

conscientização e permanente mobilização. Os Movimentos Sociais precisam colocar a classe burguesa e seus apoiadores como um adversário a derrotar ou como um limite a ser transposto para a construção do socialismo. Portanto, os Movimentos Sociais são, em última análise, a expressão de um conflito de classes, as contradições sociais manifestas nas respostas do Estado, o qual usa do aparato repressivo para garantir a ordem favorável aos interesses do capital, educa o movimento no sentido da sua constituição e reconhecimento como classe, fazendo com que adote uma postura crítica, coletiva, de busca da liberdade e da igualdade social.

Logo, os Movimentos Sociais são, em si mesmos, educativos em seu modo de se expressar, pois o fazem mais do que por palavras, mas utilizando gestos, mobilizações, realizando ações, a partir de causas sociais geradoras de processos participativos e mobilizadores (ARROYO & FERNANDES, 1999).

3 MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO

O capítulo três aborda as discussões sobre Movimentos Sociais, Educação do Campo e Movimentos Sociais do Campo, de maneira a elucidar o histórico, especificidade e a importância dos mesmos.

Gohn (1994) aponta alguns parâmetros mínimos para uma conceituação teórica acerca dos movimentos sociais. Segundo ela, é necessário estabelecer algumas diferenças. A primeira delas está relacionada ao movimento e grupo de interesses. Os interesses comuns de um grupo são um dos componentes de um movimento, mas não bastam para caracterizá-lo como tal. Designa-se como movimento a ação histórica de grupos sociais.

Outra diferenciação deve ser feita entre modos de ação coletiva e movimento social propriamente dito. Um protesto, uma luta armada, são modos de estruturação de ações coletivas, poderão ser estratégias de ação de um movimento social, mas por si sós, não são movimentos sociais.

Ressalta-se que o movimento social se refere à ação dos homens na história. Essa ação envolve um fazer por meio de um conjunto de procedimentos, e um pensar por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se, portanto, de uma práxis (OFFE *apud* GOHN, 1997).

Os elementos essenciais para a construção de um paradigma explicativo das ações coletivas, no intuito de fundamentar o conceito de movimento social para além das evidências empíricas, são as categorias luta social e força social. De acordo com Thompson citado por Gohn (1997), as classes se formam na luta, os homens estão em luta na defesa de seus interesses, buscando conquistas ou resistindo às mudanças que solapam conquistas anteriores. E, com relação ao elemento de força social, as carências têm que ser traduzidas em demandas, que por sua vez poderão se transformar em reivindicações, por meio de uma ação coletiva. O conjunto desse processo é parte constitutiva da formação de um movimento social.

O estudo dos movimentos sociais deve considerar dois ângulos básicos: o interno e o externo. Internamente, eles constroem repertórios de demandas segundo certos valores, crenças, ideologias e organizam as estratégias de ação que o projetam para o exterior. Assim, os elementos internos básicos de um movimento social a serem pesquisados são: suas demandas e reivindicações; e os repertórios de ações coletivas que geram sua composição social e suas articulações. Já externamente, devemos considerar o contexto do cenário sócio-político e cultural em que se inserimos opositores, as articulações e redes externas construídas pelas lideranças e militantes em geral e as relações do movimento como um todo no conjunto

de outros movimentos e lutas sociais; suas relações com os órgãos estatais e demais agências da sociedade política (GOHN, 1997).

3.1 Contexto Histórico do Movimento Social do Campo

Nas décadas de 1930 até 1960, grandes transformações ocorreram no Brasil no que se refere ao seu modelo de produção econômica e o da estrutura social. Teve início um acentuado crescimento do modelo urbano-industrial. As lideranças políticas, oriundas das oligarquias rurais, se fundiram para as de origem industriais e urbanas. Paralelamente, novas técnicas de produção agrícola invadiram o campo. Isso significa dizer que as relações capitalistas chegaram ao campo. Com isso, a propriedade da terra muda de caráter: se antes, ela tinha um valor, sobretudo, de uso, com a entrada das relações capitalistas no campo, a propriedade da terra passa a ter valor de venda, passa a se constituir numa mercadoria de valor. Esse processo determina o aparecimento de uma corrida dos capitalistas das cidades rumo ao campo. Tais mudanças produzem uma nova etapa para os Movimentos Sociais, novas motivações os fazem surgir, novos projetos políticos neles se inserem, novos processos educativos neles se criam. Essa mudança estrutural ocorrida no campo fez com que os Movimentos Sociais camponeses tomassem outra feição: a busca da garantia da propriedade da terra (BONETI, 2007).

As décadas entre 1950 e 1970 foram marcadas por Movimentos Sociais no campo com uma nova perspectiva. Não lutavam em si apenas pela posse da terra, mas por direitos sociais, sindicalização, garantia dos direitos trabalhistas, etc. Os Movimentos de organização de trabalhadores assalariados chegaram ao campo. Trata-se de uma espécie de continuidade das Ligas Camponesas⁶. Nasceu, então, uma época de grandes conquistas legais no campo brasileiro, graças a esses Movimentos, como o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, e o Estatuto da Terra de 1964 (BONETI, 2007).

Sobre a análise específica de cada época, é possível verificar que em função do golpe civil militar de 1964, os movimentos de educação e cultura populares foram reprimidos, seus

⁶ As Ligas Camponesas, criadas em 1955 em Pernambuco, inicialmente contra o pagamento do foro aos donos de Engenho, e posteriormente, se tornando um movimento de luta pela Reforma Agrária que se espalhou por vários Estados do Nordeste. A partir das Ligas os camponeses organizados faziam um trabalho de denúncia, agitação, resistência na terra e mobilizações. As ligas utilizavam diferentes estratégias para organizar e formar os trabalhadores: conversas na feira, na missa, nos locais de trabalho, boletins, cordéis, etc., e dentre as reivindicações das Ligas a escola já aparecia como um direito importante para os trabalhadores (as) do campo (REIS, 2002).

dirigentes perseguidos e seus ideais censurados. A ruptura política ocorrida com o movimento de 1964 tentou acabar com as práticas educativas que auxiliavam na explicitação dos interesses populares. O Estado exercia sua função de coerção, com fins de garantir a “normalização” das relações sociais (REIS, 2002).

De acordo com Telles (1987), a década de 1970 proporcionou a descoberta do significado da ação coletiva no curso da história, enquanto reabertura de um espaço coletivo reiteradamente negado pelo Estado, e por onde foi possível pensar a sociedade e a política não mais como objetivação das estruturas ou da ação do Estado, mas como cenário criado e recriado pelas práticas de sujeitos em conflito.

O final dos anos de 1970, no Brasil, falava-se em Novos Movimentos Sociais, movimentos sociais populares urbanos, particularmente aqueles que se vinculavam às práticas da Igreja católica, na ala articulada à Teologia da Libertação⁷. Assim, naquela década, com a crise do autoritarismo e a ascensão dos movimentos de oposição, privilegia-se mais o que o Estado cede do que o que efetivamente controla e organiza. Dessa maneira, o Estado, a partir de meados da década de 1970, passa a responder às demandas dos Movimentos através da implementação de políticas sociais que se consubstanciam em melhorias no plano dos serviços de saneamento básico, saúde, sistemas de transportes, procurando garantir uma certa legitimação pelo consenso passivo, o que por sua vez cria um potencial de ampliação das demandas.

Dessa forma, no final dos anos de 1970, os Movimentos Sociais passam a se rearticular mesmo sob os olhares opressivos dos militares, os quais não tinham mais como sustentar a repressão devido a uma perspectiva de avanço e acumulação do capital e a necessidade de ruptura com tipo de Estado protecionista nacionalista. O enfrentamento do final dessa década tomou um formato inesperado, pois foram os Movimentos que surgiram a partir de reivindicações de auto-organização e emancipação social, tendo como marco a greve dos trabalhadores do ABC paulista no ano de 1978 (SOUZA, 2009).

Final de 1970 e início de 1980 os trabalhadores, principalmente da cidade, se organizavam cada vez mais em torno do sindicalismo, e os Movimentos Sociais nasciam, em geral, vinculados a luta de classe, na busca da conquista de melhores salários e melhores

⁷ Pode-se definir a Teologia da Libertação como uma corrente pastoral das Igrejas cristãs que aglutina agentes de pastoral, padres e bispos progressistas que desenvolvem uma prática voltada para a realidade social. Essa corrente ficou conhecida assim porque do ponto de vista teórico, procurou aproveitar os ensinamentos sociais da Igreja a partir do Concílio Vaticano II. Ao mesmo tempo, incorporou metodologias analíticas da realidade desenvolvidas pelo marxismo Stédile e Fernandes (2001, p.20) citado por Ribeiro (2012).

condições de trabalho. Também aconteceram Movimentos Sociais de cunho político. (CINTRÃO, 2000)

Nos anos de 1980, os Movimentos Sociais apresentaram uma característica bem diferenciada. Com a globalização da economia e até mesmo das relações políticas, eles tornaram-se transnacionais e, no plano cultural, mais híbridos, diversificados em torno das diferenças (BONETI, 2007).

O ano de 1980 também foi marcado por algumas mudanças nas análises sobre os Movimentos urbanos, trazendo um panorama novo na prática e na teoria sobre os Movimentos Sociais populares urbanos. Na prática, surgiram novas lutas como pelo acesso à terra e por sua posse, pela moradia, expressas nas invasões, ocupações de casas e prédios abandonados; articulação do movimento dos transportes; surgimento de organizações macro entre as associações de moradores; movimentos de favelados ou novos movimentos de luta pela moradia; movimentos de desempregados; movimentos pela saúde. As diferenças entre os Movimentos Sociais começaram a ser demarcadas e, conseqüentemente, a produção foi se especializando. Nos anos 1980, as lutas se articulavam num panorama de busca por mudanças político-sociais, de ordem estrutural. Havia um projeto político implícito. Existiam outros referenciais e o modelo socialista era o grande inspirador (GOHN, 1994).

O novo passou a ser referência para movimentos que demandavam não apenas bens e serviços necessários à sobrevivência cotidiana, o novo referia-se a uma outra ordem de demanda, relativa aos direitos sociais modernos, que apelavam para a igualdade e a liberdade, em termos das relações de raça, gênero e sexo. Assim, a década de 1980, representou para o Brasil uma verdadeira mudança política. Nesse período, os Movimentos Sociais ganharam força e passaram a enfatizar a transformação da sociedade civil, recém-saída de um longo período de ditadura e repressão, e seus processos de democratização. Nesse tempo, as experiências democráticas dos Movimentos Populares constituíram-se como verdadeiros processos educativos, ampliando o conceito de política a outras instâncias da vida, visando construir uma cultura política com novas formas de fazer política (REIS, 2002).

Nos anos 1980, cidadania já estava posta tanto nas lutas pela redemocratização, como nas lutas populares por melhorias na qualidade de vida urbana, quando ganha novo contorno e extrapola a demanda pelos direitos civis para incluir outros direitos como os sociais, básicos, elementares, de primeira gestação, casa, abrigo, comida, condições de trabalho, educação, saúde, dentre outros (GOHN, 2007).

Nos anos 1990, o panorama do capitalismo nos países ocidentais se alterou, passando-se a ter uma nova divisão internacional do trabalho; as fronteiras nacionais perderam

importância e a produção industrial passou a ser feita de forma fragmentada, com a ocorrência de processos produtivos em que as vantagens fiscais e econômicas de modo geral sejam mais propícias à acumulação; a economia formal declinou e a informal cresceu; os sindicatos perderam poder de forma generalizada; o desemprego passou a ser uma realidade tanto nos países onde historicamente sempre existiram no chamado “Terceiro Mundo”, como no Primeiro Mundo desenvolvido.

Nesse período, o modelo de Movimento Social norte-americano chegou ao Brasil por intermédio de ONGs⁸ internacionais. É o modelo de movimento-organização, com ênfase na auto-restauração a partir de certos pontos: política interna de captação de recursos; constituição de uma base de adeptos e militantes; articulação com a sociedade civil e política por meio de políticas de parceria; envolvimento em projetos sociais operacionais; e política de formação e qualificação de quadros.

Na ordem político-econômica, a reformulação trazida pela globalização está levando a novas formas de gerir o sistema socioeconômico nacional e internacional, no qual a primazia do mercado sobre o Estado é resgatada, ou seja, um mercado gerenciado por regras estatais que estimulam e/ou retraem a economia formal ou informal, segundo os interesses e objetivos de maior lucratividade. Para completar esse cenário, temos ainda a economia da ilegalidade, baseada no tráfico de drogas e armas.

A construção de uma nova concepção de sociedade civil é resultado das lutas sociais empreendidas por movimentos e organizações sociais nas décadas anteriores, que reivindicaram direitos e espaços de participação social.

Cumprir destacar que, devido à marcante exclusão social dos movimentos sociais dos processos decisórios, passa a existir uma certa sede de participação, o que acaba atraindo algumas lideranças, que há anos estavam comprimidas, para o interior da burocracia estatal. Os movimentos sociais passam, então, a uma nova fase, que poderíamos chamar de reorganizativa (SOUZA, 2009).

Desse modo, os anos de 1990 assumiram uma outra característica de luta dos Movimentos Sociais, tomando força as lutas por moradia, por terra, por creches, por escolas etc., o que altera significativamente a conjuntura política, propiciando um outro cenário, levando a um crescimento expressivo desses movimentos, que passam a articular discussões

⁸A expressão “Organização não Governamental” foi empregada pela primeira vez no ano de 1950, pela ONU (Organização das Nações Unidas), para fazer referência às organizações civis que não tinham nenhum vínculo com o governo. A ONG faz parte do Terceiro Setor (ver nota de rodapé 9) da sociedade, que são as instituições privada, sem fins lucrativos que têm a finalidade de dar complementar os serviços de ordem pública. <http://www.significados.com.br/ong/> acesso janeiro de 2016.

sobre gênero, etnia, meio ambiente, terra, por exemplo. Apesar de mobilizados por questões históricas, portanto antigas, os movimentos sociais tomaram uma nova feição e passaram a ganhar mais força a partir desse momento (SOUZA, 2009).

Nesse contexto, os Movimentos Sociais admitem uma nova postura no que diz respeito à sua consolidação ideológica; com isso passam a buscar no Estado formas de compor uma nova política social. Os Movimentos Sociais procuram intervir na sociedade partindo de outras concepções sociais, políticas e ideológicas, considerando as questões micro, ou do cotidiano, e as relações de poder e dominação.

Assim, na década de 1990, pudemos observar que um novo contexto econômico e político atingiram a grande maioria dos países da América latina, através dos processos amplos de reformas, adoção de políticas neoliberais, emergência de novos sujeitos e movimentos sociais e do impacto da crise dos socialismos reais.

Cidadania, nos anos 1990, foi incorporada nos discursos oficiais e ressignificada na direção próxima à ideia de participação civil, responsabilidade social dos cidadãos como um todo, porque não trata apenas dos direitos, mas também dos deveres, ela homogeneiza os atores. Esses deveres envolvem a tentativa de responsabilização dos cidadãos em arenas públicas, via parcerias nas políticas públicas, via parcerias nas políticas governamentais. Houve um retorno ao atendimento da população a partir dos critérios da idade, gênero ou etnia (GOHN, 2007).

Nesse período, o fato de várias lideranças ascenderem a cargos no poder público ou no parlamento também teve alguma influência na nova dinâmica dos movimentos. Esse novo cenário gerou a necessidade de articulações, e a maioria dos movimentos, rurais ou urbanos, passou a atuar em redes e a construir agendas anuais de congressos e manifestações públicas. No interior dos movimentos expressava-se uma crise que não era deles, mas refletia-se no seu cotidiano: o desmonte de políticas sociais pelas políticas neoliberais e sua substituição por outras políticas, em parceria com ONGs e outras entidades do Terceiro Setor⁹; a fragmentação da sociedade pela desorganização ou flexibilização do mercado de trabalho levando ao crescimento do setor informal; a defasagem na qualificação do mercado de trabalho diante da era da tecnologia, comunicações e informação, levando a novas exigências no campo da educação, formal e não-formal, em face ao mundo globalizado, etc.(GOHN, 2007).

⁹O discurso da incompetência do setor público, ao mesmo tempo em que atendeu aos interesses privados ao propor um fictício terceiro setor sob a designação “privado, porém público” composto por associações empresariais que concorrem entre elas pelos fundos públicos, permitiu a delegação de responsabilidades do Estado a entes privados em situações casuísticas, como Fundações Privadas de Apoio, Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e outras, imbricando a esfera pública com a esfera mercantil (Dicionário de Educação profissional em Saúde, 2008).

Convém ressaltar que o movimento da Educação do Campo tem sua gênese social no processo de acirramento do conflito entre capital e trabalho, no final da década de 1990. Década esta marcada por intensas perdas dos direitos sociais, principalmente para os povos da América Latina. Essas perdas se deram em decorrência da contra-reforma do Estado e o controle demandado pelos denominados países de capitalismo avançado sobre os países subdesenvolvidos, através, principalmente, das políticas implantadas pelos organismos financeiros internacionais como: Banco Mundial – BM, Fundo Monetário Internacional – FMI, Organização Mundial do Comércio – OMC, dentre outros.

Os Movimentos Sociais, hoje, apresentam-se como resultado de um processo de mundialização no contexto de suas múltiplas formas e dentro de uma trama histórica complexa. (BONETI, 2007).

Existe uma ordem geral comandada por um projeto mundial de produção econômica e organização política que se apresenta ao mundo como um vetor hegemônico, buscando homogeneizar as relações econômicas, tecnologias de produção, hábitos culturais e demais habilidades. Os Movimentos Sociais, normalmente, apresentam-se como uma espécie de contra hegemonia, não mais a partir de uma luta direta e de classe, mas a partir de uma problemática específica. Busca-se o resgate da individualidade, da diferença e da singularidade.

3.2 A importância dos Movimentos Sociais

Acordando com a formulação de Souza (2009), os Movimentos Sociais devem ser concebidos como processos e espaços educativos orgânicos da classe trabalhadora, pois, ao ocuparem espaços, assumem um papel de destaque no processo de reflexão, formação e transformação social. Por isso, falar em Movimentos Sociais significa dizer algo intrínseco à sociedade, visto que todas as manifestações coletivas são Movimento e Social, na relação dialética, permitindo um permanente movimento e tensão.

Assim, os Movimentos Sociais, aos quais estamos nos referindo, são vistos como um processo de tomada de consciência da repressão e alienação coletiva e, ao mesmo tempo, como uma tentativa organizada de rompê-la. Os Movimentos Sociais se caracterizam pela necessidade de colocar a sociedade em movimento, ou seja, estabelecer perspectivas sociais para além das estabelecidas pelo Estado (SOUZA, 2009).

Destarte, os Movimentos Sociais Populares têm como característica o fato de apresentar reivindicações que tragam melhorias à vida dos trabalhadores, a fim de gerar novas alternativas e rupturas sociais, pois o movimento é algo que se move na sociedade e, que é reconhecido pelo fato que se diferencia da estática, da ordem da sociedade, e que é reconhecível enquanto se move (MELUCCI, 1997).

Esses movimentos questionam o Estado, que, apesar de, na aparência, representar o interesse de toda a sociedade, acaba por atender às pressões da classe burguesa. Por isso, os Movimentos Sociais não podem ser vistos nem como aqueles que somente estão preocupados com reivindicações pontuais, decorrentes de melhorias imediatas, nem como aqueles que têm um caráter ideológico mais forte e que procuram, mediante suas reivindicações, uma alternativa de Estado que tenha nos trabalhadores sua preocupação fundamental, o que expressa a constante luta de classes, por deter a hegemonia na sociedade.

A partir dessa perspectiva, é possível dizer que os Movimentos Sociais são, em si, educativos em seu modo de se expressar, pois o fazem mais do que por palavras, utilizando gestos e mobilizações, realizando ações, a partir de causas sociais geradoras de processos participativos e mobilizadores.

Movimento Social e processo educativo não se apresentam separados, mas se constituem de um mesmo elemento, uma vez que todo processo educativo, por si só, guarda consigo um movimento de transformação do sujeito e da coletividade. O processo educativo se dá na ação, na prática, no envolvimento com o coletivo, no estabelecimento de objetivos coletivos, criando-se, assim, saberes e práticas sociais, são aprendizados que conduzem a tomadas de iniciativas que promovem as mudanças e os fortalecimentos das relações sociais e de grupo a partir do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, competências, valores, princípios, hábitos e atitudes (BONETI, 2007).

Com relação aos Movimentos Sociais do Campo, podemos dizer que há no campo um expressivo movimento pedagógico, com experiências escolares inovadoras coladas às raízes populares, às matrizes culturais do povo do campo (ARROYO; FERNANDES, 1999).

Assim, podemos afirmar que o Campo no Brasil está em movimento. Há tensões, lutas sociais, organizações e movimentos de trabalhadores e trabalhadoras da terra que estão mudando o jeito da sociedade olhar para o campo e seus sujeitos (SCALABRIN, & PAIVA, s/ano).

O Movimento Social nos coloca no terreno dos direitos. A educação básica tem que ser vinculada aos direitos. O Movimento Social do campo representa uma nova consciência dos direitos, à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à

educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizam, os riscos que assumem, mostram quanto se reconhecem sujeitos de direitos (ARROYO; FERNANDES, 1999).

Nesse contexto, os Movimentos Sociais do Campo propugnam por algo que ainda não teve lugar, em seu estado pleno. Propõem mudanças na ordem vigente, tornando visível, por meio das reivindicações do cotidiano, a crítica ao instituído e o horizonte da educação escolar inclusiva (KOLLING, CERIOLI; CALDART, 2002).

Assim, Campo, para esses movimentos, tem uma conotação política de continuidade das lutas camponesas internacionais (RIBEIRO, s/ano). O Campo constitui um território encharcado de identidade e cultura, habitado por diferentes sujeitos que lutam por um pedaço de terra ou pela permanência na mesma, que reivindicam condições de vida e de produção da sua sobrevivência, visto que a luta pela terra não se esgota na sua conquista, pois se faz necessário um conjunto de políticas que assegurem o direito à saúde, educação, segurança, ao saneamento, à energia, estrada, entre outros (SCALABRIN; PAIVA, s/ano).

Fernandes e Molina (s/ano) analisam o “campo” da Educação do Campo a partir do conceito de território, sendo aqui definido como espaço político por excelência, campo de ação e de poder, onde se realizam determinadas relações sociais. O território é um trunfo dos povos do campo e da floresta. Trabalhar na terra, tirar da terra a sua existência, exige conhecimentos que são construídos nas experiências cotidianas e na escola. Ter o seu território implica em um modo de pensar a realidade. Para garantir a identidade territorial, a autonomia e organização política é preciso pensar a realidade do seu território, de sua comunidade, de seu município, de seu país, do mundo.

A terra significa espaço de vida, de identidade, tem múltiplos significados. É dádiva, é o território onde deitam suas raízes culturais, que dá sentido à vida, é fonte de vida. A terra como espaço vital é um território que assume dimensões sociais, econômicas, culturais, subjetivas e simbólicas. Os territórios são reivindicados, contestados, e passam a assumir novas configurações. De espaço de relações de poder e de força, do cativo da terra eles passam a assumir outras formas que lhes conferem os sujeitos que ocupam que passam a viver a terra dando-lhe outros significados, novas territorialidades (BATISTA, 2007).

Os povos do campo e da floresta têm como base de sua existência o território, onde reproduzem as relações sociais que caracterizam suas identidades e que possibilitam a permanência na terra. Esses grupos sociais, para se fortalecerem, necessitam de projetos políticos próprios de desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental. E a educação é parte essencial desse processo (SCALABRIN; PAIVA s/ano).

Assim, os Movimentos Sociais que contestam os poderes da ordem instituída precisam instituir novas lógicas e racionalidades políticas sociais, a fim de contribuir para a ruptura de relações individualizadas e competitivas que compõem o modo de vida do projeto racionalista iluminista moderno das classes hegemônicas e avançar na construção de uma sociabilidade cooperativa, solidária, de uma cidadania processual que se empenha em afirmar e garantir direitos humanos, sociais, trabalhistas, em exigir respeito às diferenças, às diversidades culturais, raciais e étnicas, de preferência sexual. Reivindicam trabalho, água, qualidade de vida (BONETI, 2007).

3.3 Relação entre Educação do Campo e Movimento Social do Campo

Em meio ao cenário de luta pelos direitos historicamente negados, é necessário contextualizar a relação campo-cidade no contexto do modelo capitalista de desenvolvimento em curso no país. O rápido avanço do capitalismo no campo esteve baseado, no Brasil, em três elementos fundamentais: um desenvolvimento *desigual*, nos diferentes produtos agrícolas e nas diferentes regiões; um processo *excludente*, que expulsou e continua expulsando camponeses para as cidades e para regiões diferentes de sua origem; e um modelo de agricultura que convive e reproduz simultaneamente relações sociais de produção *atrasadas e modernas*, desde que subordinadas à lógica do capital. No campo, esse processo tem gerado uma maior concentração da propriedade e da renda (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999).

Os princípios capitalistas foram transpostos para o campo, bem como a concepção dominante de que a escola urbana é melhor do que a rural. Isso coloca mais uma vez o determinismo geográfico como fator regulador da qualidade da educação, sendo um critério equivocado da política de investimentos. A realidade do campo hoje é retratada pela dicotomia rural/urbana, na qual houve toda uma transposição da lógica do meio urbano, inclusive na educação, para o meio rural. Logo, toda especificidade do campo foi ignorada e subjugada ao urbano.

A Educação do Campo tem sido caracterizada como um novo paradigma, ou seja, uma outra concepção que valoriza o trabalho no campo e os sujeitos trabalhadores, suas particularidades, contradições e cultura como práxis. Está em contraponto ao paradigma da Educação Rural, vinculado aos interesses do agronegócio, do capitalismo agrário e, conseqüentemente, ao fortalecimento das políticas de esvaziamento do campo (SOUZA, 2010 a).

Assim, a única possibilidade de sobrevivência do camponês seria a sua integração à agroindústria patronal e a sua subordinação às exigências do mercado dominado pela agricultura capitalista. Dentro dessa lógica, a agricultura familiar camponesa, destinada à subsistência e ao mercado local, foi abandonada pelas políticas públicas e marginalizada pelo governo, na medida em que este priorizou a agricultura capitalista baseada na monocultura exportadora. Vale ressaltar que a tecnologia do campo está somente a serviço da produção agrícola patronal. Não há interesse por uma tecnologia voltada para a agricultura familiar.

É o Movimento Social do Campo que, enfrentando todas as dificuldades possíveis, propugna por uma tecnologia adequada. Esse propósito está vinculado a uma educação de qualidade, mas específica do meio rural, voltado para o contexto do campo. Os formuladores da política educacional brasileira ignoram a necessidade de um projeto específico para a escola rural. Não uma escola no campo ou para o campo, nem uma escola da cidade no campo, mas uma escola do campo, com a cultura, os valores, a luta do campo. Não se quer levar as crianças e os jovens para a cidade, para um contexto que não é o deles. A luta é por um modelo específico que vincule a educação escolar às questões sociais inerentes à cultura e à luta do campo (ARROYO; FERNANDES, 1999).

Na mesma lógica, os formuladores da política educacional brasileira ignoram a necessidade de um projeto específico para a escola do campo. Nos documentos oficiais sobre educação no Brasil, a população rural¹⁰ aparece apenas como dado. São números citados de uma população esquecida. São apenas quantidades ou, no máximo, referências marginais e pejorativas, em que inferioriza o campo, vê o camponês como atrasado, não moderno e dependente do urbano.

Mediante o contexto e, concebendo a necessidade de luta, acreditamos que a educação é um instrumento que ajudará a mudar a realidade no campo a partir do seu atrelamento à luta dos Movimentos Sociais. Mais ainda, acreditamos que o próprio Movimento Social é educativo, forma novos valores, nova cultura, provoca processos desde a criança ao adulto, novos seres humanos vão se constituindo.

É importante destacar que o Campo exige uma concepção de educação diferenciada, que dê conta de suas especificidades, uma política de Educação do e no Campo, que assuma uma nova compreensão desse espaço-tempo, visto que as especificidades da vida camponesa não têm na educação urbana o diálogo necessário para o atendimento das diferenças

¹⁰ Ainda utilizam este termo nos documentos oficiais.

identitárias desses povos. Constitui-se, portanto, num campo específico que precisa ser reconhecido e trabalhado de modo próprio (SCALABRIN; PAIVA, s/ano).

Assim, a educação “do-no” Campo fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas de suas populações, de seus saberes, habilidades, sentimentos, valores, modo de vida, produção e, também, a relação com a terra. A escola do Campo deve estar vinculada à realidade dos sujeitos, pois o espaço geográfico e os elementos socioculturais constituem o seu modo de vida. Dessa maneira, as relações de trabalho e a educação devem ser refletidas de forma diferenciada, estabelecendo a relação do trabalho e educação como princípio educativo, desenvolvendo uma ação eficaz do processo ensino/aprendizagem (BOBBIO, 2006).

Logo, ao pensar a Educação do Campo no contexto de luta dos Movimentos Sociais do Campo, é imprescindível reconhecer que há uma luta histórica por uma educação diferenciada, engajada em um processo de transformação e renovação.

A luta dos Movimentos Sociais camponeses se alimenta do desejo de que a educação se estabeleça como uma ação emancipatória. O processo educativo, portanto, deve criar condições para que os sujeitos do campo se reconheçam enquanto sujeitos históricos (VENDRAMINI, 2012).

A Educação do Campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo, deve ser *educação*, no sentido amplo de *processo de formação humana*, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999). Quando se discutir a Educação do Campo, estar-se-á tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural.

O propósito é conceber uma educação básica do campo, voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo. Não basta ter escolas *no* campo; quer-se ajudar a construir escolas *do* campo.

Uma escola do campo é a que defende os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa, que construa conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população a fim de propiciar a compreensão das relações capitalistas e seus impactos sobre a vida dos trabalhadores. O que defendemos é a construção da escola que queremos. Não é de nosso interesse a cópia de modelos, importados, de escolas que não contribuem para a compreensão de nossas realidades. Precisamos construir

um projeto que vincule a educação às questões sociais inerentes à sua realidade (ARROYO, GONZALEZ & M., 1999).

O propósito da Educação do Campo é valorizar os sujeitos educandos como sujeitos constituídos de identidades próprias e senhores de direitos, tanto de direito à diferença, quanto de direito à igualdade, sujeitos capazes de construir a própria história e, portanto, de definir a educação de que necessitam (MUNARIM, 2009).

Portanto, torna-se imprescindível vincular educação com o Movimento Social, isso significa acreditar que a educação tornar-se-á realidade no campo somente se ela ficar atrelada ao Movimento Social. Mais ainda acreditamos que o próprio Movimento Social é educativo, forma novos valores, nova cultura, provoca processos em que desde a criança ao adulto novos seres humanos vão se constituindo (ARROYO; FERNANDES, 1999). Assim, almejamos a educação não apenas como o acesso aos conhecimentos historicamente sistematizados, mas como enraizamento no território, troca e construção de saberes, pauta-se no respeito aos saberes populares e nas diversidades que a permeiam. Nesse sentido, o Campo é mais do que um perímetro não urbano, é um espaço de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social com as realizações da sociedade humana (SCALABRIN; PAIVA, s/ano).

3.4 Histórico da Educação do Campo

Na sociedade brasileira como um todo, a visão urbanocêntrica, de raízes fincadas na ideologia desenvolvimentista de caráter urbano-industrial é amplamente hegemônica, razão pela qual a questão da educação dos povos que vivem no campo recebe pouca atenção ou atenção enviesada da sociedade e das instituições públicas. Apesar, e por causa disso, engendra-se um movimento social e pedagógico, bem como construção de conhecimento, em torno da temática da Educação do Campo (MUNARIM, s/ano).

O que podemos constatar é uma diversidade de experiências e representações não valorizadas por uma tradição política e educacional, uma tradição de um enfoque central na necessidade de transformação da educação a partir do currículo escolar como desdobramentos de políticas de perfil urbano/industrial predominante (CLÉSIO, s/ano).

Na maioria dos estados, a escola rural está relegada ao abandono. Em muitos, recebem a infeliz denominação de escolas isoladas. Também existe a concepção de que a escola urbana é melhor do que a rural. Esse pensamento coloca mais uma vez o determinismo geográfico

como fator regulador da qualidade da educação. O que está em questão é um projeto de escola e não a sua localização. Uma escola do campo tem os seus valores singulares que vão em direção contrária aos valores burgueses. Esse é um dos elementos importantes de sua essência. A política vigente inferioriza o campo, vê o camponês como atrasado, não moderno e dependente do urbano (BOBBIO, 2006).

Kolling, Cerioli & Caldart (2002) destacam que todas as constituições abarcaram a educação escolar, merecendo especial destaque a abrangência do tratamento que foi dado ao tema a partir de 1934. Até então, em que pese o Brasil ter sido considerado um país de origem eminentemente agrária, a educação rural não foi sequer mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891, evidenciando-se, de um lado, o descaso do constituinte com a Educação do Campo e, do outro, os resquícios de matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária apoiada no latifúndio e no trabalho escravo. Na verdade, a introdução da educação rural no ordenamento jurídico brasileiro remete às primeiras décadas do século XX, incorporando, no período, o intenso debate que se processava no seio da sociedade a respeito da importância da educação para conter o movimento migratório e elevar a produtividade no campo.

A partir desse entendimento e, tomando como referência a Educação do Campo, podemos desvelar que nas Constituições Federais e Leis educacionais brasileiras houve, ao longo do tempo, a negação do direito à educação aos povos especificamente do campo ou que integram a zona rural, negação esta legitimada, institucionalizada e sancionada, exceção feita à Constituição Federal de 1988. No caso da educação para os trabalhadores do campo, a legislação brasileira, até meados do final da década de 1980 não contemplou os anseios dessa classe, quer seja se omitindo, quer seja legitimando sua responsabilidade a outrem.

A “*Educação Rural*” começa a ser introduzida no ordenamento jurídico brasileiro, nas primeiras décadas do século XX, com o fim de atender aos interesses da classe dominante, cujo objetivo principal, naquele período, era para conter o movimento migratório e elevar a produtividade no campo. Com isso, o patronato visava manter o controle sobre os trabalhadores rurais para que não houvesse quebra da harmonia e da ordem nas cidades e baixa produtividade no campo (ROCHA, s/ano).

Vale ressaltar que a escola do campo tem uma especificidade que é inerente a histórica luta de resistência camponesa e buscar recuperar a história das lutas dos trabalhadores rurais é um desafio, uma vez que se trata de um percurso com poucos registros, muitos deles dispersos e fragmentados. A própria trajetória desses trabalhadores — explorados, subordinados politicamente aos grandes proprietários, excluídos dos mais elementares direitos políticos e sociais — implica na dificuldade de preservação de sua memória social. A imagem que uniões,

trouxeram à cena política a luta dos trabalhadores rurais, que impuseram seu reconhecimento à sociedade. Embora ainda localizadas e dispersas, essas lutas repercutiram fortemente nos centros de poder, fazendo da reforma agrária um importante eixo de discussão política.

Pessoa (1999) citado por Ribeiro (2010) acrescenta elementos históricos à trajetória da constituição das ligas camponesas, localizando as primeiras ligas no período de redemocratização, iniciado mais precisamente em 1945, vinculadas à aliança operário-camponesa. Mas estas não eram autônomas; constituíam-se como apêndice do Partido Comunista Brasileiro- PCB¹¹, por isso não adquiriram relevância e nem durabilidade. Apesar desses limites, as ligas camponesas retiraram a reforma agrária da discussão, no âmbito da política e da academia, e a transformam em instrumento da luta das massas, no Brasil (RIBEIRO, 2010).

No que se refere à reação dos proprietários de terra, apesar de ocorrer um fortalecimento das organizações dos trabalhadores, o período também assistiu a uma revitalização das entidades representativas dos interesses dos proprietários de terra. Multiplicaram-se as associações de nível municipal, as federações estaduais, e já no início dos anos 1950 surgiu a Confederação Rural Brasileira. No bojo dessas associações, procurava-se criar a imagem do proprietário que produzia sem receber estímulos do governo, que sustentava a industrialização com as divisas que seus produtos geravam, que enriquecera a custo do trabalho duro, que dava toda proteção e apoio aos bons trabalhadores e que se via agora ameaçado pela agitação introduzida em suas terras de fora para dentro. Rebatendo a imagem do atraso, reivindicavam do governo apoio à entidade agrícola, com políticas especiais de crédito, construção de silos, armazéns, estradas, educação, introdução de medidas de apoio à produção etc., de forma a elevar o nível de renda do setor. Com isso, argumentavam, seria possível também a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores e a consequente redução do êxodo rural (MEDEIROS, 1989).

Ainda em nome da liberdade na gestão dos seus negócios, os latifundiários recusavam-se a aceitar a introdução da legislação trabalhista. Com o argumento do crescente poder de intervenção do Estado e do risco de medidas socializantes, negavam-se a aceitar qualquer reforma agrária, e demandavam medidas que permitissem a capitalização da grande propriedade. Nessa linha argumentativa, mostraram uma grande capacidade de construir alianças políticas, trazendo desde logo a burguesia industrial para seu lado e mostrando

¹¹ Criado em 1922, o PCB se consolidou nos anos 20 e início dos anos 30 como a principal força que se propunha a falar pelos trabalhadores no país. Mas, apesar de apontar para a questão agrária, desde sua criação, como um dos nossos mais sérios problemas e de ter a reforma agrária como uma de suas bandeiras, não desenvolvera nenhum trabalho sistemático no meio rural (MEDEIROS, 1989).

cristalinamente que a reforma agrária, naquele momento, não interessava a nenhuma forma de capital. Deixavam claro também que os diversos setores burgueses, por mais preocupados que estivessem com a ampliação do mercado interno, não podiam suportar os trabalhadores mobilizados em busca de direitos e questionando a forma com que se revestia a propriedade da terra.

Em meio ao contexto de luta, em outubro de 1953, em Viena, ocorreu uma Conferência Internacional de Trabalhadores Agrícolas, provocando a convocação pelo PCB de um encontro nacional, com a finalidade de eleger os representantes do Brasil e elaborar uma pauta de reivindicações. Esse evento, conhecido como I Encontro Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, realizou-se nos dias 6 e 7 de setembro, em São Paulo, reunindo os estados do Centro-Sul, e simultaneamente em Recife, para os estados do Norte e Nordeste. Entre as reivindicações então levantadas estavam: o confisco das terras dos latifundiários e das companhias estrangeiras e sua distribuição gratuita entre os assalariados agrícolas, camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra; entrega de títulos legais de posse a todos os camponeses que recebessem essas terras; garantia da terra aos camponeses médios e ricos; medidas de estímulo à produção, como ajuda técnica, crédito fácil e barato, fornecimento de ferramentas, adubos etc.; proibição de todas as formas de exploração semifeudal, como a meia, a terça, pagamento em espécie, trabalho gratuito etc.; criação de um banco para atender aos que recebessem terra após a reforma agrária etc.

No ano seguinte, 1954, ocorreu em São Paulo um novo encontro: a II Conferência Nacional dos Lavradores, que tinha por um de seus objetivos centrais criar uma organização de âmbito nacional que aglutinasse as diversas organizações de trabalhadores então existentes. Era um passo fundamental para a superação do localismo e do isolamento das lutas que se desenvolviam no campo. Diversos temas foram discutidos nesse encontro. Entre eles, o direito de organização em associações e sindicatos, direito de greve, reforma agrária, previdência social e reivindicações específicas das diversas categorias de trabalhadores presentes ao encontro (MEDEIROS, 1989).

Naquele momento, em 1954, foi criada, pelo PCB, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros — ULTAB, na maioria dos Estados brasileiros. No Rio Grande do Sul, em vez de ULTAB, surgiu o Movimento dos Agricultores Sem-Terra — Master. De acordo com Morissawa (2001) citado por Ribeiro (2010), as ações do Master viriam a inspirar o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra — MST, segundo a mesma autora, incluíam a construção de acampamentos visando entrar na posse da terra e tinham o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro — PTB. Bezerra Neto (1999) citado por Ribeiro

(2010) discorda, no entanto, dessa posição, ao afirmar que, dentre os movimentos de luta pela terra, o que mais influenciou os fundadores do MST foi o das Ligas Camponesas.

Em 1957, a ULTAB realizou sua I Conferência, já com a participação de 57 associações e 04 sindicatos. Em 1961, impulsionado pela ULTAB e pelas Ligas Camponesas, realizou-se o I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte. A organização sindical havia se expandido intensamente: sindicatos, associações, federações e Ligas Camponesas. A luta pela reforma agrária ganhou dimensão nacional, tornando-se uma das bandeiras da massa trabalhadora do campo e das cidades (REIS, 2002).

Vale destacar que, abrindo o documento emanado da Conferência, a “Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas”, já aparecia a demanda que, progressivamente, se constituiria na reivindicação maior dos que trabalhavam no campo: a reforma agrária. Entendida como medida de justiça social, a reforma agrária era visualizada pela distribuição das terras dos latifundiários aos trabalhadores agrícolas e lavradores sem-terra ou possuidores de terra insuficiente; da entrega de título de propriedade plena a posseiros, ocupantes e colonos de terra; de medidas de apoio à produção (ajuda técnica, crédito fácil e barato, fornecimento de maquinarias e ferramentas, garantia de preços, estímulo ao cooperativismo); da proibição das formas consideradas semifeudais de exploração do trabalho, como o trabalho gratuito, a meia, a terça e outras formas de parceria, pagamento em espécie etc.; da garantia aos indígenas das terras por eles ocupadas.

A nível Federal, a questão agrária também adquiriu peso progressivo. Na eleição presidencial de 1960, a reforma agrária e a extensão da legislação trabalhista para o campo foram temas de campanha. O presidente eleito, Jânio Quadros, logo no início do seu governo, instituiu uma comissão, presidida pelo senador Milton Campos, para estudar o assunto e elaborar um projeto de alteração da estrutura fundiária do país. O resultado desse trabalho foi uma das bases para a posterior elaboração do Estatuto da Terra.

Com relação ao papel da Igreja na sindicalização rural, durante toda a década de 1950 é possível perceber em documentos eclesiais e em encontros episcopais uma crescente preocupação com a situação dos trabalhadores rurais e com as “estruturas sociais injustas”, é por volta de 1960 que a Igreja se voltou para um trabalho organizativo e mobilizador (MEDEIROS, 1989).

Vale ressaltar, de um lado, a participação da igreja católica na criação de sindicatos de trabalhadores rurais, principalmente no Nordeste, e de outro, a presença do PCB na ULTAB, que reunia a maior parte das federações de trabalhadores rurais.

A Igreja Católica por anos esteve do lado dos poderosos. No entanto, sempre houve dentro da igreja padres e bispos que assumiram as lutas pela libertação do povo representada na “Teologia da Libertação”.

Neste contexto, começam a surgir no final dos anos 1960 as Comunidades Eclesiais de Base¹²— CEBs — em todo o Brasil. Surgem também as diversas Pastorais, que passam a dar apoio para a organização dos trabalhadores. Compartilhando do estudo de Reis (2002), as CEBs foram criadas para estimular a participação dos fiéis na condução da Igreja católica. Uma Comunidade Eclesial de Base refere-se a um grupo de famílias vizinhas que se reúne para rezar e refletir sobre a bíblia e a realidade vivida. Por meio de encontros/reuniões, orientados por cartilhas e folhetos preparados, os participantes dessas Comunidades cantam, rezam, leem trechos da bíblia e fazem a reflexão sobre os fatos bíblicos e a realidade vivida. Todas as atividades, praticamente, são realizadas pelas pessoas das próprias localidades.

Foi através das CEBs que vários grupos de agricultores aprenderam a fazer reuniões, e essas passaram a ser um espaço onde discutiam de forma organizada seus problemas.

De acordo com Ribeiro (2010), as CEBs eram diferenciadas, uma vez que algumas se tornaram militantes e ativas, enquanto outras restringiram-se às atividades mais propriamente religiosas, como a catequese, o culto, a leitura da bíblia.

Mas o trabalho da Igreja não se resumiu a isso. Em 1961, foi criado o Movimento de Educação de Base – MEB, por decreto do governo federal. Através de escolas radiofônicas e orientado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, esse órgão passou a ser um impulsionador da sindicalização em diversos outros locais, especialmente em Sergipe, Maranhão e Bahia, onde sua atuação foi mais direta. Em alguns estados, eram os Círculos Operários que estimulavam a sindicalização: São Paulo, Rio de Janeiro. Em outros, ainda eram as Frentes Agrárias, como no Rio Grande do Sul. Em diversos locais, articulava-se a ação de organismos de Igreja distintos, como foi o caso da Paraíba, onde a sustentação da equipe de sindicalização era dada pelos Círculos Operários.

Em 1962, a sindicalização rural foi regulamentada. Portanto, todos os sindicatos de trabalhadores rurais criados nos anos de 1950 foram regularizados. Isso ocorreu no governo do presidente João Goulart, momento em que começou a regulamentação do trabalho agrícola e do sindicalismo dos trabalhadores rurais. Dessa forma, o sindicalismo incorporou aquilo que

¹²As Comunidades Eclesiais de Base (CEB) são comunidades ligadas principalmente à Igreja Católica que, incentivadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), se espalharam principalmente nos anos 1970 e 1980 no Brasil e na América Latina. Consistem em comunidades reunidas geralmente em função da proximidade territorial, compostas principalmente por membros das classes populares, vinculadas a uma igreja, cujo objetivo é a leitura bíblica em articulação com a vida. Essas comunidades se tornaram importantes espaços para os trabalhadores rurais e urbanos se organizarem e lutarem contra a injustiça e por seus direitos (REIS, 2002).

se tornou a marca registrada do movimento sindical brasileiro, o corporativismo, o aparelhismo e a referência de ‘ação’ limitada à base territorial de abrangência municipal.

Assim, instituiu-se uma verdadeira corrida entre as diferentes forças políticas que atuavam no campo em busca do reconhecimento de “seus” sindicatos. Como a legislação só permitia a existência de um sindicato em cada município, tratava-se de conseguir a carta sindical o mais rapidamente possível, quer através do pronto encaminhamento da documentação necessária ao Ministério do Trabalho, quer pelas barganhas e pressões no interior da Comissão Nacional de Sindicalização Rural. Em muitas áreas já existiam associações ou então sindicatos que funcionavam sem reconhecimento. Tratava-se de legalizar sua situação. Em outras, o sindicato era criado independentemente da existência de organizações anteriores ou da mobilização dos trabalhadores. Como o controle sobre um grande número de entidades também garantiria o controle sobre a federação a ser criada a nível estadual e como esse mecanismo se repetiria para a direção da confederação, em âmbito nacional, é fácil perceber o interesse das forças políticas em terem em suas mãos o maior número possível de sindicatos (MEDEIROS, 1989)

No que se refere à reforma agrária, em finais de 1962 surgiu a Superintendência de Política e Reforma Agrária — SUPRA, apontando para o reconhecimento da necessidade de intervenção na estrutura fundiária. No entanto, medidas concretas de desapropriação, dependentes de alterações constitucionais de forma a permitir o pagamento das indenizações em títulos da dívida agrária, continuaram sendo o ponto de estrangulamento dessas tentativas de enfrentar a questão agrária.

No ano seguinte, em 1963, instituiu-se a Comissão Nacional de Sindicalização Rural-CONSIR, destinada a promover a sindicalização e planos integrados, em regiões específicas, através do levantamento de relações de trabalho, identificação profissional, educação e aperfeiçoamento sindical. Ainda no mesmo ano, o Congresso Nacional acabou aprovando o Estatuto do Trabalhador Rural (lei nº 4.214, de 2/3/1 963), garantindo aos assalariados do campo o direito a antigas reivindicações como salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias remuneradas, licença maternidade, indenização em caso de dispensa, estabilidade após dez anos de serviço, obrigatoriedade de registro em carteira profissional etc.

Nesse contexto, do ponto de vista organizativo, o período foi marcado, em que pese a repressão, pela constituição de um sindicalismo rural centralizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. Segundo Morissawa (2001) citada por Ribeiro (2010), a Contag nasceu de um acordo entre Igreja e ULTAB a fim de formar uma lista única com candidatos de ambas, assim surgiu essa Confederação.

Embora pouco eficaz, no sentido de impedir despejos e garantir os direitos já conquistados, esse sindicalismo, no entanto, consolidou-se como porta-voz das bandeiras históricas dos trabalhadores rurais. Ao lado dele, também setores da Igreja tornaram-se canais de expressão dos anseios desse grupo social, denunciando a miséria e a opressão de que eram vítimas e também buscando colaborar na sua organização (MEDEIROS, 1989).

Reconhecida em janeiro de 1964, a Contag assumiu dois compromissos básicos: a luta pelo reforço e ampliação dos sindicatos, bem como da unidade do movimento e a encampação das resoluções do Congresso de Belo Horizonte. Dois meses depois, sobreveio o golpe militar e alteraram-se os rumos das lutas trabalhadoras e do sindicalismo rural.

Nesse contexto, conforme apontado pelo estudo da Reis (2002), na primeira metade dos anos 1960, chegaram a ser organizadas associações sindicais em 16 Estados. O número de sindicatos cresceu rapidamente devido à regulamentação sindical. Às vésperas do golpe militar de 1964, o número de sindicatos chegava a 1.200, em 42 federações.

Após o golpe de 31 de março de 1964, as lutas no campo e na cidade entraram em refluxo, frente à repressão que passaram a enfrentar. O golpe destruiu organizações, perseguiu, torturou e assassinou lideranças, colocando a Contag e os sindicatos de trabalhadores rurais sob rigoroso controle. Em virtude disso, anulou a sua natureza reivindicatória que foi substituída pela assistência social. Diante desses fatos, um grande número de sindicatos sofreu intervenção estatal. Com essa medida, o “sindicalismo de Estado” se difunde nos espaços rurais. Os sindicatos passam a uma posição de subserviência estatal, assumindo geralmente caráter assistencialista. A atuação da igreja, sobretudo a católica, foi determinante para a consolidação de uma crítica a essa tradição sindical que se formava no campo brasileiro.

Sob a tutela empresarial-militar, iniciou-se uma série de reformas, de caráter modernizador da economia e da sociedade, algumas delas demandadas anteriormente ao golpe de 1964. Foi o caso da reforma bancária, universitária e administrativa. Assim, a classe dominante, para exercer seu domínio e obter hegemonia, tem de ceder em algum aspecto, redimensionando-o segundo seus interesses. Por isso, o marechal-presidente Castelo Branco, imposto pela ditadura, promulgou em 30/11/1964 a Lei nº 4.504 que dispõe sobre o Estatuto da Terra. Esse Estatuto foi a primeira legislação referente à reforma agrária no Brasil, segundo Ribeiro (2010). Essa foi uma lei avançada em muitos aspectos, mas permaneceu no papel, sem ter sido colocada em prática, como tantas outras.

Com o Ato Institucional nº 5, em 1968, não existiu nenhum espaço para manifestação das diversas forças sociais. Marcado pela concessão de subsídios e incentivos fiscais,

processou-se um rápido crescimento econômico, fundado na concentração de capitais e de renda, tanto a nível pessoal como regional. Ampliou-se a produção de bens de capital, modernizou-se o parque industrial, estimulou-se a modernização agrícola e a ocupação das fronteiras pelos grandes empreendimentos incentivados. O discurso em torno da reforma agrária, que marcou ainda o primeiro governo militar, foi substituído pelo da colonização, da ocupação dos espaços vazios, da transformação tecnológica da agricultura tradicional. Juntamente com essas medidas, implementava-se uma grande propaganda em torno de projetos especiais tais como o Programa de Integração Nacional — PIN, o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste — PROTERRA, o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural — FUNRURAL¹³ e grandes empreendimentos.

Do ponto de vista dos trabalhadores urbanos, o novo modelo significou arrocho salarial. No campo, um intenso êxodo rural, multiplicação dos despejos, aumento do trabalho temporário em proporções assustadoras. As manifestações de protesto e greves eram impedidas. A imprensa censurada. As organizações clandestinas de esquerda, que ainda buscavam alguns canais de resistência, foram duramente reprimidas. Foi o período das torturas, dos “desaparecimentos”.

O fim da ditadura militar começou já no final dos anos 1970, com as greves dos metalúrgicos do ABC, as paralisações no campo, a anistia, a emergência de novos partidos. O regime perdia aos poucos sua base de sustentação, mesmo entre diversos setores da burguesia, fruto dos evidentes sinais de crise econômica. Os movimentos sociais retomam as suas organizações, quando se pode perceber, novamente, a forte presença da Igreja e de partidos políticos de esquerda nesse processo.

Assim, reapareceram as greves, muitos sindicatos renovaram suas práticas, trazendo novas formas de expressão. A luta pela anistia e a condenação econômica e política ao regime ganharam fôlego. Nesse quadro, as lutas no campo se diversificaram e se intensificaram, trazendo à cena política não só a luta pela terra, mas também greves de assalariados e inúmeras reivindicações. No bojo desses conflitos, surgiram propostas distintas para o campo, que se expressavam quer na constituição de oposições sindicais, críticas em relação à linha da Contag, quer na formação do Movimento dos Sem Terra. A Igreja apoiou muitas das lutas e reivindicações que emergiam e manteve uma presença vigorosa entre os diversos segmentos dos trabalhadores (MEDEIROS, 1989).

¹³Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, criado pela lei n. 4.214, de 02 de Março de 1963.

Já o início dos anos 1980, foi possível analisar um encontro entre o novo sindicalismo, que surge nas cidades, e as organizações de trabalhadores rurais, especialmente através do processo de construção de uma central sindical. O debate, que em torno dessa questão se verificou e que acabou por gerar duas centrais — Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central Geral dos Trabalhadores (CGT) —, foi rico de consequências para as entidades sindicais, trazendo a elas novos temas e novos questionamentos (MEDEIROS, 1989).

Naquele período, na luta pela terra na sua forma recorrente em diversos momentos da história do país, agregaram-se novos sujeitos, gerados na expulsão de seringueiros dos seringais nativos, para transformá-los em pastagens, na construção de barragens para usinas hidrelétricas, ou pela exclusão a que milhares de trabalhadores agrícolas foram condenados frente ao rápido avanço da modernização no campo. Foi nessa união de culturas que novas formas de luta surgiram e que a demanda por reforma agrária se intensificou.

Oficialmente, em 1985, nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST¹⁴, durante o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (RIBEIRO, 2012). Reuniram-se, então, 1.500 delegados, representando 20 estados. Embora a maior representação fosse dos estados do Sul, de qualquer forma patenteava-se o rápido crescimento das organizações dos Sem Terra. Pelo tipo de resoluções a que os Sem Terra chegaram ao seu congresso, é fácil perceber que eram poucas as esperanças que depositavam na Nova República. Essa falta de confiança era constantemente expressa através da divulgação do fato de que o presidente eleito, Tancredo Neves, apesar de ter se comprometido a comparecer ao congresso, não o fez. Mesmo assim, os Sem Terra levaram os resultados do seu encontro ao recém-criado Ministério da Reforma Agrária e ao INCRA.

Vale destacar que à medida que ocupam a terra com suas famílias nos assentamentos designados pelo Estado, os agricultores começam a demandar uma escola para os filhos, porém diferente da escola rural que, historicamente, tem lhes sido oferecida.

¹⁴Morissawa (2001) citada por Ribeiro (2010) localiza a semente do surgimento do MST em Setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação da Fazenda Macali, no Rio Grande do Sul. Esse processo não teria início sem a participação da Comissão Pastoral da Terra- CPT, criada pelos bispos brasileiros em 1975, com a participação de outras igrejas cristãs. Navarro, Moraes e Menezes (1999) citado por Ribeiro (2010) sintetizam a história do MST em três fases. A primeira compreende os anos formativos até o início da década de 1980, quando os trabalhadores sem-terra são mobilizados, inclui a estruturação formal do Movimento, no ano de 1984 estendendo-se até 1986, quando a maioria dos assentamentos e acampamentos está localizada na região Sul. Nesse período o Movimento opta por negociações pacíficas com a mediação de religiosos ligados à CPT. Na segunda etapa, entre os anos de 1986 e 1993, o Movimento adota a tática de confronto, recusando a intervenção de mediadores da Igreja Católica, e transfere a sua sede para São Paulo. A terceira fase, segundo os autores, tem como ponto alto a participação dos trabalhadores sem terra de São Paulo, além da ampliação do Movimento para outros Estados brasileiros. (RIBEIRO, 2010)

A Nova República inicialmente manteve viva a fé nas mudanças. Porém, instantaneamente as ilusões se desfizeram. Em que pesem as demandas dos trabalhadores, acampamentos, ocupações de terra etc., nem o novo governo, nem a Constituição atenderam seus reclamos, indicando os limites das possibilidades de democratização da sociedade brasileira.

Dessa maneira, as greves se tornaram, desde logo, as principais armas de luta. Ao lado delas, apareciam ações na justiça, cobrando direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho aos operários urbanos, tais como salário mínimo e férias e cuja aplicação não era estendida aos rurais.

Fernandes (s/ano) também faz um balanço da discussão da reforma agrária no Brasil. Segundo ele, vivenciamos um novo momento da luta pela terra, que começou a ser formado a partir da segunda metade da década de 1990. A questão agrária foi intensificada com a criação de novas políticas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, compreendidas pela criminalização das ocupações e na implantação do Banco da Terra, na extinção da assistência técnica e na mudança do modelo de linha de crédito agrícola para a agricultura camponesa, que prejudicou o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos rurais.

Desse modo, como a questão agrária só pode ser administrada no território da política, no qual os trabalhadores têm poder de resistência e, por conseguinte, de enfrentamento, o Governo Fernando Henrique Cardoso instituiu a ideia de “*novo mundo rural*”, utilizando a noção de desenvolvimento sustentável, mercantilizando a questão agrária, colocando-a no território do capital, no qual os camponeses são plenamente subalternos. Nesse sentido, o governo tenta refluir a luta dos trabalhadores sem-terra, procurando desmobilizá-los; transfere a questão agrária do espaço das negociações políticas para o espaço do negócio político-econômico; ocupa o território do assentamento produzindo a ideia de empreendimento, desenvolve uma linha de crédito, que intensifica a diferenciação social e acirra as desigualdades.

No Governo Fernando Henrique Cardoso, foi produzido um conjunto de eufemismos para utilizar em suas retóricas. Com esse estratagema, tenta nos fazer crer que o problema agrário pode ser resolvido apenas com desenvolvimento econômico, que o governo fez “a maior reforma agrária da história do Brasil”, que as “ocupações são páginas viradas da história”, que suas políticas são propositivas para o “desenvolvimento da agricultura familiar”. Mas na realidade esse estratagema fez parte do plano político do governo FHC para impedir a territorialização da luta pela terra, já que o governo defendia a ideia de que, com a implantação de alguns assentamentos rurais, a luta pela terra diminuiria de intensidade,

porque seus teóricos imaginavam que o número de famílias sem terra era igual ao número de famílias acampadas. Pelo desconhecimento dos processos de espacialização e de territorialização da luta, seus teóricos e políticos não conseguiam compreender como a luta crescia e expandia, se o governo implantava novos assentamentos sob a pressão das ocupações de terra. De fato, quanto mais assentamentos o governo implantava, mais a luta pela terra se espacializava e se territorializava, porque por meio desses processos, os camponeses se (re) criam. Essas ações são possibilidades políticas de (re)criação do campesinato (FERNANDES, s/ano).

Na sociedade capitalista, a questão agrária é resultado de seu modo de produção que se desenvolve por meio do mercado, na qual se realiza a renda capitalizada da terra, gerando a desigualdade e a diferenciação social, de modo que nesse território é impossível minimizar o efeito devastador do problema agrário. Justamente, por optar pelo mercado para conduzir essa questão, o governo precisou inventar uma outra leitura da questão agrária e idealizou o “novo mundo rural”. Porém, ainda, como o “novo mundo rural” é uma invenção, portanto não é o mundo real, também foi preciso inventar políticas repressivas para tentar consolidar a invenção. Em tempos de ditadura, o governo utilizava-se da militarização da questão agrária, nesses tempos de democracia, o governo utiliza-se da judicialização da questão agrária. Desse modo, ao Poder Judiciário cabe o dilema atualizado da história, em reprimir a luta pela terra, humilhando os trabalhadores (FERNANDES, s/ano).

É importante destacar que a luta pela terra, desencadeada pelos *camponeses*, fertilizou o movimento pela educação do campo e favoreceu o reconhecimento de que a conquista da terra, assim como da educação e de outros direitos sociais não se dá sem um conhecimento que oriente a práxis política e, por ela, seja orientado. A luta pela reforma agrária constitui a materialidade histórica maior de seu berço nascedouro, uma espécie de pano de fundo, de maternidade. A experiência acumulada pelo MST com as escolas de assentamentos e dos acampamentos, bem como a própria existência do MST como movimento pela terra e por direitos correlatos, pode ser entendida como um processo histórico mais amplo do qual deriva o nascente Movimento de Educação do Campo (MUNARIM, 2009). O MST pode ser considerado o movimento social de grande importância para o início do Movimento de Educação do Campo. A par de sua permanência, entretanto, convém assinalar que outros sujeitos coletivos forjados em torno da questão do campo, que agregaram ao coletivo após seu início, constituem, hoje, a dinâmica desse Movimento. Destaquem-se as organizações de âmbito nacional ou regional, a saber: o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores

(MPA), sindicatos de trabalhadores rurais e federações estaduais desses sindicatos vinculados à Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, vinculado à CONTAG e que têm sustentado a campanha chamada “Marcha das Margaridas”, a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB) e, por fim, a Comissão Pastoral da Terra¹⁵ (CPT), além de uma série de organizações de âmbito local.

E o caminhar da luta pela Educação¹⁶ diferenciada amplia-se com a realização do “I Encontro dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária — I ENERA”, realizado em 1997, em Brasília e promovido pelo MST em parceria com a Universidade de Brasília — UnB; a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura — UNESCO; o Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF; e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB (ROCHA, *s/ano*). Como fruto desse Encontro foi criado o Programa Nacional da Educação da Reforma Agrária — PRONERA, vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária (RIBEIRO, Marlene, 2012). Não parte do Estado essa iniciativa, mas é uma resposta aos movimentos sociais. A força dos movimentos sociais rurais/do campo, com a iniciativa do MST e o apoio de entidades nacionais e internacionais, pesou na conquista do Pronera. Contraditoriamente, esse Programa está compreendido como uma política do INCRA e não do MEC, do que se pode depreender o vínculo forte entre trabalho e educação expresso na luta pela terra associada à luta pela “ocupação da escola” (RIBEIRO, 2010).

No Iº ENERA surgiu a ideia de uma conferência nacional. São “momentos” de apelo pedagógico, mas, principalmente, de forte apelo político, que demarcam a ação dos sujeitos que estão na base desse Movimento (MUNARIM, 2009).

Dessa maneira, educadores assentados, junto com agentes da Comissão Pastoral da Terra — CPT, apoiados pelo Movimento Camponês, organizaram-se para formular uma proposta pedagógica direcionada à formação humana, portanto, articulando trabalho-educação. Assim, realizou-se a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, ocorrida em julho de 1998, em Luziânia-GO, que objetivou a ampliação pela demanda da

¹⁵Em 1975 vai ser criada a Comissão Pastoral da Terra –CPT- que surgiu como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia. A CPT tem um papel importante no apoio às lutas pela terra em todo o país e tornou-se importante espaço de denúncia e registro dos conflitos no campo; numa época em que as informações eram controladas, era ela que fornecia à imprensa dados sobre a violência no campo (RIBEIRO, Marlene, 2012).

¹⁶ A terminologia Educação do Campo já vindo sendo utilizada ao longo da dissertação, no entanto a partir de agora o objetivo foi explicitar a história oficial de nascimento da Educação do Campo.

educação do campo com a participação de todos os movimentos sociais populares do campo, organizados na Via Campesina¹⁷ — Brasil, bem como os sindicatos de trabalhadores rurais.

Anos depois, foi realizada a II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, ocorrida também em Luziânia (GO), no ano de 2004. Participaram dessa iniciativa representantes de movimentos sociais sindicais e outras organizações sociais do campo e da educação, de universidades, de ONGs e de Centros Familiares de Formação por Alternância, de Secretarias estaduais e municipais de educação e de outros órgãos de gestão pública.

Nesse contexto, os Movimentos Sociais rurais/do campo que, nas suas lutas, propõem-se a romper com séculos de políticas de expropriação/proletarização e dominação do campesinato brasileiro, inserem a Educação do Campo em projeto popular de sociedade, no qual emancipação humana é o horizonte para o qual se orienta a sua caminhada (RIBEIRO, 2010).

No período de 19 a 21 de setembro de 2005, foi realizado em Brasília o I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, com a participação de pesquisadores de 24 Estados do território brasileiro. Posteriormente, em 2008, ocorreu o II Encontro, com a presença de representantes de órgãos públicos e movimentos sociais. Durante a programação, foram apresentadas experiências da área com o propósito de contribuir com a reflexão do tema, bem como gerar mais possibilidades para a construção de políticas públicas direcionadas à Educação do Campo (MOLINA, 2006).

A luta é por uma educação que seja voltada para os povos que constituem e dão vida ao campo brasileiro, respeitando suas identidades e modos de vida (ROCHA, s/ano).

Os Movimentos Sociais do Campo também estão embasados no que é garantido na LDBEN 9.394/96 que, em seu Artigo 28, traz a seguinte norma:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especificamente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, p. 10).

¹⁷ Fundada em 1993 em Mons, na Bélgica, a Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. Trata-se de um movimento autônomo, pluralista, sem ligações políticas, econômicas ou de qualquer outro tipo. Está formado por organizações nacionais e regionais; é um movimento social popular existente em vários países. A Via Campesina do Brasil é uma articulação formada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab) (RIBEIRO, 2010).

Nessa perspectiva, e de posse de alguns direitos sociais garantidos e institucionalizados, tanto na Constituição Federal de 1988, quanto na legislação educacional atual, LDBEN 9394/96, os povos do campo fortalecem ainda mais a sua história, não mais como sujeitos passivos, mas como sujeitos *de e da* ação.

Assim, no bojo desse movimento mais amplo pela educação pública, criam-se condições favoráveis à renovação do conceito de Educação Rural. Na LDB, estabelecem-se obrigações ao Estado, bem como definição de responsabilidades dos demais sujeitos históricos como a família e a sociedade no que diz respeito à educação, que valem também para o campo. O estatuto da educação obrigatória, por exemplo, que já estava consignado na Constituição de 1988, firmada como direito público subjetivo, gera consequências quantitativas positivas para o campo. Igualmente, abre-se espaço para propostas de educação escolar de qualidade alternativa à conhecida Educação Rural, ou seja, a LDB “reconhece a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença” (Parecer nº 36/2001, CEB/CNE) (MUNARIM, 2009).

Nesse contexto, dinâmico de pressão dos Movimentos defensores da Educação do Campo houve alguns avanços, tais como: aprovação da Resolução CNE/CEB 1, de 03/04/2002, que institui as *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*.

Dessa forma, as diretrizes se constituíram em um grande passo para quebrar a indiferença dos documentos oficiais com o rural brasileiro, e desencadearam um processo de mobilização e envolvimento social, na busca de garantir e fortalecer a qualidade, o acesso e a permanência da Educação do Campo no cenário das Políticas Públicas do país. Foi como se o rural, antes coberto e desconhecido pelos documentos oficiais, tivesse emergido para então obter um lugar na política brasileira.

A partir disso, o Parecer e a Resolução foram divulgados em nível nacional, pois, a educação básica é de responsabilidade dos estados e municípios; elaboração do aparato legal a fim de atender a necessidade de políticas em nível nacional e local, tais como: o Parecer CNE/CEB nº1/2006 que trata da Pedagogia da Alternância e reconhece os seus dias letivos de forma diferenciada; a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008 que estabelece Diretrizes complementares às políticas de Educação do Campo; a Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 que define as Diretrizes Curriculares da Educação Básica o que inclui o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) como política de Educação do Campo; a Resolução nº40, de 26 de Julho de 2011 que dispõe sobre o Programa Nacional Livro didático do Campo (PNLD Campo) e o lançamento do Programa Nacional de Educação

do Campo (PRONACAMPO) no mês de março de 2012; a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade — SECAD pelo Ministério da Educação e Cultura — MEC, em 2003; a instituição por esse mesmo órgão de um Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, por meio da Portaria nº 1374/2003, no ordenamento jurídico brasileiro (ROCHA, s/ano).

Nessas resoluções, percebemos o reconhecimento de que a escola do campo tem uma identidade vinculada à realidade na qual está inserida. Ao mesmo tempo, ressalta a importância da educação para o exercício pleno da cidadania e para um desenvolvimento do país que considere a solidariedade e a justiça social, envolvendo as populações rurais e urbanas (RIBEIRO, 2010).

Cabe ressaltar o pouco que o PNE propõe referente ao rural é, pois, rejeitado pelos sujeitos que compõem o Movimento de Educação do Campo, seja por que são metas insuficientes, seja por que é o antípoda da qualidade por eles requerida. Aliás, a despeito de o Movimento de Educação do Campo, naquele momento, contar com o apoio explícito da UNESCO que, no plano internacional elabora proposições de políticas educacionais às nações que a compõem, o PNE reflete exatamente a visão urbanocêntrica, preconceituosa e excludente do campo, que, ademais, sempre embasara as políticas educacionais brasileiras.

A construção da Educação do Campo vem sendo marcada por uma prática social (coletiva) que indaga a educação pública estatal e que fortalece a educação pública oriunda das reflexões dos povos do campo. Analisar a articulação que tem havido entre a sociedade civil organizada e o Estado contribui na compreensão da trajetória da Educação do Campo, como uma nova concepção de educação e de campo no Brasil, fundada nas relações de classe, bem como uma nova noção de como se faz/constrói política pública no Brasil (SOUZA, 2010 b).

3.5 Movimento Sindical em Minas Gerais

A Zona da Mata Mineira não é uma região com longa tradição de organizações camponesas. Com apoio de organizações e grupos ligados à Igreja Católica, a organização dos Movimentos Sociais do campo na região foi fortalecida pela criação de vários sindicatos. Estes foram criados por lideranças camponesas, ligadas às Comunidades Eclesiais de Base-CEB e incentivadas pelos cursos do Movimento da Boa Nova — MOBON. Afinado com a

doutrina da CEB, o MOBON pregava que a “fé sem obras é morta”, e chamava as pessoas para intervirem na realidade e se organizarem para diminuir a exploração. Em 1983, o MOBON estava fortalecido e, aproximadamente nesse período, em toda a região se começou a discutir e decidir sobre quais eram os diferentes *instrumentos* para intervir na realidade, tais como as associações e, principalmente, os sindicatos de trabalhadores rurais e os partidos políticos.

O estudo de Reis (2002) nos traz informações acerca da organização dos trabalhadores rurais em Minas Gerais. A partir do período de 1964, havia, em Minas Gerais, 24 sindicatos de trabalhadores rurais e duas federações, nenhuma delas reconhecida pelo Ministério do Trabalho. O golpe militar prejudicou esse processo inicial de organização. Dessa maneira, federações foram fechadas, alguns sindicatos sofreram intervenção e as lideranças mais combativas foram presas e torturadas. A estrutura sindical, no entanto, foi mantida.

A reativação do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais ficou a cargo da corrente ligada a setores conservadores do clero. Em Minas Gerais, a Federação dos Círculos Operários Cristãos retomou, logo após o golpe, o contato com os sindicatos de linha moderada, reabrindo suas portas.

Além da Igreja, a criação dos STRs¹⁸ foi estimulada pela fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). A fundação do PT inseriu na disputa política novos agentes: as lideranças das CEB's e sindicais (em geral pequenos proprietários ou parceiros) que, antes subordinados e submissos, passaram tanto a disputar com os fazendeiros os cargos eletivos municipais, quanto também a apoiar candidatos próprios (diferentes dos indicados pelos fazendeiros) para os cargos legislativos e executivos estaduais e federais, como aconteceu nas eleições constituintes de 1988.

Todo esse processo criou, nesses municípios, uma diferenciação no campesinato de cunho político: o “povo do PT” passa a ser a designação dos camponeses que se “alinham com o pessoal das CEBs e dos STRs. É nesse contexto que os sindicatos da região começam a unir forças e a organizar o que posteriormente se consolidaria como a articulação sindical da zona da mata.

Em 1965, a CONTAG instalou uma delegacia no Estado, com sede em Belo Horizonte. Três anos depois com 27 sindicatos recebendo ajuda financeira da Confederação, foi fundada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG. O plano de trabalho da primeira diretoria da Federação objetivava o

¹⁸Estou me referindo aos Sindicatos, que até 2003, estiveram agrupados no pólo Sindical da Fetaemg com sede em Muriaé – MG.

fortalecimento dos sindicatos existentes, o desenvolvimento de campanhas de sindicalização e a fundação de novos sindicatos. Esse plano foi desprezado pela diretoria eleita em 1972, que passou a dar primazia a convênios com órgãos do Estado, dando uma linha de trabalho assistencialista ao movimento.

Cabe ainda situar a emergência de um outro sujeito político que participa ativamente deste momento histórico, mas não está vinculado à Igreja nem à política partidária: o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA).

O CTA é criado em 1989, no contexto de um movimento mais amplo, de caráter sócio ambientalista que disputa, com extensionistas e cientistas hegemônicos, o espaço para a construção de uma nova representação da agricultura, negando o modelo tecnológico da Revolução Verde e propondo um modelo sustentável de desenvolvimento.

Os interesses comuns para uma primeira aproximação foram dados pela questão política global: ocorreu uma aliança política numa mesma “luta por um novo modelo de desenvolvimento”, na linguagem do CTA, por uma “sociedade melhor”, na linguagem da CUT e do PT, e, na “luta pela libertação”, na linguagem das CEBs. A ONG passa a ser considerada a serviço dos movimentos sociais.

Além dos movimentos sindicais, outras formas de organização deram sustentação às lutas contra o cativo, contra a exploração, contra a expulsão da terra e pela reapropriação da terra e marcaram a presença de indígenas, escravos, imigrantes e trabalhadores rurais com ou sem terra ao longo da história.

Os novos rumos tomados pela FETAEMG sintonizavam-se com a política do Estado autoritário que procurava esvaziar o caráter representativo dos Sindicatos com o Pró-Rural, programa que estendeu a assistência previdenciária ao trabalhador do campo e definiu o sindicato como órgão de colaboração na sua implantação e execução. O sindicato, já atrelado ao Estado através de uma legislação corporativista, assumiu, no meio rural, um caráter assistencialista. Inúmeros sindicatos foram criados em Minas Gerais como mera extensão do FUNRURAL. A linha de trabalho da FETAEMG distanciava-se, porém, da orientação do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais- MSTR em nível nacional, o qual definira a luta pelos direitos como diretriz básica de sua ação.

A realização do 3º Congresso Nacional, em 1979, marcou a história do MSTR. O Movimento Sindical dos trabalhadores rurais, impulsionado externamente por uma conjuntura de ascensão do movimento sindical e dos movimentos populares e, internamente, pela intensificação dos conflitos pela posse da terra e pela ação da Comissão Pastoral da terra, passou a estimular as lutas coletivas dos trabalhadores. O Estado deixou de ser o interlocutor

privilegiado para ser responsabilizado pelos problemas vividos pelos trabalhadores, tornando-se alvo de suas pressões e movimentos reivindicatórios.

No período de 1981 a 1984, a FETAEMG procurou se adequar à nova realidade do país e do movimento sindical. Contribuíram para essa mudança o movimento pró-CUT e os encontros nacionais por frente de luta, promovidos pela CONTAG: assalariados, conflitos de terra, política agrícola, etc., entre outros acontecimentos como as diversas greves rurais em diferentes regiões do país.

Apesar das dificuldades político-sociais e dos inúmeros problemas estruturais e organizativos dos sindicatos dos trabalhadores rurais em Minas Gerais, as lutas dos trabalhadores têm se constituído num espaço no qual concerne, com intensidade cada vez maior, a participação da Comissão Pastoral da Terra, do Movimento dos Sem-Terra e da Central Única dos Trabalhadores Rurais, entre outras entidades e movimentos.

É importante destacar também a influência da igreja católica para o processo de luta dos trabalhadores rurais na Zona da Mata Mineira. Nessa perspectiva, no início da década de 1970, a história da Zona da Mata se juntou à dos inúmeros outros locais que foram palco para o movimento desencadeado pelos bispos latino-americanos. Esse movimento, desembocado na teologia da libertação, setores progressistas da Igreja católica iniciaram na Zona da Mata um trabalho de organização das Comunidades Eclesiais de Base. Esse trabalho serviu como uma espécie de base sobre o qual se construíram todos os trabalhos posteriores de organização política dos trabalhadores rurais.

Foi com a CEBs que vários grupos de agricultores da região aprenderam a fazer reuniões, e essas passaram a ser um espaço onde discutiam de forma organizada seus problemas. As questões vividas no cotidiano eram discutidas à luz do evangelho, buscando fazer uma ligação entre a fé, a vida e a política, problematizando as relações de poder existentes. A partir de valores cristãos, como igualdade, união, solidariedade, passaram a valorizar as relações horizontais e a problematizar os laços verticais de dependência.

Em 1975, a partir da vinda para a Zona da Mata de dois leigos sacramentinos, estruturou-se na Zona da Mata o Movimento da Boa Nova - MOBON, criando uma nova dinâmica ao trabalho das CEBs. O MOBON tem sua dinâmica principal dada pela organização de encontros de reflexão, que reúnem pessoas vindas de diferentes CEBs. Foi nos encontros do MOBON que começaram a se criar os laços de uma futura articulação entre os sindicatos. O MOBON pregava que a “fé sem obras é morta”, e chamava as pessoas para intervirem na realidade e se organizarem para diminuir a exploração.

Os encontros também serviram para os agricultores descobrirem que havia muitos problemas comuns. Em 1983, o MOBON estava bastante forte e, mais ou menos naquele período, começou-se a discutir sobre os diferentes “instrumentos” para intervir na realidade, como as associações e, sobretudo, os sindicatos e os partidos políticos.

3.6 Organização dos sindicatos dos trabalhadores rurais em Minas Gerais

Apesar do movimento sindical de trabalhadores rurais em Minas Gerais ser relativamente antigo, na Zona da Mata mineira ele é recente. Até 1985, nenhum município dos abrangidos atualmente pela articulação sindical tinha STR. Já os Sindicatos Rurais (patronais) têm existência mais antiga, e foram responsáveis pela tramitação do FUNRURAL no período pós-64. Os poucos STRs existentes haviam sido fundados com o apoio dos prefeitos, e haviam se ligado posteriormente à FETAEMG — Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Minas Gerais.

As discussões suscitadas pelas CEBs e reforçadas pelo MOBON traziam para algumas lideranças a necessidade de estruturar os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs). No entanto, a fundação dos STRs só seria possível com a ajuda de algum apoio externo.

O primeiro STR, entre os que participam da articulação sindical, a ser fundado foi o de Visconde do Rio Branco, em 1983, a partir da assessoria da FETAEMG.¹⁹ Em seguida, foram fundados os STRs de Guidoal e Rodeiro. Esses STRs distinguiram-se de outros STRs ligados à FETAEMG por nascerem numa linha mais combativa.

Outro sindicato importante para a articulação, o STR de Muriaé, sofreu influência da Escola Família Agrícola — EFA²⁰, e de seus monitores, que começaram, em 1984, a buscar apoio para fundar o STR, desencadeando, então, as reuniões para a fundação do sindicato naquele município, que só se deu em 1986. Essas reuniões basearam-se no material impresso da Comissão Pastoral da Terra sobre o que era o STR.

¹⁹ A FETAEMG havia desencadeado em 1981/1982 um processo de reestruturação e havia contratado assessores. Entre outras coisas, esta instituição iria investir na fundação de sindicatos em algumas regiões consideradas estratégicas. Influenciada pelas greves de assalariados da cana de açúcar, a FETAEMG considerou Visconde do Rio Branco um município estratégico.

²⁰ As escolas família-agrícola são escolas rurais inspiradas num modelo francês, que funcionam num regime de semi-internato pelo qual os alunos ficam 15 dias na escola e 15 dias com a família. O ensino é voltado para a agricultura e para os problemas da comunidade local. Algumas EFAs foram implantadas no Brasil (várias delas no Espírito Santo), financiadas por agências de cooperação internacional. Algumas EFAs incluem a temática do sindicalismo nos eu curriculum. Na época da fundação dos STRs da articulação, a EFA de Muriaé era a única na região.

Os demais STRs que participam da articulação regional foram fundados com o apoio da Comissão Pastoral da Terra — CPT. O primeiro sindicato a ser fundado com o apoio dessa instituição foi o STR de Tombos. Em seguida, a CPT envolveu os três primeiros sindicatos fundados (Visconde do Rio Branco, Muriaé e Tombos) na fundação dos demais STRs: Carangola, Eugenópolis, Miradouro, Divino, Espera Feliz, e assim por diante.

Todos esses STRs surgiram de maneira diversa dos sindicatos mais antigos de Minas gerais, sem as marcas do assistencialismo médico deixadas pelo FUNRURAL. Surgiram “para defenderem os direitos dos trabalhadores”, desencadeando diversas ações nesse sentido.

As CEBs levaram à construção de novas representações, que iriam conformar os grupos de agricultores com uma forma diferenciada de perceber a relação com os fazendeiros. E essas novas representações passaram a ter repercussões sociais quando antigas regras de convivência com os fazendeiros passaram a ser rompidas.

Quase concomitantemente à fundação dos STRs (e pelas mesmas pessoas), dar-se-ia também a fundação de diretórios do Partido dos Trabalhadores — PT, nesses municípios. Antes de fundar o PT, as lideranças das CEBs já haviam participado nas eleições municipais apoiando os candidatos da oposição, quase todos do PMDB. Nas eleições constituintes de 1988, elas lançaram e apoiaram candidatos ligados ao Partido dos Trabalhadores. Com a fundação, nesses municípios, de partidos políticos que se colocariam em oposição ao poder local constituído, o rompimento com os fazendeiros se aprofundaria.

Os sindicalistas atuantes no STRs já se conheciam e tinham uma vinculação trazida pelos encontros do MOBON. Os mutirões de fundação dos STRs, organizados pela CPT, consolidaram esse vínculo e fizeram com que esses sindicatos já nascessem com fortes relações entre si, conhecendo-se e apoiando-se mutuamente. A primeira luta empreendida conjuntamente pelos STRs da região, que trouxe muitas filiações aqueles STRs recém-fundados, foi a luta com o INPS e o FUNRURAL, pelo direito do STRs a emitir a carteirinha do INPS para os seus associados.²¹ É assim que, já em 1986, a articulação sindical começa a existir de fato, embora informalmente, assumindo um papel importante de apoio muito, de troca de experiências e, com o tempo, de direção das ações dos sindicatos.

Esses STRs passaram a se autodeterminar de combativos, identificando-se com a linha da CUT (em oposição aos STRs existentes nos municípios que atuavam predominantemente

²¹ Antes, para ter acesso ao sistema médico os agricultores precisavam ir até o sindicato patronal ou algum político ou fazendeiro influente que assinava um documento para autorizar a consulta ou internação. Os funcionários do INPS nas regiões negavam a permitir que os STRs emitissem a carteirinha (sobre influência dos sindicatos patronais).

com o FURNRUAL, chamados de pelegos) e entrando, a nível estadual, nas disputas internas ao sindicalismo, numa oposição acirrada à direção da FETAEMG, considerada também como pelega, apoiando a chapa Cutista nas eleições para direção da FETAEMG, em 1988. Outras redes de relações também se estabeleceram, agregando novos elementos na forma como a ação dos STRs e a sua estruturação vai assumindo, como a articulação com as ONGs, especialmente o Centro de Tecnologias da Zona da Mata e com o PT a nível de Estado.

Já em 1986, as lideranças haviam começado a participar de inúmeros eventos fora dos seus municípios: foram a encontros e congressos estaduais da CUT e do PT; participaram do Congresso da FEATAEMG e cursos de formação da CUT e do PT; começaram a articular-se com deputados estaduais e federais de partidos progressistas (especialmente do PT e PSB); passaram a ter contato com as ONGs e agências de cooperação internacional, que passam a assessorar e financiar trabalhos dos STRs na região.

Essa capacidade de articulação e mobilização na região, e também de estabelecer uma rede de contatos mais ampla, levou-os a reproduzir localmente lutas de caráter nacional. Em 1986, mobilizaram-se para a eleição dos deputados constituintes e, em 1987 e 1988, para a reforma constitucional, reivindicando a aposentadoria para os trabalhadores rurais e reforma agrária.

Ainda em 1988, surge a questão da anistia dos pequenos produtores, que levou a uma luta em vários municípios, pois muitos pequenos produtores pegaram empréstimos em 1986 (no Plano Cruzado) e estavam ameaçados de perder a terra. Ocorreram muitas passeatas, ocupação de banco, queima simbólica de produto nas portas de bancos, celebração, enterro simbólicos de políticos. Essa luta trouxe como resultado a incorporação de muitos pequenos proprietários, que eram antes, em sua maioria, sócios do Sindicato Rural, ao quadro de sócios dos STRs. O período inicial desses STRs foi de muito confronto e mobilização, com a organização de muitas lutas e passeatas. E a bíblia respaldava as ações das pessoas, com histórias como a da vida “sofrida” de Cristo e das lutas dos hebreus pela libertação de seu povo.

A fundação do CTA da Zona da Mata, com a estruturação do Conselho de Entidades, no qual passaram a participar representantes dos STRs da articulação sindical, foi outro fator de consolidação dos laços entre os STRs, impulsionando o planejamento conjunto de atividades, a definição de “estratégias conjuntas de ação”, e avaliação das atividades exercidas.

4 O SINDICATO DOS TRABALHADORES/AS RURAIS (STR) E A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MIRADOURO

É necessário considerar que a questão específica da construção da política pública de Educação do Campo e os processos educativos forjados ao longo dessa trajetória estão relacionados com o contexto social mais amplo. Isso nos remete a noção de totalidade que conforme Kosik (1976) não está na “verdade absoluta”, mas na essência, na compreensão dialética da totalidade, na qual as partes (questões específicas) estão em relação entre si com o todo. Essa totalidade não pode ser petrificada na abstração, pois não se sobrepõe as partes, mas se recria na sua interação. O todo é recriado nas questões específicas, são as invenções e reinvenções das partes que dão dinâmica a totalidade social.

Dessa forma, podemos perceber a riqueza da Educação do Campo que dinamiza as práticas educativas nos diferentes campos, nos diferentes movimentos. Em Miradouro, essa riqueza se caracteriza como um dos processos educativos que dinamizam uma determinada realidade a partir da construção da política municipal de Educação do Campo pela atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município.

Por outro lado, é necessário considerar a inserção desse contexto específico em um contexto social mais amplo que é em sua forma hegemônica capitalista. Isso implica em um determinado tipo de organização social, de estrutura produtiva, de trabalho e de educação.

Para tanto, o capítulo é apresentado a partir da história do município de Miradouro que teve como fontes o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²² e o site da prefeitura de Miradouro.

No que diz respeito aos aspectos históricos, a região foi inicialmente habitada pelos índios Puris. Assim, por volta dos séculos XVIII e XIX, ela foi sendo desbravada com vistas à sua demarcação e povoamento.

Já no início do século XIX, começa a povoação com o surgimento de fazendas de criação de gado e plantação de café, instaladas por famílias vindas da região das Minas. Assim como ocorreu na maioria dos municípios brasileiros, as primeiras povoações ocorreram em torno de capelas. Em Miradouro, a doação de terras para a construção de uma capela em homenagem a Santa Rita de Cássia fez com que surgisse o povoado com o nome da santa. Tal povoado pertenceu ao município do Pomba de 25 de agosto de 1832 até 16 de março de 1839,

²²Site da Prefeitura Municipal: <http://miradouro.mg.gov.br/conheca_miradouro.htm> e do IBGE: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=314210&search=|miradouro>>. Acesso Janeiro de 2016.

posteriormente passou a integrar o município de São João Batista do Presídio, hoje nomeado Visconde do Rio Branco, no período de 16 de maio de 1855, depois passou a pertencer ao município de São Paulo do Muriaé.

Já em 1891, o povoado de Santa Rita do Glória deixou de fazer parte do Distrito de Nossa Senhora da Glória (hoje Itamuri), sendo elevado a condição de Distrito. Em 1938, o povoado foi elevado à categoria de cidade com o nome de Glória, lembrando o nome do rio Glória. O nome foi mudado para Miradouro em 1943, em razão da existência de uma elevação de onde se tem esplêndida vista.

O município faz divisa com Muriaé (de onde foi desmembrado em 1938), Vieiras (que foi seu Distrito, alcançando a emancipação em 1953), Ervália e Fervedouro. Miradouro - MG fica localizado na Zona da Mata Mineira, no bioma da Mata Atlântica, a 359 km de Belo Horizonte. De acordo com o site do IBGE (2016)²³, a população de Miradouro estimada em 2015 foi de 10.799 pessoas, a unidade territorial (km²) 301,672 e a densidade demográfica (hab./km²) 33,98.

O município pode ser caracterizado por forte composição rural²⁴, com predominância de propriedades baseadas no trabalho agrícola familiar, sobretudo, em minifúndio²⁵, pequenas e médias propriedades. Mesmo as atividades econômicas que ocorrem na região central do município giram em torno das atividades agrícolas e agropecuárias. As atividades culturais e o lazer também envolvem constantemente os moradores da zona urbana com os moradores do campo.

A partir dessa realidade e, tendo como lente o materialismo histórico dialético, é necessário considerar o jogo de forças sociais, assim como os conceitos objetivos e subjetivos que a compõe e que estão profundamente imbricados na história de Miradouro e na luta pela Educação do Campo.

Para tanto, dividimos este capítulo em três temas: Histórico do STR, Educação do Campo e Visão atual.

²³ IBGE. **Cidades**. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=314210>. 15 set 2016.

²⁴ O território rural está dividido entre pequenos e médios produtores, além da aglomeração de moradores em forma de povoados. Mesmo os moradores dos povoados trabalham na agricultura e/ ou pecuária. Entre as principais culturas está o café e o leite. A cultura do café concentra a maior parte do trabalho entre os meses de junho a agosto, quando ocorre a colheita. Hoje o Sindicato dos Trabalhadores Rurais juntamente com outros parceiros tenta desenvolver ações na perspectiva da diversificação da agricultura. Tema que será mais detalhado no decorrer da dissertação.

²⁵ Nomenclatura utilizada segundo tamanho da área dos imóveis rurais pelo INCRA. <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>

Na primeira seção, apresentamos o histórico de constituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, explicitando os seus antecedentes, as conquistas, dificuldades, perfil e número de filiados, as estratégias de manutenção, os vínculos políticos partidários, os trabalhos desenvolvidos (formas de ação), as articulações políticas, a discussão em torno dos agrotóxicos/ mineradora, e os trabalhos realizados na perspectiva da Educação do Campo.

Em seguida iniciamos, a partir dos depoimentos dos entrevistados, a discussão sobre Educação do Campo com o histórico da Educação do Campo no município, o processo de implementação da legislação e os trabalhos desenvolvidos. Abordamos também a atuação do STR durante o período de implementação da legislação. Para isso, analisamos as visões de Izaias e Valdeci, como representantes do Sindicato; e as visões da Terezinha e da Gilsilene em relação a essa atuação do STR. Procuramos ainda saber sobre o envolvimento de cada entrevistado no período da luta, o pensamento rural/urbano, as concepções de Educação do Campo, o envolvimento dos demais trabalhadores no período referenciado, as conquistas a partir dos trabalhos desenvolvidos e acerca da continuidade ou não dos trabalhos a partir da troca de gestão.

E por fim, procuramos compreender, a partir dos entrevistados, a respeito da atuação do STR e da atual gestão no que se refere aos trabalhos desenvolvidos na perspectiva da Educação do Campo.

4.1 História do STR de Miradouro

Em entrevista realizada no STR de Miradouro Izaias e Valdeci relatam o histórico do surgimento do Sindicato. Segundo Izaias:

É, desde a década de oitenta, o início da história do sindicato, ele foi criado através de um movimento de base, as comunidades eclesiais de base, que tinha um movimento, e a partir do movimento das comunidades eclesiais de base que se reunia, se trabalhava, se rezava, e chegou numa época que os cursos de base que a gente fazia, é, chegou um momento de discutir que não só podia rezar, mas que tinha que discutir os problemas juntos com a comunidade, com as famílias, com as pessoas, as dificuldades que tinha na região. E foi através da demanda, da organização de base, das comunidades eclesiais de base, se reuniu o movimento da região de estado, região e federal, é, em grupos de pessoas, a organizar o sindicato dos trabalhadores rurais, foi em oitenta e seis, pela as conseqüências que tem aqui na época, a exploração de trabalho, das famílias, conseqüências de saúde, dos direitos que tinha que não eram valorizados, as famílias viviam dependendo dos coronéis aqui da região, não tinha previdência, a previdência era um cartão do fundo rural, as pessoas ficavam devendo favor o resto da vida aos políticos, às pessoas. E nessa década de oitenta e seis foi fundado o sindicato dos trabalhadores rurais, é uma época de muita dificuldade, o domínio político da época aqui, tinha um domínio político e a gente, o povo era pressionado e era explorado sem valor do ser humano e tudo, então foi através desse movimento que organizou o sindicato pra defender os

seus próprios direitos, interesses e a classe também, ser mais respeitado e valorizado e o direito a previdência, o direito a saúde, a internação via, é, alguns proprietários tinha o cartão, o fundo rural e ali localizava, todo mundo era levado pra uma espécie de curral eleitoral, poder e tinha dever, obrigação pro resto da vida²⁶ (informação verbal).

A partir da fala de Izaias em relação aos antecedentes²⁷, é possível analisar que o STR surgiu a partir da necessidade da garantia dos direitos dos trabalhadores, e essa conscientização da garantia dos direitos tem relação com os encontros promovidos pelas Comunidades Eclesiais de Base, juntamente com o Movimento da Boa nova, em que era necessário ir além de rezar.

Portanto, o tempo de organização e da conscientização política por parte da classe trabalhadora se deu no momento em que compreenderam que os seus direitos foram negados. Assim, perceberam que era preciso unir forças e não apenas rezar, mas também lutar, uma vez que os trabalhadores almejavam romper com as formas do clientelismo, com as trocas de favores, já que isso ocasionava na intensa exploração dos trabalhadores, não valendo nenhum direito.

O documento²⁸ feito pelos membros do STR apresenta esse mesmo histórico, em que a importância das CEBs para a história do sindicato se confirma. O documento afirma que o STR de Miradouro foi fundado na década de 1980, tendo como alicerce fundamental as Comunidades Eclesiais de Bases, articulada por padres. Os trabalhadores tomaram consciência da realidade que enfrentava o meio rural, como o não cumprimento dos direitos trabalhistas; exploração do trabalho por meio dos maiores proprietários, resultando no êxodo rural; falta de assistência na saúde, educação, previdência; além da repressão e preconceito que enfrentavam com expressões pejorativas por morarem na roça. A partir dessa conjuntura, viu-se necessário criar uma organização que pudesse defender o direito do trabalhador, assim, em 21 de setembro de 1986 foi fundada uma Comissão por um pequeno grupo de trabalhadores rurais para atuar no período de dois anos.

Vale fazer um paralelo com o contexto mais amplo a fim de compreender a origem do STR de Miradouro. Portanto, ao retomar a realidade dos anos de 1980, constatamos que esta

²⁶IZAIAS. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

²⁷Com relação aos presidentes e mandatos Izaias menciona que o José Maria dos Santos foi o primeiro presidente do STR, atualmente está em Rio Branco (MG) e trabalha na secretaria de agricultura. Posteriormente foi a Terezinha quem assumiu logo em seguida o Geraldo Pires, o Aparecido Tostes, o Ronaldo, Izaias e atualmente Valdeci. Izaias destaca que antes de ser o presidente do STR fora tesoureiro em 2002.

²⁸ Documento feito coletivamente pelos membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e digitalizado pela Secretária. Consultar Documento na íntegra no ANEXO B desta Dissertação.

década proporcionou a rearticulação dos movimentos sociais, a reivindicação por direitos básicos. Assim, após o movimento de “abertura política” nos anos de 1980, os movimentos sociais passaram a se organizar com mais vivacidade, com o objetivo de suprir os problemas sociais herdados dos anos ditatoriais. Essa composição macro justifica a criação do STR de Miradouro naquela década.

Nesse sentido, é possível depreender a conscientização dos trabalhadores no que se refere à importância da luta coletiva, realizada pelos sujeitos sociais do campo, conforme aponta Freire (2002), desvestida da roupagem alienada e alienante, e que seja uma força de mudança e libertação.

Quando questionados em relação às conquistas do STR, Izaias menciona que:

As conquistas foram grandes, do povo e do município e das pessoas do município (...) então hoje são os valores, são respeitados, principalmente o sindicato. Porque na época aqui em Miradouro era assim, é a questão política era tão elevada que quem era do partido tal comprava no mercado tal, na loja tal, tinha diferença e se eu era do partido e comprava em outra loja eu era perseguido, nem para eu vender dinheiro não era para mim não tinha valor. Então era como um curral eleitoral mesmo. E a partir desse movimento, foi entendendo o processo, o próprio movimento mostrou isso, e tinha cidadão, os próprios trabalhadores rurais não sentiam o valor dele mesmo, ele mesmo se entregava, não valorizava a própria pessoa e através do movimento sindical, todo esse movimento aprendeu isso, o próprio povo passou a valorizar ele próprio e também a buscar o seu próprio direito e tem muitas coisas ainda chegar, muitas pessoas não entendem esse processo, mas pra gente foi uma vitória nesse nível, é uma conquista do município inteiro hoje, e da região, o município de Miradouro hoje ele é um município que ele é exemplo pra região inteira²⁹. (Informação Verbal)

(...)hoje, eu sou um representante da câmara dos vereadores, graças ao movimento, tem a Gilsilene que é a vice-prefeita, graças ao movimento, que veio do movimento, e todas as pessoas da liderança que nós temos de referência pra isso. Então assim, é o trabalho da gente. O dia que a gente perder esse contato, a gente perde também, o chão também e sente na pele também³⁰. (Informação Verbal)

Ao refletir sobre o depoimento de Izaias, é possível constatar que STR alcançou grandes conquistas, principalmente no que se refere à questão do respeito às escolhas individuais, valorização dos próprios trabalhadores, dos direitos e a importância do sindicato no que se refere à formação de lideranças de mesma origem de luta, concepções e perspectiva, de maneira a dar continuidade e difundir os ideais da classe trabalhadora. No entanto, o

²⁹ IZAIAS. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

³⁰ *Ibid.*

entrevistado expressa também a dificuldade enfrentada na época e as perseguições ainda sofridas.

Outra dificuldade enfrentada pelo STR no período analisado foi acerca da relação patrão/ empregado. Segundo Valdeci:

Na verdade, quando surgiu o sindicato o pessoal achou que era, até mesmo alguns empregados, acharam que era para pôr o patrão contra empregado e empregado contra patrão, e não é. Era pra mostrar ali os direitos iguais, o valor, pra reconhecer o valor, o seu valor³¹... (Informação Verbal).

Ao observar a fala de Valdeci é importante destacar que o objetivo do STR era sim organizar os trabalhadores rurais a fim de estabelecer uma linha de luta contra os patrões, uma vez que não é possível reivindicar direitos sem questionar e enfrentar os privilégios de outros na sociedade de classes, mesmo que a fala de Valdeci não declare isso.

Nesse momento inicial de luta e organização, com relação ao número de trabalhadores e no potencial do sindicato, Izaias destaca que:

Na época, o sindicato começou com cem pessoas, duzentas, ficou uns cinco ou seis anos com cem, duzentas e poucas pessoas filiadas. Até mesmo os próprios trabalhadores não acreditavam em quem estava na direção eram os próprios trabalhadores, tinha pessoa que não acreditava que o trabalhador tinha condições de organizar e de estar à frente de alguma coisa. O próprio trabalhador depois que foi vendo isso, essa necessidade e foi sentindo que tinham condições sim³² (Informação Verbal).

As pessoas começaram a perceber que tinham alguma coisa aí, que tinha uma força, que o povo fazia união. Mas assim, no início os próprios trabalhadores não acreditavam que o trabalhador era capaz não, não eram³³. (Informação Verbal).

Podemos observar que inicialmente os trabalhadores estavam inseguros e desacreditados no sindicato, o que justifica o baixo número de filiados no período de seis anos. No entanto, esse quadro de trabalhadores filiados começa a se alterar, havendo um crescimento, na medida em que percebem que a partir da união, da luta coletiva, resultados satisfatórios e significativos são alcançados. Constatam, então, o potencial de sua força e a capacidade das mudanças quando a luta é coletiva.

Assim o projeto popular de sociedade que busca a emancipação dos sujeitos sociais leva em conta o potencial humano e os valores dos grupos sociais que vivem do trabalho, que

³¹VALDECI. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

³²IZAIAS. **Apêndice A e B** Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

³³*Ibid.*

são a maioria da população. Somente dessa forma a solidariedade e a cooperação tomarão o lugar do egoísmo e da competição, e passarão a ser o princípio organizador da vida em comum (BENJAMIN, 2000). Dessa maneira, os trabalhadores e trabalhadoras aprenderam na materialidade da vida que o seu trabalho permite a manutenção e melhoria das suas condições de vida quando se organizam de forma coletiva para reivindicar direitos do Estado. Esses sujeitos fazem isso não para acumular riquezas, mas para partilhar aquilo que é público e por isso de toda a sociedade.

Acerca dos mantenedores do STR, Izaias destaca os próprios trabalhadores. Segundo ele,

são os próprios trabalhadores que criaram os sindicatos e são os diretores, que são responsáveis e quem mantém as despesas e os recursos que entram é pelos trabalhadores, é uma mensalidade que pagam por mês e por ano, são essas mensalidades, não vem dinheiro de vereador, não vem dinheiro de prefeito, não vem de deputado, de governador, vem de nada, os trabalhadores são independentes, a gente dá o que é deles, é dominado por eles, e eu falo assim, se hoje o nosso sindicato que tem a mão de político ou eu seja qualquer povo, recurso, ele fica na mão daquele político, a independência dos trabalhadores isso é importante demais³⁴(Informação Verbal).

É importante analisar a preocupação do entrevistado em ressaltar que são os próprios trabalhadores os mantenedores do sindicato, pois dessa maneira não haverá motivo para subordinar-se a nada e nem ninguém, já que receber dinheiro de terceiros, principalmente no plano político, cria uma dependência e uma troca de favores, o que não é interessante. Sendo assim são os próprios trabalhadores quem mantêm o sindicato, tornando-se coerente a relação STR e trabalhadores.

Outro fato histórico importante mencionado pelos entrevistados foi com relação ao partido político. Segundo Izaias:

quando foi em 1986 que criou o sindicato no mesmo ano criou o Partido dos Trabalhadores rurais aqui, aí começou a formalizar isso, por que? O que era a visão do trabalho de base? Que não adiantava nada a gente lutar por um direito e continuar votando em pessoas que tinham a visão diferente da nossa³⁵(Informação Verbal).

É importante analisar o pensamento político dos trabalhadores rurais durante o momento, já que o sindicato iria se fortalecer na medida em que as ideias se alinhassem, tendo como base e força um partido que os apoiasse, o que justifica a importância no Partido dos

³⁴IZAIAS. **Apêndice A e B** Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

³⁵*Ibid.*

Trabalhadores (PT). Cabe ressaltar que além da Igreja, a criação dos STRs foi estimulada pela fundação do Partido dos Trabalhadores.

No que se refere aos trabalhos realizados no STR para a organização dos trabalhadores rurais, Valdeci menciona sobre a previdência, documentação rural e a Cooperativa de Crédito Cresol

Então, hoje a gente trabalha, atendendo o público rural, é, a questão da previdência, e, tem os funcionários que trabalha com a questão da documentação rural, nós temos, hoje uma faixa de umas oitocentas pastas de documentação aqui, só do pessoal que é sócio, do sindicato, hoje é, toda a documentação rural, todo documento, que implica a pessoa na zona rural a gente consegue fazer aqui dentro. A gente vem trabalhando a um tempo, em parceria com o Banco do Brasil, hoje a gente já criou a própria instituição nossa aqui a Cresol, que é a cooperativa de crédito da zona rural, da agricultura familiar. A gente já não tem essa “parceria” com o Banco do Brasil, a gente já trabalha, ligado com a Cresol, tem esses financiamentos direto com a BNDS, o PRONAF, para agricultura, então, é toda documentação rural, o cadastro do imóvel rural. (...) O que a gente faz é toda a documentação da propriedade, você registrou a escritura, aqui a gente pede o cartão do produtor, o INCA, o ITE, a gente faz tudo aqui. O sindicalizado que está em dia a gente não cobra nada dele, porque ele já tem a contribuição mensal, tem uma “parceria”. Então contrato, tudo isso a gente faz aqui, toda a documentação que precisa da propriedade³⁶ (Informação Verbal).

Izaias complementa:

E não só faz, mas assim, ajuda a se organizar, se informar³⁷ (Informação Verbal).

É importante observar o trabalho desenvolvido pelo STR no que se refere ao esclarecimento de dúvidas e as informações levadas aos trabalhadores, o que favorece a permanência do trabalhador no campo e a consciência de seus direitos e situação. Vale destacar também a importância da própria instituição de crédito- Cresol, o que ocasionou no fim da relação comercial com o Banco do Brasil. Isso possibilita uma liberdade maior aos trabalhadores, não precisando ser subjugados às exigências e normas do Banco do Brasil para a conquista de crédito.

Ainda com relação à importância do Sindicato para os trabalhadores, Valdeci destaca que os temas trabalhados surgem a partir da demanda dos próprios trabalhadores e situação atual. Ressalta também a importância de trabalhar de forma articulada para as realizações das ações.

³⁶VALDECI. **Apêndice A e B** Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

³⁷IZAIAS. **Apêndice A e B** Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

Eu acho que, a cada dia vem uma novidade diferente, igual eu falei sobre a questão dos agrotóxicos, dos alimentos. Hoje uma das nossas preocupações nossa é a questão da água, conscientização do trabalhador, porque a gente já está vendo alguns produtores com falta de água, então a gente já vinha falando isso a tempos atrás e hoje a gente vai ter que está em cima, está junto mesmo, se for possível fazer alguma denúncia, porque tem fazendeiros que jogam veneno na nascente, na beirada de córrego, estão esgotando os brejos, drenando, então a gente, como diz, a gente leva até o pescoço da gente a forca, mas como é que você vai fazer, você tem que expor, então as demandas, os desafios são muitos e a gente vem trabalhando, acho que é bom frisar isso, as “parcerias”, sempre que a gente tem a possibilidade de ser parceiro, igual a comissão pastoral da terra (CPT³⁸), é uma que nos ajuda muito, que se for preciso fazer alguma denúncia, tem o trabalho de informação também, das escolinhas que nos ajudam também com o trabalho, a carta de Cáritas³⁹ é “parceira” também nos trabalhos nosso da sociedade, pra desempenhar o trabalho sindicato regional, muitos desafios, muita luta pra fazer, então cada dia tem que estar ingressado, organizado, com mais pessoas, porque sozinho fica difícil⁴⁰ Informação Verbal).

A partir do que foi relatado, podemos evidenciar que o STR, enquanto coletivo político, trabalha na perspectiva de representar os interesses dos trabalhadores rurais, para sanar os problemas e dúvidas com relação às questões burocráticas, com papéis e com informações. Dessa maneira, o sindicato age também a partir da demanda do momento. Destaca ainda o fato de estabelecer articulações políticas para que os trabalhos sejam realizados da melhor maneira. Acerca da articulação com a CPT, entidade religiosa, católica que historicamente sempre se fez presente aos movimentos e lutas, cabe ressaltar que a igreja católica atua a partir de um projeto político-ideológico que visa humanizar as relações sociais,

³⁸ Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO). Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral. Fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, a CPT teve um importante papel. Ela nasceu ligada à Igreja Católica porque a repressão estava atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares, e também, porque a igreja possuía uma certa influência política e cultural. Os posseiros da Amazônia foram os primeiros a receber atenção da CPT. Rapidamente, porém, a entidade estendeu sua ação para todo o Brasil. Assim, a CPT se envolveu com os atingidos pelos grandes projetos de barragens e, mais tarde, com os sem-terra. A CPT também atua junto aos trabalhadores assalariados e os boias-frias. Objetivo maior da existência da CPT: ser um serviço à causa dos trabalhadores rurais, sendo um suporte para a sua organização. De tal forma que se poderia dizer que a CPT é também uma entidade de defesa dos Direitos Humanos ou uma Pastoral dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da terra. <http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico> acesso em Janeiro de 2016.

³⁹ A Cáritas Brasileira, fundada em 12 de novembro de 1956, é uma das 164 organizações-membros da Rede Cáritas Internacional presentes no mundo. Nacionalmente, a Cáritas é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Está organizada em uma rede com 183 entidades-membros, 12 regionais – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Norte II (Amapá e Pará), Maranhão, Piauí, Ceará, Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e Nordeste III (Bahia e Sergipe) – e uma sede nacional. Atua em 450 municípios, sendo presença solidária junto às pessoas mais empobrecidas. A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural. <http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico> acesso em Janeiro de 2016.

⁴⁰ VALDECI. **Apêndice A e B** Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

de modo a minimizar os efeitos da exploração e por opção política, a igreja não é contra a exploração capitalista.

Acerca da questão dos agrotóxicos, Valdeci menciona a importância em se discutir o tema, mas também fala da dificuldade em conscientizar a todos.

Nós fazemos o nosso trabalho de conscientização, não vamos atingir cem por cento, mas vamos atingir aquelas famílias que querem. É o que a gente fala das escolinhas, não adianta nós querer atingir todo o povo, porque a cultura da nossa sociedade hoje é o capitalista, então as pessoas só pensam no hoje, no ter e no poder. E a nossa visão, é, o nosso trabalho, principalmente de estar levando esse conhecimento para o ser humano e o que vale mais é a vida⁴¹ (Informação Verbal).

Uma das desafiantes demandas para o sindicato é a luta contra a utilização dos agrotóxicos nas produções de plantações. O uso de agrotóxicos causa sérios danos à saúde não apenas de quem consome os alimentos por ele contaminados, mas também aos trabalhadores/produtores que utilizam dele. Valdeci relatou casos de problemas respiratórios, alérgicos, cancerígenos, dentre outras graves situações com pessoas de Miradouro.

No entanto, o discurso de quem vende os agrotóxicos acaba sendo mais fácil, sedutor e lucrativo. Portanto, é possível fazer uma relação da utilização do agrotóxico com a sociedade capitalista na qual vivemos, uma vez que o uso de agrotóxico visa deter as pragas e aumentar o plantio, o que acaba elevando a produtividade daquilo que foi plantado independente das consequências alimentares e humanas. Dessa maneira, aparentemente o produtor terá uma quantidade maior de produtos plantados e colhidos, o que ocasionará um lucro maior em um menor prazo de tempo. Porém, o trabalho que o STR tenta fazer é contrário a essa lógica dos agrotóxicos, já que estão questionando a qualidade desse produto e as consequências para a saúde não apenas de quem consome, mas também de quem o manuseia.

Apesar do empenho e trabalho do STR, ainda sim, é possível constatar que essa luta está desigual, já que o valor do dinheiro é maior do que a vida. O sindicato tem clareza desse desafio e permanece na luta, trabalhando na perspectiva de informar aos trabalhadores os malefícios que os agrotóxicos trazem à vida e à própria terra.

A luta dos agrotóxicos pode ser associada à discussão da Revolução Verde, em que máquinas e pensamentos capitalistas foram transpostos para o campo, objetivando a maximização do lucro e da acumulação de capital no campo. Apreendemos que esta luta pode

⁴¹ *Ibid.*

ser concebida enquanto processo educativo, uma vez que os sujeitos do campo lutam contra a substituição de suas raízes, enquanto produtores da agricultura familiar (SOUZA, 2009).

Essa discussão nos remete a reflexão de Arroyo (2008) quando diz que a terra produz pessoas, que a agricultura é mais do que produção de alimentos, mas a produção de seres humanos e de cultura. Os processos educativos passam pelo conjunto de experiências e vivência se, por isso, a escola não é o único, porém é mais um dos lugares onde nos educamos. Os processos educativos acontecem fundamentalmente no movimento social, nas lutas, no trabalho, na produção, na família, na vivência cotidiana.

Outra forma de ação do STR são as “Escolinhas sindicais⁴²”, conforme já apontado, esse projeto visa levar informações e sanar as dúvidas dos trabalhadores. Segundo Valdeci,

a escolinha é a maneira da gente estar levando as informações para o trabalhador lá na roça, na comunidade, a gente mantém até hoje e de acordo com a necessidade, de documentação, a questão nossa aqui hoje de agrotóxico, a barragem das mineradora que vem cada dia nos imprensando. Então a gente faz um trabalho de mobilização, apesar de que muitas vezes não conseguimos atingir todas as pessoas às vezes⁴³ (Informação Verbal).

É possível constatar a importância do espaço dessa ação do sindicato, uma vez que, além de sanar as dúvidas dos trabalhadores e difundir informações, também é um momento de luta, de conscientização e fortalecimento da classe dos trabalhadores rurais.

De acordo com Valdeci, uma importante ação do STR na perspectiva de Educação do Campo e uma forma de fazer com que os trabalhadores se mantivessem no campo foi a diversificação da agricultura. Segundo o entrevistado,

⁴² De acordo com a dissertação de Reis (2002), a primeira experiência com a escolinha sindical se deu em Muriaé, em 1989. As lideranças começaram a ir para as comunidades dar cursos com duração de cerca de 04 horas que incluíam questões gerais e questões locais. No começo, as comunidades é que definiam as datas e as temáticas. Depois começaram a definir alguns locais e datas certas para os cursos. A experiência foi considerada bem-sucedida e em 1990 o STR de Muriaé lançou a proposta, como possível saída para a “crise”, de expandir a escolinha sindical para os outros municípios abrangidos pela articulação sindical, e de estruturá-la a nível regional. Assim, a escolinha foi muito mais do que uma pequena escola de formação sindical, como o nome pode sugerir. Ela se imbricou também com a própria organização das atividades locais de cada STR, na medida em que as reuniões da Escolinha sindical das comunidades passaram a ser uma das principais formas da atuação dos sindicatos que conseguiram implantá-las. A articulação entre os sindicatos, com a existência de uma coordenação, sediada em Muriaé, passa a ser um foco importante na direção e acompanhamento das atividades dos STRs. Os sindicalistas começaram a visualizar também nos projetos e nas agências de cooperação internacional uma possibilidade de sobrevivência dos STRs. Assim, as escolinhas sindicais foram implantadas em alguns municípios e passaram a se constituir como um dos principais elementos da articulação sindical dos STRs da região.

⁴³ *Ibid.*

o sindicato conseguiu diversificar a agricultura, esse foi um dos trabalhos mais interessantes no nosso município sobre a educação do campo, porque a gente tinha uma cultura aqui só de, é leite e café, leite e café. Geralmente leite era para grande produtor, então quem tem terra, ele ia mexer com vaca? Então não tinha como ele sobreviver, ou era o café ou o leite. Até que o café também dava para colher, mas hoje com quem está produzindo o morango dentro da horta, dentro de casa consegue fazer o plantio e dá retorno para ele. Então não tem quantidade de terra que não possa produzir e a uva, o maracujá. Então isso é fazer a educação para tirar aquela monocultura da cabeça do ser humano, você consegue conciliar ali as coisas, é bom para meio ambiente, não vai ter só aquela cultura ali para se fazer a renda, e a questão das mulheres é muito interessante na ajuda do campo. A mulher com a horta lá, ela entrega lá merenda escolar, então é um subsídio que está dando retorno para roça, então tudo isso, a uva, o morando, o maracujá, é coisa mais fácil de estar trabalhando e que a gente está tendo retorno⁴⁴ (Informação Verbal).

A partir do depoimento de Valdeci, é possível verificar a diversificação da agricultura como uma alternativa de produção encontrada pelo STR para ajudar os trabalhadores rurais a permanecerem no campo, já que com a diversificação não precisa ter uma grande porção de terra, como o café exigia, o cultivo é mais fácil. Tudo isso influi de maneira positiva na renda da família, mostrando ser possível permanecer no campo e sobreviver dele.

Izaias complementa acerca da assistência técnica oferecida aos trabalhadores para essa diversificação da agricultura.

Não só a diversificação de plantio e assistência técnica. O primeiro sindicato a contratar um técnico para atender os produtores, foi o sindicato de Miradouro. E isso foi na época do debate da educação do campo, ele ia sempre representando a região aqui que ele era professor na época aqui, trabalhando. Então assim, isso para nós foi muito interessante. E uma das ferramentas que nós temos aqui que manter a agricultura familiar em Miradouro hoje, é a que tem aqui hoje a produção é graças a esse trabalho⁴⁵ (Informação Verbal).

Izaias relata com orgulho sobre o município de Miradouro ter sido o primeiro a contratar um técnico agrícola para auxiliar os agricultores no seu cultivo e produção. Demonstra ainda entusiasmo ao falar da relação comercial com o Banco do Brasil e do PRONAF⁴⁶, que tinha a presença de uma pessoa que visitava as propriedades e analisava o

⁴⁴ *Ibid.*

⁴⁵ IZAIAS. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

⁴⁶ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. O agricultor familiar deve analisar o projeto que pretende desenvolver. Os projetos devem gerar renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Podem ser destinados para custeio da safra, a atividade agroindustrial, seja para investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura. <<<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>> Acesso janeiro de 2016.

que o agricultor poderia adquirir e financiar para aumentar a sua produtividade e renda. Novamente, podemos verificar estratégias de ações do sindicato para dar subsídios para que o trabalhador permaneça no campo através de instrução do técnico e de financiamento para que o produtor adquirisse veículo ou uma porção maior de terra de maneira a aumentar a sua renda. No entanto, faz-se necessário um olhar atento quanto às políticas de financiamento, já que, de uma forma geral, têm regras que são contrárias à diversificação e reforçam o uso de agrotóxicos, pois o objetivo maior é o lucro e produtividade.

Acerca do trabalho realizado contra a mineradora⁴⁷, Izaías menciona novamente a importância do projeto da diversificação da agricultura, sendo esse para mostrar que é possível viver da terra sem ser preciso vendê-la.

Os proprietários vão ganhar muito mais produzindo do que passando suas terras, vendendo suas terras para ser minerada. E aí demonstrou isso, foi a força na época. Porque a mineração começou a fazer pesquisa para entrar aqui dentro para minerar e a gente incentivando as pessoas e mostrando para eles, a produção deles produzia muito mais⁴⁸ (Informação Verbal).

Conseguimos observar a luta do sindicato na contramão do discurso proposto pela mineradora. O STR propõe a terra como vida, sustento, sobrevivência, produzir e viver dela e não reduzi-la ao lucro no sentido de vender a terra e ficar sem a mesma.

Izaías e Valdeci mencionam o trabalho de luta do STR contra a mineradora.

Nós iniciamos isso em 2003 a luta contra a mineradora aqui, por que? Na época eles trabalharam aqui há 30 anos atrás eles vieram com um projeto enganador, eles não falaram que iam minerar, eles vieram porque estavam fazendo uma pesquisa e as pessoas assinaram um documento liberando para fazer uma pesquisa, furar um buraco na propriedade dele, mas assinaram um documento que estava liberando qualquer coisa que eles queriam. Podia entrar na sua propriedade... E essas pessoas não tinham essa informação, estavam assinando um documento que realmente eles não sabiam o que estava assinando. E isso para nós é uma luta contra porque nós achamos que a importância é a propriedade, é a agricultura das pessoas, é o ir lá e trabalhar na propriedade, se manter, não tem recurso mas dá para sobrevivência deles, lá na propriedade... nós não fizemos parte do governo do município hoje, ainda no poder hoje, vice-prefeito, vereadores, acompanhando os procedimentos de hoje, a mineradora já tinha entrado no município de Miradouro, porque quem segura isso até hoje é o nosso movimento⁴⁹ (Informação Verbal).

⁴⁷ De acordo com os entrevistados, a mineradora era a Companhia Brasileira de Minério- CBA, que adentrou em Miradouro no início de 1990 com o discurso de que estavam realizando uma pesquisa de solo, sendo assim tinham acesso às propriedades. Nesse contexto, muitos proprietários assinaram um documento sem saber que na verdade este documento estava liberando o terreno para a exploração de bauxita. De acordo com as entrevistas, a atuação da mineradora ainda acontece, só que agora é um grupo da Votorantim.

⁴⁸ *Ibid.*

⁴⁹ *Ibid.*

E nós conseguimos, porque eles organizavam a população, as escolas, faziam trabalho, doavam reformas para as escolas e a gente ia com o povo e mostrava que não funcionava porque o povo pensava de forma diferente. As comunidades, eles fazendo tudo que era promessa para as comunidades aí. É turismo, fizeram a questão do turismo, cachoeira, mas por trás estava a mineradora. Se for para dar mineração da Companhia Brasileira de Minério- CBA, financiamento nós não queremos um centavo. Mas vocês vão ganhar dinheiro. Mas eu não quero dinheiro da CBA, nós queremos produzir independente.⁵⁰ (Informação Verbal).

Segundo relatos dos entrevistados, a mineradora veio com um discurso fictício acerca de sua atuação no município, o que acabou levando pessoas a assinarem papéis que, na verdade, estavam passando porções de terras para a mineradora. Assim, o sindicato relata a dificuldade da luta contra tal ação, já que o discurso, apesar de enganoso, era sedutor. Em meio a esse contexto, e valendo de seu papel em lutar pelos trabalhadores no plano dos direitos, o STR faz um movimento contrário às promessas e ofertas da mineradora. O sindicato objetiva mostrar para os agricultores o verdadeiro valor da terra, e que dela é possível sobreviver, não sendo necessário aceitar dinheiro da mineradora.

Outra forma de atuação do STR é o Projeto Habitação Rural, que segundo Valdeci é uma relação com a Caixa Econômica Federal.

A gente já construiu aí vinte e cinco casas, tem uns projetos lá na Caixa para ser liberado, então acho que é uma das conquistas que a gente conseguiu levar para o produtor, a casa totalmente, praticamente de graça, com o incentivo do governo⁵¹ (Informação Verbal).

Segundo os entrevistados, teve também o Projeto do Crédito Fundiário que foi nomeado de Associação Bom Sucesso. De acordo com Valdeci, foi uma conquista do crédito fundiário, em que conseguiram uma propriedade, e nela, oito famílias construíram as suas casas e compartilham do trabalho com a terra. No entanto, não conseguem mais esse projeto devido à burocracia.

É uma, é um grupo de pessoas que reuniu um grupo, formou um grupo e comprou a propriedade, então a gente conseguiu oito famílias lá, hoje tem essa propriedade, a gente está produzindo⁵² (Informação Verbal).

Eles têm vinte anos para pagar. Ficaram três anos de carência e eles pagam o valor de novecentos e poucos por ano⁵³ (Informação Verbal).

⁵⁰ VALDECI. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015)

⁵¹ *Ibid.*

⁵² *Ibid.*

⁵³ IZAIAS. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

Ambos os projetos de casa própria evidenciam a ação do sindicato no que se refere à importância de manter o trabalhador no campo. Dessa maneira, o produtor terá uma residência e, a partir principalmente da diversificação da agricultura e presença do técnico, ele terá opções de plantio, informações para melhorar a sua produção e conseqüentemente um lucro maior para o seu sustento.

No que se refere às articulações políticas, os entrevistados ressaltam a importância dessas ações para que os trabalhos desenvolvidos possam ser efetivados.

A gente é filiado na Fetaemg e na Contag e essa relação ultimamente não tem sido muito das melhores. Até participo dos encontros, mas nós desenvolvemos aqui um trabalho bem aqui na região Muriaé, Miradouro, Carangola, Fervedouro, São Francisco do Glória aqui, é meio que... né Izaías, vem dando assim uma distanciada do trabalho da Fetaemg, tinha bastante coisa que não estavam assim de acordo com nosso objetivo porque o presidente que nunca sai da presidência, vai fazendo eleição e sempre fica o mesmo e vai ... Como diz, vai chegando num patamar que os próprios sindicatos, principalmente os mais antigos, como o nosso, já estava assim, meio que achando duvidoso aquilo, mas, porém tem coisa que você necessita dessa ponte para chegar até lá no governo que a Fetaemg é em Belo Horizonte e a Contag lá em Brasília, então tem coisa que se você desligar vai ficar pior⁵⁴(Informação Verbal).

Hoje por conta da Cresol a gente consegue uns acessos ao Pronaf direto de BNDES. O BNDES tem investido aqui na nossa região através de cooperativa, hoje nós não temos “parceria” com o Banco do Brasil porque nós criamos a cooperativa para atender melhor o trabalhador, então nós trabalhávamos de graça pro Banco do Brasil e hoje a Cresol desenvolve o Pronaf, custeia o investimento, então, ao invés de trabalhar com o Banco do Brasil nós temos uma parceria com a Cresol, temos o técnico agrícola que atende a gente aqui, e a Cresol também paga uma parte desse técnico pra tá atendendo o trabalhador⁵⁵(Informação Verbal).

Ao analisar as falas dos entrevistados, podemos notar que ambos mencionam a relação com a CONTAG⁵⁶ e FETAEMG⁵⁷ fazendo uma crítica acerca da atuação delas, mas ao mesmo

⁵⁴ VALDECI. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

⁵⁵ IZAIAS. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

⁵⁶ A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) atualmente, com as 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados, compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que luta pelos direitos de mais de 15,7 milhões (PNAD/IBGE, 2009) de homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores (as) familiares, acampados (as) e assentados (as) da reforma agrária, assalariados (as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos.<<HTTPS://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=227&nw=1>> Acesso janeiro de 2016.

⁵⁷ A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais- FETAEMG, é uma entidade sindical filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura- CONTAG, organizada em doze Polos regionais e 515 Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Essa organização constitui o Movimento Sindical de

tempo reconhecendo a importância em manter o diálogo para conseguir alguns benefícios. Há ainda a relação com o PRONAF e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que são mais favoráveis devido a criação da Cresol.

4.2 Educação do Campo

Conforme aponta Molina (2009a), a Educação do Campo não deve se reduzir apenas as dimensões curriculares e pedagógicas que ocorrem no interior da escola. Ela deve, além disso, ocupar-se dos processos de formação dos sujeitos do campo e compreender os processos culturais, as estratégias de socialização e as relações de trabalho vividas pelos sujeitos do campo em suas lutas cotidianas que determinam a sua identidade e constituem como essenciais de seu processo formativo:

Um dos valores da Educação do Campo é a recuperação da ideia do trabalho como princípio educativo. É vital a compreensão da centralidade do trabalho como perspectiva de promoção da autonomia dos sujeitos camponeses. O processo de reprodução social desses sujeitos e de suas famílias, ou seja, suas condições de trabalho, sua vida e cultura, não podem ser subsumidos numa visão de educação que se reduza a escolarização, por maior importância que tenha esse processo. (MOLINA, 2009a, p. 31).

Segundo Caldart (2001), a Educação do Campo somente poderá ser efetivada se os sujeitos do campo de fato incorporarem as formas de organização e do trabalho dos povos do campo. De acordo com Souza e Beltrame (2010), os trabalhadores necessitam afirmar-se como corresponsáveis pela elaboração e construção de políticas voltadas para Educação do Campo e não apenas acessar os seus resultados.

Nesse sentido, a construção da Educação do Campo pelos próprios sujeitos que vivem e trabalham no campo, é uma forma de contestar as formas hegemônicas de alienação do trabalho pelo capital. Essa pode ser uma proposta que sugere a produção do conhecimento pelo trabalho e para a vida, tendo como princípio a socialização dos seus resultados em melhorias sociais para toda coletividade. A Educação do Campo se mostra, assim, como uma

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais- MSTTR. Fundada em 27 de abril de 1968 a FETAEMG tem o compromisso de defender os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Suas áreas de atuação contemplam políticas sociais para jovens, mulheres e terceira idade, assalariados rurais, agricultores familiares e acampados e assentados da reforma agrária, além de ações que busquem a preservação dos recursos naturais. <<<http://www.fetaemg.org.br/institucional/a-fetaemg/>>> Acesso janeiro de 2016.

alternativa de resistência diante da esmagadora força do capital que tenta refazer-se diante das crises. Na luta pela construção de uma nova hegemonia, na qual a classe trabalhadora organizada e mobilizada coletivamente possa participar e construir políticas sociais que evidenciam os seus interesses.

Portanto, compartilhamos a concepção de que a Educação do Campo emancipatória é aquela capaz de colocar em discussão os interesses antagônicos da sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, ser uma forma da classe trabalhadora munir-se de argumentos para a sua luta diária nas relações sociais.

Com base em tais reflexões, iremos analisar como se deu a discussão de Educação do Campo no município de Miradouro. Para Terezinha:

Na época que fundou o sindicato de Muriaé e em Muriaé tinha escola Família Agrícola, que as mesmas pessoas que foram fundadores da escola foram os fundadores do sindicato de lá, então essa ideia de discutir essa educação diferenciada para o campo veio desde que surgiu o sindicato, a gente discutia isso tanto que no início o sindicato fez diversos abaixo assinados para poder abrir escola, para ter transporte escolar. Então tudo isso, a melhoria da alimentação escolar, nós participamos disso tudo, isso foram anos...

Essa discussão vinha desde que o pessoal de Muriaé, o Zé Maria que era o presidente do sindicato e estudava na escola Família Agrícola, a Rosa que era secretária do sindicato, estudava na escola Família Agrícola, então eles que puxavam essa discussão e vários alunos, foi feito um trabalho aqui na região para os trabalhadores rurais que foram estudar lá no Espírito Santo na escola Família Agrícola de lá⁵⁸ (informação verbal).

A partir do depoimento de Terezinha é possível constatar a relação e influência das pessoas do Sindicato e da Escola Família Agrícola⁵⁹ de Muriaé. Uma vez que o trabalho na perspectiva da Educação do Campo já vinha sendo realizado por eles na luta por uma escola diferenciada, pelo transporte escolar, por uma alimentação e formação com os próprios trabalhadores rurais. Nesse aspecto, podemos depreender que tais pessoas já possuíam um olhar diferenciado e sensível, concebendo a necessidade da luta pelos seus direitos. Portanto, foi a partir do contato com as discussões em Muriaé que se viu semelhança com o município de Miradouro, compreendendo a importância de trazer e difundir esses ideais.

⁵⁸TEREZINHA. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

⁵⁹ Uma Escola Família Agrícola (EFA) é uma Escola Comunitária, sem finalidade econômica formada a partir de uma associação de famílias de agricultores, instituições e/ou pessoas afins que, organizadas, a criam para oferecer educação apropriada aos seus filhos. Este modelo de escola adota a Pedagogia da Alternância originária na França que consiste em alternar a formação de adolescentes e jovens em um período de estudos e aprofundamentos na escola e outro de aplicação, indagação e questionamentos da realidade sócio profissional no meio em que os estudantes vivem. <<<https://amefa.wordpress.com/historico-da-amefa/>>> Acesso janeiro de 2016.

Vale destacar que estamos inseridos em um contexto no qual prevalecem as relações de uma sociedade, em que pessoas e a educação tornam-se mercadorias. Com a valorização do mundo das coisas, ocorre a desvalorização do mundo das pessoas. O trabalho na produção capitalista não produz apenas a mercadoria, mas o trabalhador como uma mercadoria (MARX, 1989). Gramsci (1999) insiste no fato de que todas as pessoas são intelectuais, a partir de suas experiências e conhecimentos produzidos; e que é preferível participar de uma visão de mundo crítica e consciente, elaborada a partir da participação na história do mundo, do que participar de uma concepção de mundo mecânica e automática imposta por determinações externas.

Por isso, a importância de se criarem movimentos de resistência na realidade concreta que contrapõem as relações sustentadas pela hegemonia da ideologia burguesa. A burguesia cria para si um mundo a sua imagem e semelhança, através da ideologia. A sua ideologia é dominante, pois domina os meios de produção (MARX; ENGELS, 1998). Dentre esses movimentos de resistência estão os movimentos sociais populares que atacam o Estado capitalista na sua radicalidade, buscam a revolução social e não apenas reformas que mascaram a atual ordem. Esses movimentos sociais através de suas práticas reivindicam por políticas públicas de Educação do Campo.

Quando questionado em relação ao histórico da Educação do Campo no município, Izaias expõe a necessidade de escolas do campo principalmente no momento em que ocorreu o fechamento das escolas da zona rural, de maneira que as crianças tiveram que ir para a zona urbana. Assim, de acordo com Izaias, a demanda por uma educação do campo partiu da conscientização dos próprios trabalhadores da zona rural no sentido de que as raízes e origens rurais não poderiam ser perdidas, logo houve a luta para a permanência e/ou reabertura das escolas rurais localizadas na zona rural do município de Miradouro.

É mesmo por esse caminho, porque o que começamos a pensar, desde a época que começou a mudança do governo, que passou o compromisso do Estado para Município, foi fechando escola, e o que a gente vê é o seguinte: quanto mais a gente distanciar o nosso povo da zona rural, lá do campo, vai ensinar os filhos, neto o que for, para ir para cidade, e aí ele vai pensar com a cabeça lá do urbano. E o que a gente pensou? Que tinha que ter uma escola, que tinha que demonstrar, que devolvesse isso para o campo. Foi quando criou no governo Lula, a questão da educação do campo e o próprio município, a administração que a gente estava iniciando com a nova visão, e aí começamos o trabalho aqui dentro do município⁶⁰ (informação verbal).

⁶⁰IZAIAS. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

É possível analisar nos depoimentos de Terezinha e Izaias que ambos relatam origens diferentes quanto ao histórico de discussão da Educação do Campo de Miradouro. Terezinha menciona a influência positiva das discussões vindas de Muriaé e Izaias nos remete a um fato histórico.

Na década de 1980, iniciou-se no Brasil a descentralização das políticas voltadas para a Educação Básica. Esse processo foi consolidado com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996. Dessa forma, os Estados e Municípios passaram a ser responsabilizados pela manutenção da Educação Básica a partir da descentralização dos recursos. Alguns estudos demonstram que esse fato se caracteriza como uma descentralização de responsabilidades do Governo Federal que delega aos Estados, Municípios e para própria escola a obrigação da gestão dos recursos da educação (OLIVEIRA, 2000; AUGUSTO, 2005). A LDB prevê o regime de colaboração entre os entes federados (Estados e Municípios) para manutenção do atendimento educacional, no entanto, não se considera as condições desiguais que se encontram no país (CURY, 2002).

Além das questões locais mais específicas, há desafios em relação ao regime de colaboração que deveria existir entre os entes federados da União para atender o direito educacional que a população possui. Com a descentralização da educação básica para os Estados e Municípios a partir da década de 1980, gradativamente na década posterior, as escolas de Ensino Fundamental foram transferidas para a responsabilidade dos Municípios⁶¹, principalmente as séries iniciais do Ensino Fundamental. Apesar de haver o incentivo financeiro do FUNDEF (Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental) a partir de 1996, ainda assim foi complicado para os Municípios arcar com a responsabilidade administrativa de manter as escolas de Ensino Fundamental.

O fato da municipalização do Ensino Fundamental, somado a meta imposta no Plano Nacional de Educação de 2001, de substituir as classes unidocentes por seriadas⁶², favoreceu a nucleação das escolas no meio rural. Ou seja, hoje os Municípios são responsáveis pela Educação Infantil e Ensino Fundamental e, por isso, determinam o tipo de política de educação e de Educação do Campo que serão implantadas em nível local. Não é possível desconsiderar, nesse caso, a política de financiamento da educação que é elaborada pelo

⁶¹ Oliveira (2000) demonstra que esse processo ocorreu em Minas Gerais de forma mais expressiva na década de 1990, em muitos casos os municípios não estavam preparados para atender essa responsabilidade.

⁶² O Plano Nacional de Educação de 2001 prevê que o Ensino Fundamental deve chegar a “todos os recantos do País” e que as classes unidocentes devem ser substituídas pelas séries (hoje anos) iniciais regulares.

Governo Federal, o que faz dos Municípios meros executores das políticas de racionalização de recursos.

Podemos conceber, então, a importância dos movimentos sociais em torno da Educação do Campo nas superintendências ou na SEE na luta por políticas públicas específicas. Por isso, Molina (2009b) considera que o caráter de construção coletiva a favor da escola e da educação precisa estar presente na execução de políticas públicas voltadas para Educação do Campo. Os órgãos governamentais, tanto estaduais como municipais, muitas vezes separam o campo da Educação do Campo e distanciam o tema dos conflitos agrários da pauta das políticas. É importante considerar o campo como uma práxis social do camponês, que se manifesta na materialidade das suas condições de vida e reprodução social. Para a radicalização da democracia é necessário aparecer os conflitos, os quais não podem ser simplesmente abafados. A construção e execução das políticas públicas não podem perder o vínculo com as lutas sociais.

Para os Movimentos Sociais, a Educação do Campo não é apenas uma modalidade de ensino⁶³, mas incorpora uma perspectiva de transformação social. É necessário ocorrer a ampliação da democratização do Estado e de toda a sociedade brasileira. A luta por políticas públicas não pode reduzir a transformação social, a restrição e as concessões do Estado burguês, mas, lutar pela não diminuição do espaço público.

Caldart (2010) diz que é necessário entrar na disputa por políticas públicas de Educação do Campo, inclusive no conteúdo dessas políticas, pois isso significa entrar em confronto com os interesses de uma classe social no espaço dominado pela outra classe. Ainda que isso signifique riscos (até mesmo de cooptação), existe também a possibilidade de alargamento e compreensão desses sujeitos do que é a luta de classes (experiência). Assim como a importância de acreditar na possibilidade de transformação mais radical da sociedade, ou seja, na superação do capitalismo.

Portanto, as falas de Izaias e Terezinha, apesar de origens distintas, há um diálogo e importância nessas discussões, pois ambas culminam em um mesmo objetivo: a conclusão da necessidade de voltar os olhos e atenção para a educação diferenciada do município, uma vez que esse é o primeiro passo para então se pensar em luta.

Em relação ao processo de implementação da legislação de Educação do Campo para o município de Miradouro, Izaias menciona que eles já trabalhavam nessa perspectiva e com a entrada de Terezinha os trabalhos foram intensificados e a legislação implementada. Assim,

⁶³ Apesar de ter sido aprovada na legislação específica nacional como uma modalidade de ensino.

Valdeci ressalta que foi uma conquista coletiva e ambos destacam a importância de Terezinha para esse processo.

Na época foi em 2003, 2004, já tinha um trabalho com o homem do campo, o sindicato já vinha desenvolvendo através da nova administração que nós tínhamos feito parte dela, tivemos a vitória e aí a Tereza⁶⁴ entrou como a secretária de educação e aí foi o pensamento de começar a fazer um trabalho com as próprias crianças lá na escola e começou a discutir e surgiu um projeto do governo federal a questão de educação do campo e, foi isso que deu o município⁶⁵ (informação verbal).

Isso é uma conquista nossa, fomos nós que lutamos para conseguir, mas só que no meio político, muda muito, é igual o Izaías falou, questão da secretária, na época que a Tereza era secretária da educação, a gente conseguiu implementar isso e fazer o trabalho desenrolar⁶⁶ (informação verbal).

A Tereza na época era secretária de educação, tinha visão, veio do movimento, foi presidente do sindicato, foi vereadora por dois mandatos e fez essa discussão no município, nas comunidades de base e no momento, no poder, trouxe um técnico aqui que o Mizael, que é professor, técnico agrícola, ele foi ensinar essas práticas alternativas dentro das escolas⁶⁷ (informação verbal).

De acordo com os entrevistados, o trabalho na perspectiva da Educação do Campo já vinha sendo realizado. Segundo eles, a luta foi coletiva, com a participação do sindicato, e intensificada ainda mais com a entrada da Terezinha na Secretaria de Educação.

A importância dada as ações desenvolvidas por Terezinha nos faz remeter ao conceito de intelectual orgânico da classe trabalhadora, uma vez que ela se torna uma referência na luta pelos direitos e pela Educação do Campo (NASCIMENTO, s/ano).

Os entrevistados expressam segurança e confiança na liderança de Terezinha devido a sua experiência, que segundo eles, ela nasceu do movimento, já fora presidente do sindicato e vereadora.

Vendramini (2010) chama atenção para a necessidade de recuperar a dimensão do trabalho como categoria fundamental nas pesquisas sobre Educação do Campo e sobre os movimentos sociais, pois a educação precisa ser produzida e pensada a partir das condições materiais concretas e as formas de produção da vida alternativas as atuais:

⁶⁴ O nome da entrevistada é Terezinha, mas todos a chamam de Tereza.

⁶⁵ *Ibid.*

⁶⁶ VALDECI. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

⁶⁷ IZAIAS. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

Consideramos que a defesa de uma Educação do Campo tem como sustentação o reconhecimento de uma realidade de trabalhadores e trabalhadoras do campo que têm resistido para continuar produzindo sua vida no espaço rural. E, especialmente, o reconhecimento de que essa realidade precisa ser alterada, tendo em vista a crescente pobreza, o desemprego, as grandes desigualdades sociais e as dificuldades de acesso às políticas públicas (saúde, educação, transporte, infraestrutura etc). Portanto, pensar um projeto de Educação do Campo pressupõe a sua sustentabilidade em termos econômicos, sociais, culturais e ambientais. (VENDRAMINI, 2010, p. 134).

O trabalho e a educação são duas questões estruturantes de uma sociedade. No entanto, o trabalho, dentro da lógica capitalista, é alienado e alienante. Alienado porque o trabalhador vende a sua força de trabalho ao dono dos meios de produção e ao mesmo tempo a mercadoria não lhe pertence, é apropriada pelo capital. Alienante porque o trabalhador não se reconhece no resultado do seu trabalho e o salário lhe garante apenas a sua reprodução. A situação de opressão que vive não lhe permite pensar sobre reprodução, apenas reproduzi-la (MARX, 1989).

Por outro lado, o trabalho é educativo. O que diferencia o homem dos animais é sua capacidade de produzir os meios para sua subsistência, através do trabalho (MARX; ENGELS, 2009). Portanto, o trabalho é criação humana, é cultura, por isso educativo. Quando o trabalhador na fábrica passa a dominar a técnica necessária para execução de seu trabalho a sua mente permanece livre para criar e estabelecer outras relações com o mundo, podendo assim propiciar a realização do ser humano. Isso inclui pensar sobre a sua condição de opressão e exploração e a sua capacidade produtiva e, dessa forma, também transformadora (GRAMSCI, 1980).

Apesar do trabalho realizado pelo STR, e liderado por Terezinha, Valdeci menciona um fato importante que acaba comprometendo o desenrolar das ações: as mudanças de governos. As práticas bem-sucedidas precisam ser valorizadas constantemente, aquilo que é gestado, que é criativo, deve ser colocado como avanço, e não pode ser ignorado em possíveis mudanças de conjunturas políticas, principalmente em nível local. De acordo com Silva (2003), nas mudanças de governos municipais ou estaduais é comum ocorrer alterações nos projetos educacionais, com intuito de “dar cara a nova gestão”, quase sempre sem avaliar os resultados anteriores. Isso gera uma descontinuidade no desenvolvimento das ações.

Quanto ao processo histórico da legislação de Educação do Campo para o município:

Olha, é... foi assim... Em 2005, nós demos início a esse projeto, porque o prefeito que foi eleito, tinha uma abertura para discutir isso, eu era sindicalista. E desse movimento de discutir a educação do campo junto com os movimentos sociais, com a família agrícola e tal, eu conheci a Isabel. E conhecia essa discussão, participava dessa discussão da educação do campo. A Isabel veio aqui, nós iniciamos o projeto,

fizemos um processo de formação com os professores e tal, e muita coisa fluiu muito bem⁶⁸. (informação verbal).

Terezinha data o ano de 2005 como marco para a implementação do projeto de Educação do Campo em Miradouro. Momento em que vários fatores contribuíram para o fato: o prefeito foi favorável, Terezinha sindicalista e o encontro com Isabel⁶⁹ da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com os movimentos sociais e família agrícola que já discutiam a temática.

Ela ressalta ainda que, mesmo antes de se tornar a secretária de Educação, já vinha trabalhando nessa perspectiva, juntamente com Rosane⁷⁰. E depois que assumiu o cargo os trabalhos foram intensificados.

O encontro com Isabel ocorreu ainda quando Rosane era a secretária de Educação, momento em que participou do I Seminário de Educação do Campo de Minas Gerais. A partir desse evento, a secretária Rosane resolveu organizar, juntamente com os educadores do município e representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, um seminário sobre Educação do Campo. Isso levou a constituição de um projeto de formação continuada com os educadores do campo, para conscientizá-los da questão, bem como para problematizar as suas práticas. Essa construção não se deu a partir de uma determinação externa, mas de uma demanda real e da percepção daqueles que estavam investidos da responsabilidade de administrar a política local.

Assim, no ano de 2005, a Política Pública de Educação do Campo de Miradouro (MG) começou a se consolidar. Nesse processo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Prefeitura Municipal e a Universidade Federal de Minas Gerais trabalharam juntos, na mesma perspectiva. Fato importante de ser destacado é que na Prefeitura havia presença de sujeitos que também participavam do Sindicato, o que facilitou a comunicação e o exercício do trabalho.

Nesse período, Terezinha era sindicalista e ainda sim é possível perceber o seu envolvimento com a temática, o que favoreceu a continuidade das ações e concepção de Educação do Campo assim que assumiu a secretaria de Educação (2007-2010).

⁶⁸TEREZINHA. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

⁶⁹ Professora da Universidade Federal de Minas Gerais responsável, segundo Terezinha, por trazer a discussão da Educação do Campo do meio acadêmico para a realidade.

⁷⁰No período de intensas discussões sobre Educação do Campo a Rosane quem era a secretária de Educação de Miradouro (2005-2007), juntamente com o prefeito Wagner. No entanto, Rosane não cumpriu todo o período, por motivos pessoais, sendo assim Terezinha foi convidada e assumiu o cargo.

Então, assim, eu sempre tive envolvida desde lá da época do movimento sindical, a gente discutindo as regiões e tal, tentava atuar em algumas cidades que era possível, que tinha uma abertura, e quando eu vim para administração pública, é, no início a secretária de educação era a Rosane, que se sensibilizou com o assunto e tal, implantou, eu sempre tive ligada diretamente nisso tudo. E depois eu acabei assumindo a secretaria de educação, aí foi mais intenso ainda com a minha participação. A gente foi a partir das diretrizes nacionais e nós fomos elaborando a nossas políticas aqui também com os programas que a gente tinha aqui⁷¹ (informação verbal).

Eu na época, eu servi, porque eu conheci a Isabel, aí fui abrindo as portas, os canais, e tal, mas quem respondia pela parte da educação, na época, era ela. Então, o começo mesmo foi com ela⁷² (informação verbal).

A fim de construirmos o histórico de luta para a implementação da legislação em Miradouro a partir dos sujeitos coletivos envolvidos, faz-se importante compreender a fala de Gilsilene durante o período estudado.

Então, foi, acho que foi em 2003, se eu não me engano, a gente participou de um seminário regional sobre educação do campo, onde assim os movimentos sociais, é, CPT que é “comissão pastoral da terra”, CTA, sindicatos, FETAEMG, a gente fez um seminário com todas essas pessoas e tirou essa, sabe, essa linha que a gente, que a nossa região precisa de está implementando a política de educação do campo. Então a partir daí a gente tinha, dentro da administração municipal, a gente tinha pessoas que fomentam essa ideia que conseguiu que a gente votasse uma lei, na câmara municipal para poder implementar a educação do campo aqui no município de Miradouro⁷³ (informação verbal).

A partir do depoimento dos quatro entrevistados sobre o processo histórico de luta pela implementação da Educação do Campo em Miradouro podemos dizer que há um diálogo entre eles. Izaias, Valdeci e Terezinha afirmaram que os trabalhos, nessa perspectiva, já vinham sendo realizados. Todos eles datam o período de 2003 a 2005 como intensificação desses trabalhos, já que teve um Seminário Específico sobre Educação do Campo em Muriaé e posteriormente Terezinha se tornou secretária de Educação do município, o que favoreceu as ações inicialmente desenvolvidas.

No período em que Terezinha assumiu a Secretaria de Educação, juntamente com Isabel, ela realizou cursos de formação com os professores da rede pública. Segundo Terezinha, esses cursos seguiram a linha da Educação do Campo e principalmente sanou

⁷¹ *Ibid.*

⁷² *Ibid.*

⁷³ GILSILENE. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

dúvidas dos professores, mostrando a importância dos próprios alunos trazerem os seus conhecimentos.

E eu entrei em sala de aula e eu comecei a perceber que muita coisa eu não sabia. Por exemplo, tinha matéria de matemática que eu não sabia ensinar, e eu fui ver que muitos colegas não sabiam, só que não tinham coragem de falar que não sabia. Então nós fizemos um levantamento com os professores de quais seriam as dificuldades e fizemos um trabalho de formação de ensinar para o professor português, matemática, essas coisas, e isso aplicada as questões do campo... Eu ia para as escolas com aqueles alunos que eram problema em sala de aula, e eu falava pro professor, demanda pra ele a aula, ao invés de você ficar mandando pra ele ficar quieto, traz ele aqui pra frente, demanda pra ele a aula de matemática, demanda pra ele a aula de técnicas agrícolas porque ele sabe, ele sabe fazer⁷⁴ (informação verbal).

É possível analisar que os cursos tiveram o objetivo de esclarecer os conteúdos para os professores, incentivá-los a deixar os alunos participarem das aulas e também mostrar o conhecimento e experiência que possuem. Dessa maneira, os professores iriam valorizar o que o aluno já sabia, partindo, portanto, de sua realidade e contexto, o que torna a aula mais interessante, rica e contextualizada. Acreditamos na Educação do Campo enquanto uma construção coletiva dos movimentos sociais e demais sujeitos envolvidos na luta pelos direitos dos trabalhadores do campo.

No que se refere à atuação do STR na perspectiva da Educação do Campo, Valdeci destaca contratação de um técnico agrícola.

O Izaias falou sobre a questão do técnico quando chegou, ajudou muito, contribuiu muito, na nossa região, o sindicato contratou esse técnico, para dar assessoria ao trabalhador. Hoje se entrega alguma merenda na escola, é graças a essa educação desse técnico, que trabalhava com a gente, deu curso de culinária, de bolo, de pão. Então hoje até as mulheres trabalham nisso. Só que hoje o técnico foi para secretaria de agricultura, é está trabalhando, dando assistência, já não é só o público do sindicato, porque a secretaria de agricultura tem que atender os pequenos e tem que atender os grandes também. Não está dando conta, das demandas que tem, a gente foi, contratou outro técnico formado em agroecologia, ele está para roça, está ajudando, o trabalhador, principalmente na questão da educação, do sistema que nós vivemos hoje, na questão da educação da agroecologia. Você não precisa da terra só hoje, você precisa dela pela vida inteira, durante sua vida você depende da terra. Se você maltrata ela, com certeza você no futuro não vai ser bom. A gente vai ir, mas os nossos filhos não vão sobreviver⁷⁵ (informação verbal).

Valdeci relata a importância do técnico agrícola a fim de difundir informações para os trabalhadores da melhor maneira de lidar com a terra. Nesse sentido, é possível perceber a efetivação da Educação do Campo, já que a educação aqui é concebida no seu sentido amplo,

⁷⁴TEREZINHA. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

⁷⁵VALDECI. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

para além dos espaços escolares. Assim, o manuseio da terra e a internalização do significado da terra vão ao encontro da concepção por nós defendida.

A questão da merenda escolar merece destaque, já que é uma forma de valorizar o trabalho do campo de forma educativa. Vale mencionar também o protagonismo feminino no campo e nos trabalhos rurais. Com a mudança dos tempos e as vitórias das lutas das mulheres, hoje se tem o reconhecimento de seu trabalho e sua importância. As mulheres de Miradouro estão presentes em todos os setores, não mais restritas aos afazeres do lar. No entanto, ainda há diferenças salariais.

Ainda sobre a atuação do STR, Izaias menciona frustração com relação ao investimento que foi feito na formação de um professor. Uma vez que essa pessoa seria importante para desenvolver trabalhos na perspectiva da Educação do Campo. E logo em seguida ocorreu a mudança na gestão, sendo assim as ações se perderam um pouco.

Dentro do movimento sindical que na época nós tinha um líder, um pouquinho jovem, na época era presidente, ele estudou, formou professor, na hora dele pegar, dois meses antes dele formar como professor, ele nasceu do movimento, veio do movimento sindical, era diretor do sindicato, era trabalhador rural, proprietário, tudo na mão dele, na hora dele se formar ele se entregou, não fez os últimos dois meses dele, ele desistiu do curso. Isso para nós foi uma derrota, ele tomou outro rumo, tinha uma parte que ele ganhava e uma parte o sindicato assumia, só que nós pensávamos o seguinte isso era importante para gente. Hoje ele está empregado em outra área. Então assim, para nós deixou a gente com a calça na mão, a gente investiu nele, tudo de graça ele ganhou tudo de graça, a bolsa, ele era na época, representante da FETAEMG, tinha todo procedimento, a gente confiando acreditando e daí já estava a secretaria mudando⁷⁶ (informação verbal).

Izaias mostra a sua decepção já que o investimento realizado nesse professor, segundo o entrevistado, era muito importante para o trabalho na perspectiva da Educação do Campo, já que além do curso pago o docente possuía experiência, vivência nas discussões e sendo fruto do movimento ele poderia ter se tornado um líder no sentido de ajudar os trabalhadores rurais a lutar contra o sistema capitalista.

Segundo Izaias:

Nas escolas, ele fazia o trabalho nas escolas e também ele era diretor no sindicato. E isso era importante porque ele ficava lá uma vez ou ficava o mês todo, voltava para casa e ficava três meses aqui e voltava depois para estudar. E ele era diretor do sindicato, participava da comissão de jovens do sindicato, então a gente abriu mão, o sindicato, assim, ajudou a colaborar para isso, era um retorno para gente. E na época a gente estava trabalhando a questão prevendo que poderia ser um presidente do sindicato mais na frente. Não tem a gente a vida toda, preparando liderança e acabou que depois ele jogou tudo para o ar⁷⁷ (informação verbal).

⁷⁶IZAIAS. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

⁷⁷*Ibid.*

É possível constatar que o papel do professor era ir até as escolas a fim de tentar fazer um trabalho diferenciado com os demais docentes das instituições e os alunos, no sentido de valorizar o conhecimento trazido pelas crianças, contextualizar os conteúdos ensinados dentre outras ações que estão alinhadas a concepção de Educação do Campo. É importante destacar que essa ação não se configura como a “salvação” dos problemas, mas trabalha e contribui com a perspectiva de Educação do Campo, por nós, defendida.

Nesse sentido, é importante ressaltar a concepção de Educação do Campo que considera a relação que há entre educação e a produção da sua vida material. Frigotto (2001) compreende o trabalho como uma expressão das relações sociais e a forma como as pessoas produzem a sua existência, como uma unidade entre a técnica e a política, entre teoria e a prática no processo educativo. O modo de produção capitalista se define pelo atrelamento das pessoas às suas condições de produção objetiva de existência a partir do surgimento da propriedade privada dos meios de produção para obtenção do lucro e não a satisfação das necessidades humanas.

O trabalho em sua dimensão educativa se dá pela relação do trabalhador com a transformação da natureza. O trabalhador se humaniza pelas relações que estabelece consigo mesmo nessa transformação e com os demais trabalhadores. Pois, ao mesmo tempo em que produz a mercadoria, produz também linguagem, arte, conhecimento e cultura. Mesmo que isso se dê em uma relação contraditória com a classe que se expropria do produto final (RIBEIRO, 2010).

Outros trabalhos do STR nessa perspectiva, segundo os entrevistados, é a Escolinha Sindical como espaço de formação, que leva informações e sana dúvidas. Citam novamente o projeto sobre a diversificação da agricultura e o financiamento para compra de carro, pois dessa maneira o trabalhador tem condições de sobreviver do que produz, possibilitando, assim, pelo menos sua permanência no campo.

Isso também eu acho que é educação do campo, educar a questão da diversificação da produção, então isso é meio de estar educando a pessoa que vale a pena está na roça e o que ele produz tem como ele vender. Não é só o café que vai fazer dinheiro. E hoje não, a gente conseguiu o Pronaf para os feirantes, direto do BNDES para o pessoal comprar uma caminhonete para carregar seus troços, sua produção, e levar na feirinha para vender, para entregar na escola, então, como diz, é conquista!⁷⁸ (Informação verbal).

⁷⁸VALDECI. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

Valdeci menciona a importância da educação e destaca que o STR tenta acompanhar e participar de tudo, no entanto eles têm enfrentado dificuldades para essa efetivação, já que o número de pessoas que trabalham não é suficiente.

Toda a educação, seja ela qual forma que for, você não está jogando dinheiro fora, você está investindo no ser humano, seja ela na zona rural, seja ela na cidade, você está mostrando, ali, um investimento, para um longo prazo, você ter um retorno daquilo. Então a gente viu isso acontecer, graças a esse trabalho do sindicato, ele veio trabalhando essa técnica, apesar que a gente não tem condição de estar acompanhando tudo, aí. É cada qual tem atuar na sua área. Hoje nós temos um problema muito sério, estão faltando gente, para ajudar a gente nesse trabalho⁷⁹ (informação verbal).

Vale destacar a importância que Valdeci, como presidente do STR, atribui à educação. Educação aqui concebida em seu sentido amplo, para além dos espaços escolares. É significativo evidenciar as reflexões de Oliveira (2000) acerca das mudanças que ocorreram com as reformas educacionais da década de 1990. Elas precisam ser compreendidas no processo de reestruturação do capitalismo, não apenas na forma de produzir, mas de organizar a sociedade. Por isso que o discurso da empregabilidade está diretamente relacionado ao discurso educacional. A educação básica tornou-se ainda mais funcional ao sistema capitalista, pois indica a possibilidade dos indivíduos terem acesso ao mercado de trabalho, ou seja, torná-los empregáveis. Uma resposta ao desemprego estrutural que não garante emprego a todos os trabalhadores e por isso acirra ainda mais a competitividade e responsabiliza o indivíduo pela sua situação social.

Acerca da participação do STR no processo de implementação da legislação Izaias afirma “participou na discussão, tudo, acompanhamos o procedimento todo”.

Podemos evidenciar que Valdeci e Izaias afirmaram a participação do STR no processo de luta pela Educação do Campo no município, no entanto, Terezinha expõe a sua visão quanto a essa participação:

Isso é um negócio complicado, sabe por quê? Eu a minha vida inteira eu fui sindicalista, então eu saí da, praticamente assim, na época que fui para prefeitura eu não era mais presidente do sindicato, mas eu era da diretoria e estava lá direto. Quando eu fui para administração pública, no meu caso especificamente, o que eu senti era assim, como o pessoal do sindicato sabia que eu estava lá, era minha obrigação fazer, então é, era eu que tinha que ir, não era o sindicato que vinha, e eu acho que o caminho tinha que ser o inverso, eu nunca tive problema. Tudo que eu tinha que conversar, decidir, pensar, chorar, era lá, dentro do sindicato com as lideranças, com as pessoas nas comunidades, com as pessoas que eram minha referência. Mas o sindicato, ele não vinha cobrar, era eu que ia, me ajuda! Me

⁷⁹ *Ibid.*

sustenta! É isso, não é... Achavam que era uma obrigação minha implantar. E política você faz com força política, você não faz só com o conhecimento que você tem ou com a boa vontade que você tem. Esse que foi um problema. Aí eu em muitos momentos eu fiquei sozinha, isso dificultou bastante⁸⁰ (informação verbal).

É possível verificar a partir da fala da Terezinha que ela se sentiu sozinha na luta, tendo que ir até ao sindicato cobrar o apoio deles. E o sindicato, por sua vez, atribuía toda responsabilidade a ela, já que, na visão do STR, ela tinha experiência e capacidade para solucionar os desafios. No entanto, conforme destacado por Terezinha, a luta é coletiva e não individual.

A visão de Gilsilene em relação à participação do STR, nesse período, “Sim participava sim, tinha uns eventos, uns seminários foi uma forma de participar assim”. É possível verificar que Gilsilene foi breve ao falar da participação do sindicato nesse período. Talvez por ela própria não ter acompanhado tão de perto esse processo.

Cabe citar a pesquisa de Priebe (2013) com relação à visão dos pais dos alunos quanto à participação do STR na construção da política local. Segundo ela, na fala dos pais, o sindicato aparece apenas como instituição que congrega trabalhadores, que informa os direitos e que permite a organização enquanto classe trabalhadora. E que o sindicato se caracteriza apenas através de sujeitos isolados.

Ao analisar a participação do STR, a partir das visões dos entrevistados, podemos constatar dois sentidos presentes nos depoimentos. Valdeci, Izaias e Gilsilene afirmaram presença do sindicato, no entanto, essa presença está associada ao acompanhamento das discussões, as idas a seminários e encontros, presença no sentido físico, estar presente. Já o depoimento de Terezinha relaciona a presença do sindicato no sentido de luta, de perguntar, de questionar, de propor, de cobrar. No entanto, essas ações por parte do STR não foram constatadas por Terezinha. E a pesquisa de Priebe (2013) evidencia justamente a fragmentação do sindicato no que se refere à ação individualizada, no caso apenas da Terezinha.

É possível refletir que, por mais que o STR tenha depositado confiança no trabalho e na experiência de Terezinha para propor e dar andamento as ações na perspectiva da Educação do Campo, são imprescindíveis o apoio e a participação efetiva do STR, já que partimos da premissa de que a Educação do Campo não deve ser somente uma política pública fixada pelas instâncias governamentais, de maneira verticalizada e imposta, obstante deve ser uma luta coletiva com os trabalhadores do campo.

⁸⁰TEREZINHA. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

Com relação ao envolvimento de Gilsilene no período de implementação da legislação da Educação do Campo para as escolas da rede pública do município de Miradouro, temos o seguinte:

Na época, eu não era ainda da administração, foi anterior a minha entrada, não teve a minha participação direta, mas eu participei assim, de todas essas atividades do sindicato eu participei. Não participei de maneira direta, mas desse seminário eu participei, participei de seminário de educação do campo em Viçosa. Então assim, sempre tenho participado de uma maneira mais indireta assim, não diretamente, porque nessa época aí eu não era da administração⁸¹ (informação verbal).

Podemos evidenciar que Gilsilene associa a sua não participação direta por não pertencer à administração no período referenciado. Mas afirma ter acompanhado as discussões, já que se fez presente no seminário que alavancou a temática Educação do Campo para Miradouro.

Acerca das formulações políticas, sobre a visão rural/urbano, Valdeci destaca que

Hoje a gente está tentando demonstrar isso que o mesmo valor que tem o da roça, o mesmo valor que tem do da cidade tem o da roça. Portanto, até hoje é bem discriminado essa visão, tem o preconceito. Acho que não podemos menosprezar nem um, nem outro, acho que os valores, isso é ética⁸² (informação verbal).

Em relação ao binômio, Terezinha pontua:

O preconceito é enorme, ele ainda existe, acabou muito, melhorou muito, mas é, ainda existe, é igual falar que não tem preconceito contra mulher, tem, mulher avançou, cresceu e tal, mas ainda tem preconceito, demais, mas, melhorou muito⁸³(informação verbal).

Na visão de Gilsilene:

Nosso município é extremamente rural, mesmo a pessoa que não mora na zona rural hoje, ele tem um pai, tem um avô, tem uma ligação com o meio rural, então assim, o nosso município não é todo urbano, e a importância de está valorizando a questão rural pra poder a gente está preservando o homem do campo, hoje a gente vê que a realidade ela está voltada mais pro urbano, valorizando mais a região urbana do que a rural e a gente sabe que o urbano, ele não vive sem o rural, então a gente tem que tá começando desde a educação infantil, incentivando, estimulando a criança a poder valorizar, a cultura rural⁸⁴ (informação verbal).

⁸¹GILSILENE. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

⁸²VALDECI. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

⁸³TEREZINHA. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

⁸⁴GILSILENE. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

A partir das falas de Valdeci, Terezinha e Gilsilene acerca do rural/urbano, podemos constatar que todos três afirmam ainda existir preconceito do rural em detrimento ao urbano, no entanto com os trabalhos desenvolvidos tem diminuído um pouco. Por isso Gilsilene ainda afirma a necessidade de se trabalhar o valor do rural desde a educação infantil, já que o urbano, principalmente em Miradouro necessita do rural.

E sobre as formulações macro, as relações com o contexto maior, Izaias faz uma importante análise sobre a força das reivindicações dos movimentos sociais antes e durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O que a gente percebe é o seguinte: no início do movimento sindical aqui no Brasil, no país, o povo tinha um entusiasmo maior para reivindicação dos direitos e para conseguir um governo diferenciado. Com a vitória do Lula, o movimento sindical achou que tinha construído tudo, se entregou. E aí hoje não tem aquela reivindicação com força mais, não tem o mesmo entusiasmo, as vezes, pra essas coisas, então, hoje, pra gente, eles estão perdendo com isso, mesmo que o governo, aquilo que a gente queria ter, mas tem falha e tem que ter reivindicação e as pessoas cruzava as próprias federações, os próprios movimentos sindical em si na frente, parece que é assim, eu consegui coisa do meu interesse e se entregou em outras coisas e as coisas vão andando e as vezes não é da forma que precisa andar, então isso, na ponta, quem tem uma visão do movimento do sindicato, quem no município tem uma visão diferenciada que a luta não tá pronta, sofre com isso, com as consequências, é isso que tá acontecendo com a gente⁸⁵ (informação verbal).

Com a fala de Izaias podemos analisar que a luta dos trabalhadores foi forte e constante, todos acreditaram que, com o governo Luiz Inácio Lula da Silva, a classe trabalhadora estaria representada e então começariam a ser beneficiados. No entanto, não foi o que aconteceu, pouco ou nada foi feito, mas a credibilidade dada ao Partido dos Trabalhadores fez com que os movimentos de luta enfraquecessem, quando a grande parte foi incorporada pela máquina estatal.

Importante relação que Terezinha faz entre a situação de Miradouro e o contexto macro:

É tipo assim, é como um tipo assim, está na sua mão, você faz, você sabe o que precisa, entendeu? Eu tinha esse sentimento, e eu achava, eu acho que é mais ou menos assim mesmo, que no caso que aconteceu, como eu acho que é o que vem acontecendo a nível de país, porque se você vê a mobilização social, vê no governo Fernando Henrique, vê no governo Lula e no governo Dilma, se essa medida provisória aí que restringiu uma série de direitos de trabalhadores tivesse sido no governo do Fernando Henrique, os movimentos estavam todos na rua, e hoje não estão, porque tipo assim, desmobilizou todo mundo porque e o PT que tinha

⁸⁵ IZAIAS. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

obrigação de fazer, não está fazendo, fica por isso mesmo. Então eu acho assim, que, eu esperava mais do movimento⁸⁶ (informação verbal).

Terezinha compara a relação entre ela, secretária de Educação no período, e o STR com o que aconteceu com os movimentos com o PT no poder. A credibilidade e aposta que é dada em uma pessoa, no caso Terezinha, e em um partido, no caso o Partido dos Trabalhadores, o que acaba enfraquecendo e tirando o potencial da luta, das relações, da força política.

A partir das associações que os entrevistados fizeram com o contexto macro, é possível associar esses fatos aos desafios diante da burocratização do Estado, que reduz os sujeitos coletivos a “beneficiários” ou “público alvo” de programas e ações governamentais:

Por isso, é tão vital não se perder esse protagonismo, não se deixar enredar, como pesquisadores e militantes, nas dinâmicas armadilhas da institucionalização. Se lutou por ela, foi na perspectiva de criar as condições reais que materializassem o direito à educação para os sujeitos do campo, mas garantindo a forma e o conteúdo da oferta e da execução desses direitos. Está posto o desafio a todos os que historicamente têm se comprometido com a construção dessa bandeira: avançar para dentro do Estado, ter dezenas de universidades, prefeituras e governos estaduais executando Políticas Públicas de Educação do Campo, mas com os sujeitos do campo participando ativamente desse processo de construção, implementação e avaliação das políticas. (MOLINA, 2010, p.148)

Dessa maneira podemos refletir que são grandes os desafios e que a participação popular é fundamental para avançar no exercício democrático e na construção da Educação do Campo. É necessário enfrentar a burocratização do Estado e a racionalização dos recursos da educação. Munarim (2009) diz que a Educação do Campo encontra vários desafios diante de um Estado burocratizado, que oferece recursos exíguos as suas políticas, por não ser uma prioridade dos setores que controlam o orçamento da União.

No momento em que foram questionados acerca da concepção de Educação do Campo, Izaias diz que a luta não pode parar, já que Miradouro é considerado um município rural justamente por conta da agricultura familiar. Afirma:

Eu acho assim, dentro do próprio município, na liderança do movimento é não deixar isso morrer... Essa consciência não nasceu assim de uma ideia, é do movimento todo, a preocupação e do próprio município, a base do município é a agricultura familiar, então a gente tem que continuar com essa visão, e a própria administração que tem o apoio maior e pensar maior nisso ...eu acho que é partir daí

⁸⁶TEREZINHA. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

pra conseguir um município diferenciado e a agricultura ser uma agricultura diferenciada que isso é conquista na educação⁸⁷ (informação verbal).

Sobre a concepção de Educação do Campo, Terezinha afirma:

Para mim a educação do campo é uma educação que seja capaz de valorizar o conhecimento do homem do campo, valorizar o campo, mas sem essa visão romântica. O aluno, o fato dele estar no campo ele não pode ser preterido de conhecer o mundo e de conhecer o currículo nacional, porque se ele quiser fazer uma disputa, fazer um vestibular, querer exercer uma outra profissão ele tem que ter esse nível, ele tem que ter os conhecimentos gerais dele.... Uma criança rural quando ela chega na escola ela tem muito mais conhecimento do que o meu filho, ela tem muito mais vivência do que o meu filho, agora umas crianças na zona rural não, ela sabe cuidar de uma galinha, ela sabe cuidar de um porco, ela sabe prender um bezerro no curral, ela já está começando a aprender a ordenhar uma vaca, ela sabe, ela se vira porque a laranja está ali, ela vai lá no pé e descasca com a mão, entendeu? E isso tudo, aí a criança chega na escola e o professor trata como se ela fosse um ignorante e passa a ensinar para ela tudo totalmente deslocado da realidade. E aí é muito difícil para a criança. Por isso, é importante contextualizar, e contextualizar com respeito porque homem do campo ele a todo momento é ridicularizado, é agredido, é agredido pela forma que ele fala, pela forma que ele se comporta, e para mim a educação no campo ela teria, não sei assim, sintetizar isso numa frase, mas para mim educação do campo é basicamente isso, a valorização desse ponto de vista. Eu entendo que a educação do campo, é a gente implantar um programa de educação do campo, para mim, é a gente ter a capacidade de pegar o conhecimento convencional, o conhecimento científico, é aproveitar o conhecimento que é construído no campo pelos agricultores de geração em geração e complementar isso⁸⁸ (Informação verbal).

Sobre o mesmo tema, Gilsilene afirma:

A educação do campo é você interagir, com a teoria e a prática de acordo com a realidade que a gente vive. É você colocar em prática de acordo com a realidade, viver realmente a prática, valorizando a cultura, a história do povo⁸⁹ (informação verbal).

Ao analisar as concepções dos entrevistados a respeito da Educação do Campo, podemos dizer que elas são divergentes. Izaias ressalta a característica fundamental de Miradouro, a agricultura familiar, o que justifica trabalhar na perspectiva da Educação do Campo, exaltar essa característica, não deixar isso se perder. Portanto para ele, a educação é concebida como meio de instrumentalizar a agricultura familiar. Terezinha destaca a

⁸⁷IZAIAS. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

⁸⁸TEREZINHA. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

⁸⁹GILSILENE. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

valorização do homem do campo e, principalmente, o respeito para com ele. Ela menciona ainda a riqueza do conhecimento trazido de uma criança da roça e a importância da escola valorizara partir desse conhecimento. Gilsilene também aponta a importância da contextualização, da realidade e da valorização da cultura dos trabalhadores do campo. Sendo assim, as visões de Terezinha e Gilsilene caminham para a perspectiva da educação como meio de elevação da condição humana.

Acercado envolvimento das demais pessoas na luta pela Educação do Campo de Miradouro, Izaias argumenta: “não é totalmente total, de todas as pessoas, mas conseguiu envolver a família. As famílias participaram.”

Podemos presumir a dificuldade de adesão e envolvimento das pessoas. No entanto, cabe registrar a importância da mobilização e da ação ser coletiva. Portanto, é fundamental que principalmente o sindicato, sujeito coletivo, que se pressupõe representante da classe trabalhadora do campo, aja nessa perspectiva.

Terezinha também fala das dificuldades enfrentadas no período da construção da política local, principalmente com os professores durante os cursos de formação.

No início foi muito de difícil, porque os professores, alguns faziam questão de dizer que a gente estava falando de algo impossível. Outros assimilavam o discurso o conteúdo e foi desenvolver na prática, mas não admitia no discurso. Uns fazem no discurso e não aplicam. Porque é muito complicado lidar com essas questões assim, porque em cidade pequena, tudo gira em torno da política, é da politicagem, é da perseguição, daquela coisa toda. Então, aqui em Miradouro a ideia era assim, você quer perseguir um funcionário, manda ele para roça. Então nós fizemos um discurso inverso⁹⁰ (informação verbal).

É possível dizer, a partir das falas de Izaias e Terezinha, que a aceitação das pessoas para trabalharem na perspectiva da Educação do Campo não foi fácil, mas ainda sim obtiveram a participação de algumas famílias, o desenvolvimento de trabalhos e cursos com os professores, mudanças de ação e concepção, confiança e credibilidade, o que acabou somando mais pessoas à luta.

Terezinha relata sobre as conquistas dos trabalhos de formação:

A Lucilene⁹¹ desenvolveu projetos, assim, fantásticos, e várias outras professoras desenvolveram projetos muitos bons, ligados a questão da educação do campo, mas é...foi um longo, uma longa batalha pra pessoas admitirem, começarem a usar o

⁹⁰TEREZINHA. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

⁹¹ Lucilene é professora e atualmente é diretora do colégio Municipal de Santa Bárbara-Miradouro.

termo, comecem a falar, por exemplo, quando eu entrei na secretaria de educação, o primeiro curso de formação que eu fiz foi com os agricultores.

Então não foi fácil. E eu acho que até hoje tem muita gente aplicando. Mas no início foi muita resistência, mas nós tivemos muitos resultados, inclusive nas avaliações que é aplicado pelo governo estadual e federal, o município se destacou.

Ha... eu acho assim que foi um período assim, de muita valorização das pessoas do campo, os próprios professores passaram a ter um outro olhar. Hoje, por exemplo, tem vários professores que preferem trabalhar no campo, depois dessa outra visão.

Outra coisa assim que eu acho que são coisas muito pequenas, são pequenas, mas que são muito grandes. Na época todas as escolas que a gente ia, uma das coisas assim que, junto com a supervisão, junto com as supervisoras e tal, a construção do alfabeto, a partir da realidade local, então nós não tínhamos mais o “i” da igreja, não tínhamos mais o “e” do elefante. Então, tudo isso é muito importante. São coisas pequenas, mas que são, quebras de conceito, de uma coisa que está até enraizado nas pessoas que eu acho assim, que foi muito importante.

E a valorização do agricultor, da agricultura familiar, eu acho que muitos professores passaram a ver isso. É, outra coisa também, em termo de alimentação escolar, que eu acho que foi fundamental, as escolas estavam acostumadas a fazer arroz temperado e feijão. Uma coisa assim, e nós introduzimos o legume. E tudo, vindo da roça. Aí veio a questão da nutricionista, nós começamos a medir o sal, medir o óleo, porque, gasta-se demais com essas coisas, isso tudo é prejudicial, então todo mundo falava que as escolas estavam virando comida de hospital. Então nós enfrentamos várias barreiras tipo, fazer reunião de professor e não servir mais bolo de chocolate, não servir mais refrigerante, tudo isso foi muito difícil, mas eu acho que de alguma forma isso fica, entendeu? Porque a pessoa faz discurso, esperneia, mas no fundo ela sabe que está certa.

Então, eu acho assim, que são coisas assim que, que isso vai ficar para sempre. E em relação a preconceito, festa junina, que até então era feita para ridicularizar as pessoas da zona rural, isso a gente conseguiu romper isso muito. Na nossa época, por exemplo, pintar o dente do menino de preto para dançar quadrilha⁹² (...) (informação verbal).

Com base no depoimento de Terezinha é possível compreender a dificuldade enfrentada, mas ainda sim, as conquistas, mudanças e quebra de paradigmas a partir dos trabalhos realizados na perspectiva da Educação do Campo. Foi possível constatar a mudança de concepção por parte dos professores na realização dos trabalhos e aulas, cursos de formação para os docentes, para os agricultores, a valorização e respeito pelo homem do campo, a consideração de sua realidade e a produção do conhecimento a partir de seu contexto.

4.3 Visão atual

No que se refere à visão do Izaias em relação à mudança de prefeito e demais cargos.

O que aconteceu, a secretária de educação foi mudar, aí o secretário tinha outra visão, os professores tinham outra visão, não dava continuidade. Mas é um trabalho que foi iniciado, importante para o histórico.

⁹²*Ibid.*

A gente confiando acreditando e daí já estava a secretaria mudando, modernizando e tudo, com outra visão e tudo, mas, é, o que conseguiu fazer foi um ganho pro município, ganhamos muito com isso, e agora, assim, é o que a gente sempre debate e coloca isso, isso tinha que continuar porque nosso jovem aprende, estudar formar e ir pra cidade e o meio urbano, o meio rural perdendo com isso, nossa juventude, agricultura, nós da classe, o município que nós temos de Miradouro, foi por esse motivo também porque, Miradouro, hoje, ele vive a custa da agricultura familiar. O dia que os agricultores familiares parar de trabalhar, não produzir, Miradouro para, porque, hoje, o movimento, mercado, todo mercado de Miradouro, todo dinheiro que circula é graças ao município, a zona rural. O dia que não tiver o povo da zona rural na cidade, a cidade morre⁹³ (informação verbal).

Podemos verificar que as mudanças no governo culminam na descontinuidade do trabalho, mesmo existindo a lei para garantir a execução das ações, ainda sim em muitas situações não é o suficiente, uma vez que o peso maior é dado à concepção, às ideias e aos objetivos de quem assumiu o cargo. E a partir da fala de Izaias, percebemos que com a troca na Secretaria de Educação as ações não prosseguiram, pois tinham outra visão.

Opinião da Terezinha em relação à troca da gestão:

Há dois anos começou uma nova administração, e a partir disso, eu não sei mais que pé que está, eu sei que não tem mais esse nome, o programa, que agora é educação ambiental, não chama mais educação do campo, mas eu não sei o que continua e o que deixou de existir, porque infelizmente, a constituição prevê lá, tem o princípio da continuidade. E quando a gente estava na administração, já com medo do projeto um dia ser desconsiderado, nós criamos as diretrizes municipais com base nas diretrizes nacionais da educação do campo, criamos a lei e tudo mais, só que eu não sei como que isso está e nem que pé que está. Pelo o que eu vejo de longe, eu acho que muita coisa mudou, porque as pessoas que assumiram a secretaria de educação, não tem sensibilidade nenhuma pra isso, então eu não sei é... Dizer assim, a quantas andam, digamos assim⁹⁴ (informação verbal).

Com a saída de Terezinha da secretaria de Educação, podemos afirmar que tanto Izaias como Terezinha tiveram a mesma opinião em relação à falta de continuidade dada aos trabalhos para a Educação do Campo. Ambos ressaltam, em relação à atual gestão, olhar diferenciado sobre o tema e falta de sensibilidade para o assunto.

Valdeci destaca ainda que a atual administração tem tentado voltar com essa discussão da Educação do Campo.

Mudou a política e não mudou o jeito de trabalhar, mas mudou a secretaria aí as coisas não deram esse, o devido valor, por não ter conhecimento, e na verdade não conhecer mesmo o verdadeiro sentido da educação do campo. Está até tentando voltar com isso na administração, agora, mas eles não conseguiram formar pessoas nessa área. É, porque, tem que ter conhecimento, tem que ter vontade também de

⁹³IZAIAS. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

⁹⁴TEREZINHA. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

fazer, fazer acontecer, porque não adianta você querer e não partir para cima mesmo⁹⁵ (informação verbal).

É importante observar que Valdeci também admite influência no curso das ações devido à mudança na secretaria de Educação, no entanto menciona a tentativa da atual gestão em retomar as discussões e trabalhos na perspectiva da Educação do Campo. Enfatiza ainda a necessidade de pessoas formadas nessa linha e com a vontade de mudança e de fazer de fato acontecer.

Sobre a visão da Terezinha em relação à atuação do STR hoje e da atual gestão:

Do mesmo jeito, porque por exemplo, hoje, o presidente, uma pessoa, que presidente do sindicato, é vereador, está lá dentro do sindicato, está, e eu não vejo ele levar uma demanda, do sindicato, para lugar nenhum. A vice-prefeita, que era vice-prefeita, já na minha época, também não vejo ela levar demanda, é, para lugar nenhum. Não estou falando que não tem, porque a gente quando não concorda com alguma coisa, como eu, por exemplo, não concordei com a coligação, falei que não ia apoiar, não apoiei, a gente parece que fica com dificuldade de ver, as coisas, mas eu estou para te dizer que não tem mesmo. Mas fica a ressalva⁹⁶ (informação verbal).

Terezinha afirma não ver atitude por parte do sindicato e nem da vice-prefeita. Mas, ressalta o seu olhar comprometedor por conta de desavenças políticas.

Com relação à existência de projetos na perspectiva da Educação do Campo desenvolvidos pelo STR e atual gestão, Terezinha afirma: “Que eu saiba, não tem, não tem, discussão nenhuma em torno disso. É, não sei, talvez, eu não estou participando de nada, não estou vendo. Mais ou menos assim”.

Visão atual de Terezinha acerca do STR e a relação por ela estabelecida com o contexto macro:

O sindicato aqui de Miradouro tem um histórico muito bonito, de muita luta, só isso já quando eu já estava lá no sindicato, não estou fazendo uma crítica só de algo agora só não, entendeu? Mas muito mais depois que eu saí o sindicato virou muito um escritório e um espaço de execução de política pública, ele não tem uma participação ativa nas lutas mais, e eu vejo muita gente reclamar isso, muita gente vai lá e paga o sindicato etcetera e tal porque está de olho na habitação rural, na aposentadoria... por exemplo, nós tivemos mudanças aí na aposentadoria, por exemplo, da pensão da viúva, houve manifestações, idas a Brasília e o sindicato daqui não participou de nada, não foi em nada, não fez nada, então assim, eu acho que está preso a isso, está restrito a isso, o produtor chega lá no escritório que legaliza a documentação dele e cadastra para habitação rural e faz isso e faz aquilo, mas não tem uma proposta de luta, eu não vejo. Mas isso não é agora, isso vem

⁹⁵VALDECI. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

⁹⁶TEREZINHA. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

ocorrendo ao longo dos anos. E eu acho assim, sou muito defensora do governo do Lula e da Dilma também, apesar dos problemas, mas eu acho que para o movimento sindical, eu acho que ainda, os historiadores, os cientistas políticos ainda vão fazer a avaliação de que foi péssimo. Porque empoderou os movimentos para ser um braço do governo. E nós nascemos contra o getulismo que queria fazer isso, que fez isso. A CUT ela surgiu com outra proposta, do sindicalismo livre, agora não, agora nós somos executores de políticas públicas. O sindicato serve ao estado hoje e eu acho isso péssimo. Eu acho que o pessoal devia estar na rua, esse pessoal que está na rua dizendo para a Dilma que é contra o impeachment, que é contra o golpe, mas também não aceita a política econômica do Levy, que também não aceita o corte dos direitos sociais, entendeu? Mas não tem isso, aqui não tem isso⁹⁷ (informação verbal).

Terezinha ressalta que, como o Partido dos Trabalhadores deveria ser o representante do povo, a população e os movimentos sociais foram desmobilizados já que acreditaram existir e estar no poder um partido representante do povo. No entanto, não foi o que aconteceu. Terezinha destaca que se a mesma situação tivesse ocorrido em outros governos (representantes de outros partidos), isso não iria acontecer, já que o partido no poder não representaria o povo, assim haveria grandes manifestações e luta pelos direitos.

Esse depoimento da entrevistada pode ser justificado mediante a mudança do cenário político de meados de 1990, em que os movimentos sociais passam, então, a uma nova fase, que poderíamos chamar de reorganizativa. Os líderes dos movimentos passam a fazer parte da “máquina” estatal, o que acabou redirecionando a luta e os objetivos. Dessa maneira, os sujeitos coletivos se reduziram a “beneficiários” ou “público alvo” de programas e ações governamentais.

Quanto à visão de Gilsilene acerca da atuação do STR hoje para Educação do Campo:

O sindicato dos trabalhadores rurais hoje, no município de Miradouro, ele é um assim, um instrumento muito importante, principalmente para essa questão da permanência do homem no campo, por quê? Ele trabalha a questão da documentação, ele trabalha a questão da conscientização, de, sobre a questão do uso do agrotóxico, não apoia o uso do agrotóxico, então assim, tem várias ações que são realizadas pelo sindicato dos trabalhadores rurais que são todos voltados pra permanência do homem no campo, por exemplo, também, a questão da habitação rural, é, o luz para todos, isso tudo é o sindicato que, são políticas públicas, que o próprio sindicato ele que puxa isso, que sabe da importância disso pro município. Então assim, a nossa região, aqui, ela é ameaçada pelas mineradoras. Então, e aí, pra, que que o sindicato serviu? Para mostrar para o trabalhador rural, para os produtores que a mineradora não vai trazer riqueza para nossa região, porque que é o que eles pregam, que traz riqueza e tal, então a gente mostra para os produtores que a terra é capaz de produzir muito mais riqueza do que a própria mineração. Então com isso, o sindicato contratou um técnico agrícola para está trazendo outras culturas para o nosso município. Que pode estar produzindo no município sem tanta mão de obra. E tem também o trabalho da escolinha sindical que vem é, são realizados nas comunidades, o sindicato é que puxa isso e trata assim, de vários

⁹⁷ *Ibid.*

temas que é demandado pela própria comunidade, sabe? Inclusive final desse ano, é, foi concluído o tema sobre agrotóxico, que nossa região ela é muito⁹⁸ (informação verbal).

É possível analisar que Gilsilene faz uma defesa em relação à atuação do STR na perspectiva da Educação do Campo, já que o mesmo trabalha na permanência do homem no campo. Essa mesma afirmação já não pode ser feita quando Terezinha fala acerca do papel desempenhado pelo Sindicato. Segundo ela, o sindicato foi reduzido a funções burocráticas, sem o potencial de luta. Acreditamos ser importante a preocupação do sindicato para manter o trabalhador no campo, no entanto, é preciso ir além disso. É necessário estar no plano da luta pelos direitos, questionar sobre o que lhes é imposto, refletir, agir, mesmo que seja um grande desafio.

No momento em que questionamos sobre o diálogo entre os trabalhos desenvolvidos entre prefeitura e STR, Gilsilene afirma: “É, dialogam, poderia ser melhor, mas tem o diálogo sim.”

Quando questionada em relação ao desenvolvimento de projetos de Educação do Campo na sua gestão Gilsilene fala:

Tem! Hoje o município de Miradouro ele tem assim, é o quadro de professores assim, principalmente os alunos na zona rural, ele tem muita resistência a educação do campo, tudo que você fala assim, a educação do campo, as vezes tem um seminário que vai tratar, dia de campo do café, dia de campo do leite, aí eu sou uma das pessoas que assim, sempre incentivo, falo, a escola que está próxima a esse evento, eu falo, a escola tem que participar, os alunos tem que ir pra lá, é um dia que tem que tirar pra poder todo mundo participar, professor, diretor da escola, todo levar os alunos pra, e ai eu procuro saber qual que é essa aceitação dessa ideia pro aluno, eles tem um pouco de resistência, ele acham que sabem de tudo que não aprender nada além do que já sabem e tal⁹⁹ (informação verbal).

Podemos observar que Gilsilene afirma existir projetos para a Educação do Campo, mas, ao mesmo tempo, fala da dificuldade da aceitação e participação dos professores e escolas.

Ainda sobre projetos desenvolvidos pela atual gestão:

Temos a disciplina que chama cultura empreendedora, que vai ser implantada esse ano, antes a gente tinha uma disciplina que chamava práticas agrícolas, onde, é, faz esse resgate, da questão das práticas agrícolas, com esse resgate histórico e a gente viu que não foi uma disciplina assim, que obteve muito sucesso. Então a gente está, já tem um projeto que já foi iniciado ano passado, com os professores, eles foram capacitados, teve aqui o pessoal do SEBRAE capacitando e fizeram uma

⁹⁸ GILSILENE. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

⁹⁹ *Ibid.*

culminância de uma feira, simbólica mesmo, uma feira sobre a cultura do município, então cada grupo ficou responsável por estar, é, divulgando e mostrando o trabalho para apresentar para os outros grupos. Então um grupo trabalhou sobre culinária, o outro sobre artesanato, o outro sobre, é, plantas medicinais, o outro sobre, é, alimentação saudável, então assim, isso tudo valorizando a questão do campo, então assim, é, o antigo secretário, que estava aqui, até ideia dele, a gente está mudando, não vamos trabalhar educação do campo, mas vamos trabalhar cultura empreendedora, que acaba sendo a mesma coisa, só que outro nome e tal, entendeu, pra que talvez assim, os professores, as pessoas participando do projeto, ele se torna parte do projeto e talvez obtenha um sucesso maior. Então assim o nosso objetivo é que esse projeto continue, e a gente dê continuidade nele. A partir desse ano também vai desenvolvendo outras atividades. O objetivo é incentivar a questão do empreendedorismo mesmo, cultural, valorizar sua cultura e ver que aquilo que ele produz ali na sua casa, ele pode, ele pode gerar uma renda, pode ser uma coisa que pode estar agregando valor para aquela família¹⁰⁰ (informação verbal).

Gilsilene afirma a existência da disciplina “cultura empreendedora” em substituição à disciplina de “Práticas agrícolas”, segundo ela é trabalho, no sentido da Educação do Campo. A intenção foi apenas ter uma maior aceitação e de ser trabalhada a cultura empreendedora.

Entretanto, cabe uma ressalva quanto ao termo “empreendedor”. Esta ideia de cultura empreendedora tem relação com mudanças e exigências ocorridas no processo de reestruturação capitalista. Diante da crise do mundo do emprego, ocasionada pelo sistema capitalista vigente, a solução encontrada é fazer com que os trabalhadores sejam criativos e consigam ter o seu próprio negócio, assim terão renda e, além disso, serão patrões. E se a “pequena empresa” não der certo, a incapacidade e o problema estão no próprio sujeito. Dessa maneira, essa concepção responsabiliza o sujeito quanto ao seu trabalho.

Gilsilene também menciona o Programa Escola da Terra:

A Escola da terra é um projeto a nível federal, do MEC, que está sendo implantado em todos os Estados, mas eu vou falar mais específico de Minas Gerais, ele está presente em dezessete municípios e dentre eles Miradouro. E Miradouro só está dentro desse projeto porque a gente buscou. A gente correu atrás e a gente conseguiu entrar e ele é em parceria com a UFMG no qual, a pessoa que coordena é da UFMG e a gente tem que estar preparando os professores, a gente tem os cursistas. É curso de formação para os professores. É para os professores da rede municipal de ensino, que trata de temas relevantes de acordo com a realidade do aluno. A gente prepara os professores para os professores trabalharem com os alunos. Lá com os alunos que eles vão realizar a prática.

A gente reúne quinzenalmente com os professores, como os cursistas e nesses encontros na oportunidade da gente estar desenvolvendo alguma palestra, a gente traz experiência exitosa de algum professor que já tenha essa experiência de educação do campo na escola, ou então alguma palestra referente à mineração, ou alguma coisa assim. A gente leva também uma pessoa do movimento social para estar contribuindo, a parte de animação a gente também conta com o pessoal da

¹⁰⁰ *Ibid.*

comunidade e tem parte da mística, a gente trabalha com a parte da mística, então, a gente tem esse envolvimento¹⁰¹ (informação verbal).

E existe também o Tempo Universidade, o Tempo Escola aqui no próprio município, o Tempo Universidade é que nós, por exemplo, formadores regionais, os formadores locais, algumas vezes os tutores também, já participaram de formações na UFMG. (DENISE¹⁰²)

De acordo com Gilsilene, esse programa é em nível Federal para a capacitação de professores com os princípios da Educação do Campo. Aparentemente, mostra-se interessante uma vez que trabalha com os professores no sentido de trabalhar o conteúdo a partir do conhecimento trazido pelo aluno. No entanto, precisa de estudo e análise mais aprofundada.

Outro projeto citado por Gilsilene:

A gente iniciou um projeto sobre recuperação de nascentes, preservação e recuperação de nascentes, chama Semeando águas. É um projeto que surgiu da necessidade da gente estar fazendo uma ação imediata porque, com a seca do ano passado e desse ano agora, e graças a Deus está chovendo, mas demorou para cair a chuva, nossos agricultores começaram a sofrer com a questão... começou a secar as nascentes, principalmente nas cabeceiras. Então por reivindicação das próprias comunidades nós iniciamos esse projeto em parceria com várias organizações e entidades como o EMATER, como o IEF, o Parque Estadual Serra do Brigadeiro, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação dos Pequenos Produtores Rurais, Conselho do Desenvolvimento Rural Sustentável, todas as secretarias do município, então a gente conseguiu juntar esse grupo, sentar e pensar num projeto para poder a gente estar trabalhando que chama Semeando Águas. Nós já realizamos o encontro com uma das comunidades onde vai ser trabalhado o projeto, porque é um projeto em construção, a gente tem que ter parceria da comunidade e nessa reunião, nesse encontro, nós também contamos com o diagnóstico preenchido por cada proprietário daquela comunidade para gente saber a situação das nascentes e a partir daí a gente nortear como vai ser a nossa atuação. E está sendo muito legal porque está surgindo várias ideias, várias pessoas para contribuir porque isso é um problema e não é só de Miradouro, é um projeto de mundo, e aí a gente está agregando as várias iniciativas num projeto só que tem o mesmo objetivo que é a recuperação das nossas águas. A gente vê que choveu tanto esses dias, né? Anteontem mesmo, ontem a gente estava visitando algumas comunidades e está bonito de ver, tudo bem cheio assim, as margens cheias, os rios cheios e a gente pensando “a gente tinha que segurar um pouco dessa água, porque essa água vai embora daqui uns dias e a gente não sabe o quanto vai chover mais.” Porque nós passamos por isso o ano passado, muitas pessoas perderam grandes plantações de milho, de feijão, porque não choveu, e se a gente tivesse feito uma medida dessa de segurar a água que caía, de armazenar essa água da chuva, do pouco que choveu se a gente tivesse conseguido segurar talvez a gente não estivesse aí sofrendo com tanta seca, porque se a gente segurasse, segurar essa água no solo as nascentes vão começar a brotar novamente¹⁰³ (informação verbal).

¹⁰¹ *Ibid.*

¹⁰² A Denise é da UFMG, é formadora regional da Escola da terra. E nesse projeto a Gilsilene é a formadora local.

¹⁰³ GILSILENE. **Apêndice A e B.** Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

Podemos constatar a importância desse projeto, e as parcerias firmadas para a sua real execução. No entanto, parece que ainda está em sua fase inicial.

A visão da Terezinha em relação aos trabalhos desenvolvidos pela atual gestão de Gilsilene na perspectiva de Educação do Campo:

Oh, eles têm divulgado nas redes sociais que estão desenvolvendo o projeto, mas não chama mais Educação do Campo, deram outro nome, agora é Escola da terra, que eles falam, e eu não sei qual o conteúdo que está sendo trabalhado. Agora é uma coisa assim bem contraditória, eu não sei qual que é o conteúdo, mas assim, por exemplo, eles foram numa comunidade discutir o programa e a reunião foi na casa do fazendeiro da comunidade... o cara que é empresário, tem coisa aqui dentro, só isso para mim já é um agravante porque ele não tem filho na escola, ele não participa daquela comunidade, ele não tem interesse naquilo dali a não ser de tirar algum proveito, então só isso para mim eu já acho que é muito grave. Porque a gente fala da onde a gente põe os pés. Então eu acho que a casa de uma pessoa que, que não tem essa visão, a visão dele é do dominador e não do dominado. Isso para mim já é um agravante. Porque a proposta da Educação do Campo é de uma educação libertadora, aonde você vai essencialmente discutir os direitos e a casa do fazendeiro não é lugar para isso. Eu penso que só disso aí já é um grande erro¹⁰⁴ (informação verbal).

Terezinha destaca a troca do nome do projeto, não sendo mais Educação do Campo, já podendo questionar o conteúdo e destaca ainda o lugar de uma das reuniões que ocorreu na casa de um fazendeiro, sendo que este não é o representante dos trabalhadores rurais.

Ao levar em consideração as falas e, ao fazer as análises, é importante retomar o protagonismo dos sujeitos do campo para o processo de luta, de conquista pelos seus direitos, de valorização e emancipação com a participação do STR nessa caminhada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que essa pesquisa pôde contribuir na divulgação e problematização da Educação do Campo enquanto política pública institucionalizada pelos governos e a importância da participação do STR de Miradouro nessa luta. Foi possível constatar que uma mudança significativa a partir dessa legislação foi a ampliação dos anos finais do Ensino Fundamental nas escolas do campo, uma vez que isso pode ser considerado um avanço, além do exercício do direito à educação a partir do lugar onde os sujeitos vivem e trabalham. Essa experiência pode ser caracterizada como um processo educativo para toda a comunidade envolvida e pela compreensão da educação como um direito.

¹⁰⁴TEREZINHA. **Apêndice A e B**. Entrevistador: própria autora. Miradouro, (2015).

A partir das análises das entrevistas e, à luz dos nossos aportes teóricos, é possível dizer que a Educação do Campo já vinha sendo realizada no município de Miradouro sem possuir esse nome. Miradouro teve forte influência de Muriaé, pois existiam pessoas em comum que residiam em Miradouro, mas estudavam e se encontravam frequentemente com sujeitos que já trabalhavam na perspectiva da valorização do homem do campo, na necessidade de uma educação diferenciada, no transporte, etc. Portanto, a luta era coletiva, contando inclusive com a participação dos movimentos sociais, incluindo o STR, uma vez que todos tinham a consciência da importância do homem do campo, sendo necessário fazer um trabalho em torno disso.

Os estudos acerca da Educação do Campo foram intensificados com a presença da Terezinha, que a princípio deu a sua contribuição enquanto trabalhadora e sindicalista. Terezinha sempre esteve presente nos cursos e encontros sobre a Educação do Campo promovidos em Muriaé, foi quando encontrou com Isabel. Isabel é professora da Universidade Federal de Minas Gerais e quem trouxe a temática Educação do Campo do meio acadêmico para discutir e se pensar com os trabalhadores rurais e demais Movimentos Sociais. A partir desse encontro, que, segundo as entrevistas realizadas foi no ano de 2005, Terezinha levou a discussão para Miradouro e juntamente com os movimentos sociais viram a importância de se instaurar a legislação da Educação do Campo para as escolas da rede municipal de Miradouro.

Nesse período, Rosane, a secretária de Educação, juntamente com o prefeito Wagner, e segundo Terezinha o terreno para a temática foi favorável, já que ambos eram sensíveis ao tema. Logo em seguida, por motivos pessoais Rosane deixou a secretaria de Educação, foi quando Terezinha foi convidada. Desenhou-se, assim, a melhor oportunidade para intensificar os trabalhos em Miradouro na perspectiva da Educação do Campo.

A lei foi aprovada pela Câmara Municipal em 2009 (Lei 1241/2009) que “Institui as Diretrizes Municipais, Normas e Princípios para o desenvolvimento de Políticas Públicas de Educação Básica do Campo e das outras Providências”. A aprovação da legislação específica para Educação do Campo em Miradouro representa um avanço importante por garantir o direito da participação das comunidades rurais e os movimentos sociais na formulação das políticas. Essa legislação deveria significar uma garantia na continuidade dessas políticas, mesmo com mudanças de governo e posicionamentos políticos diferentes. No entanto, ao analisar as entrevistas realizadas, foi possível constatar o desenvolvimento de ações nessa perspectiva quando quem está à frente tem uma concepção de Educação do Campo enquanto

luta, direito e valorização; e que o mesmo não ocorre, ou toma um curso diferente, ou desacelera as ações quando não compartilha de tal concepção.

Vale destacar que não se pode negar a vinculação que essa política local tem com a política educacional em nível mais amplo. Em nível nacional, existe uma política educacional do Estado neoliberal, que implica em racionalização de recursos e a lógica da produção dos resultados. Além disso, há questões históricas que acompanham o contexto educacional brasileiro como o problema do clientelismo que ainda prevalece no interior dos Municípios, a troca de favores, ao invés do exercício da democracia. Ainda assim, acreditamos ser possível desenvolver o próprio lugar e manter uma posição crítica diante das políticas educacionais vinculadas a lógica neoliberal.

São grandes os desafios diante da institucionalização da política de Educação do Campo em nível local, e a participação popular é fundamental para avançar no exercício democrático e na construção da Educação do Campo. No processo de institucionalização da política em Miradouro foi possível analisar que a participação do STR foi mais expressiva e constituiu-se como presença fundamental naquele momento. Segundo os membros do STR, a luta pela Educação do Campo sempre foi pauta de suas lutas.

Observamos também que Terezinha foi uma pessoa importante, que alavancou e intensificou os trabalhos, ações e mudança de concepção sobre Educação do Campo. No momento em que Terezinha assumiu a secretaria de Educação ela pontua que esperava mais da postura do STR em relação à parceria para o desenvolvimento dos trabalhos. Segundo ela, por conta de sua experiência, vivência e conhecimento, é como se tivessem depositado nela a confiança e esperança da mudança, dando total credibilidade a tudo o que iria desenvolver.

É importante a ponderação que Terezinha faz em relação ao STR, pois compartilhamos da ideia de que a luta é coletiva, não sendo possível apenas uma pessoa fazer grandes mudanças.

Essa mesma posição de uma fraca relação com o STR pode ser evidenciada por Gilsilene quando ela menciona que a parceria entre sindicato e atual gestão poderia ser melhor. Portanto, é algo que o STR precisa rever, pois o trabalho em conjunto é mais eficaz, e a luta é coletiva, principalmente quando o objetivo é o mesmo.

Ainda sobre a atual atuação do STR, Terezinha faz uma observação importante. Segundo ela, o sindicato tem se resumido a cumprir funções burocráticas para os trabalhadores rurais. Não concordamos, mas podemos justificar esse fato a partir do contexto histórico macro, em que os sujeitos coletivos foram reduzidos a beneficiários ou público alvo de programas e ações governamentais.

Acreditamos que o STR não tem consciência dessa cooptação e redução da sua potencial função. O que demonstra importância da nossa pesquisa e ação. Mediante esse contexto podemos perceber que a preocupação do sindicato está voltada para a permanência do trabalhador no campo, por isso desenvolve ações voltadas para a diversificação da agricultura, ajuda no financiamento para a construção da casa própria, do carro para auxiliar na entrega da produção e aumentar a renda; regulamentações dos papéis de aposentadoria, da propriedade, previdência, dentre outros. Consideramos que essas ações são importantes e caminham na perspectiva da Educação do Campo a qual defendemos, no entanto, não é suficiente, precisando avançar para o terreno das lutas, do direito, valorização do homem do campo.

Com relação aos atuais projetos desenvolvidos na gestão de Gilsilene, podemos notar que os nomes aparentemente são voltados para a perspectiva da Educação do Campo, no entanto, não nos coube analisar de fato o conteúdo dos mesmos. Cabe uma observação em relação à alteração de nome de uma disciplina citada por Gilsilene de “Práticas Agrícolas” para “Cultura empreendedora”, sendo o termo “empreendedor” relacionado às exigências capitalistas. Destacamos ainda que o Programa Escola da Terra é uma ação do Governo Federal, portanto, independente do seu conteúdo vemos a necessidade e importância de iniciativas municipais, vindas dos sujeitos de Miradouro.

É importante elucidar o olhar crítico de Terezinha em relação aos trabalhos desenvolvidos pela atual gestão, segundo ela praticamente não vê o desenvolvimento de ações por parte da prefeitura. No entanto, vale mencionar que tal visão pode estar relacionada aos problemas que se tornaram pessoais por conta da questão partidária, sendo assim isso tem que ser considerado.

De uma maneira geral é possível verificar que o percurso da Educação do Campo em Miradouro sofreu alterações no sentido da luta. Inicialmente teve a participação influente do STR e a importância de Terezinha como secretária de Educação. No entanto, faz necessário e urgente a presença atuante do STR e demais trabalhadores para a retomada dos trabalhos na perspectiva da Educação do Campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez; Buenos Aires, Argentina: CLASCSO, 2001.
- ARROYO, Miguel Gonzalez & FERNANDES, Bernardo M. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. (Coleção Por Uma Educação do Campo, v. 2).
- ARROYO, Miguel Gonzalez. *Educação Básica e o Movimento Social do Campo*. In: ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por Uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliveira G. **As Reformas Educacionais e o “Choque de Gestão”**: A precarização do trabalho docente. In: Reunião Anual da ANPED, 2005, Caxambú: ANPED, 2005.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Movimentos Sociais e Educação Popular do Campo (Re) constituindo Território e a Identidade Camponesa**. In: *Educação e Movimentos Sociais: novos olhares*. Edineide Jezine. Maria de Lourdes Pinto de Almeida. Organizadoras. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.
- BENJAMIN, César. **Um Projeto Popular para o Brasil**. In: BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salete. *Projeto Popular para o Brasil*. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2000.
- BOBBIO, Norberto. **A escola do campo e a pesquisa do campo: Metas**. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). *Educação do Campo e Pesquisa: Questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- BONETI, Lindomar Wessler. **Educação e Movimentos Sociais hoje**. In: Livro: *Educação e Movimentos Sociais: novos olhares*. Edineide Jezine. Maria de Lourdes Pinto de Almeida. (Organizadoras). Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.
- BRASIL. Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- CALDART, Roseli Salete. **O MST e a Formação dos Sem Terra: O Movimento como Princípio Educativo**. *Revista Estudos Avançados*. 15 (43), 2001. p. 207 – 224.
- CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso**. In: MOLINA, Mônica Castagna. *Educação do Campo e Pesquisa II Questões para reflexão*. Brasília: MDA/ MEC, 2010. p. 103 – 126.

CINTRÃO, Rosângela. **História do Movimento Sindical no Brasil**. Módulo 1 e 2 do Programa de Formação de Monitores Sindicais. Texto manuscrito. Centro de documentação do Centro de Tecnologias Alternativas. Viçosa, 2000.

CLÉSIO, Antônio. **Movimentos sociais, Educação do Campo e Política Educacional: adversidades para a qualidade educacional** (UNIOESTE) In: Tempo da Ciência (12) 23: 25-47, 1º semestre 2005. S/ano.

COSTA, Marisa Vorraber. **Uma agenda para jovens pesquisadores**. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.) Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: editora Lamparina, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Educação Básica no Brasil**. Educação & Sociedade. v. 23, n.80, 2002. p. 168-200.

FERNANDES, Gabriel Maçano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”**. In: ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Por Uma Educação do Campo. Petrópolis: Vozes, 2008.

FERNADES, Bernardo Maçano & MOLINA Mônica Castagna. **O Campo da Educação do Campo**. s/ano.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro**. Universidade Estadual de São Paulo Presidente Prudente, Brasil. s/ano

FERRARO, Alceu Ranavello. **Movimento neoliberal: gênese, natureza e trajetória**. In: Movimentos Sociais. Revolução e reação. Alceu Ranavello Ferraro [e] Marlene Ribeiro. Pelotas: Educat, 1999. P.17-42.

FREIRE, Paulo. **Educação para Prática da Liberdade**. 26 ed. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva: Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO. Gaudêncio. **Projeto societário contra-hegemônico e Educação do Campo: Desafios de conteúdo, método e forma**. In: MONARIM. Antonio. *Educação do campo*. Reflexões e perspectivas. 1ª. ed. Florianópolis: Insular, 2010, p. 19-46.

GAMBOA, Silvio S. Quantidade e qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In: Gamboa, Silvio S. (org.) pesquisa educacional: quantidade qualidade. SP: Cortes, 1997, p. 84-109.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **A formação da Cidadania no Brasil através de lutas e Movimentos Sociais.** In: Apostila: Movimentos sociais e cidadania. Autores: Maria da Glória Gohn. Rosa Fátima de Souza. Samira Kauchakje. Número 1-Maio de 1994.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos Sociais Paradigmas clássicos e contemporâneos.** Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Educação.** In Livro: Educação e Movimentos Sociais: novos olhares. Edineide Jezine. Maria de Lourdes Pinto de Almeida (Organizadoras). Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** Editora Record. Rio de Janeiro. São Paulo. 8ªed. 2004.

GRAMSCI, Antônio. **Americanismo e Fordismo.** In: GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 1 – Introdução ao Estudo da Filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio (1891-1937). **Cadernos do cárcere.** Vol 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio (1891-1937). **Cadernos do cárcere.** Vol 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HIRSH, Joachim. 1938. **Teoria materialista do Estado.** Tradução de Luciano Cavini Martorano. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação básica do campo** – memória. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. (Coleção Por Uma Educação do Campo, v. 1).

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART Roseli Salete (organizadores). **Educação do Campo: articulação nacional Por Uma Educação do Campo.** Coleção Por Uma Educação do Campo Brasília, DF: Volume 4. 2002.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

LAVILLE, Chistian. DIONNE, Jean. A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: editora Artes. Belo Horizonte: editora UFMG, 1999.

MAGRONE, Eduardo. **Renovação de uma agenda esquecida.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 353-372, set./dez. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

MARX, Karl. A Consciência Revolucionária da História. In: FERNANDES, Florestan (org.) MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **História.** São Paulo: Ática, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
 MARTINS, André Silva. **A direita para o social. A educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro FASE, 1989.

MELUCCI, Alberto. **Movimentos sociais e sociedade complexa**. In: Movimentos Sociais na contemporaneidade. Abril 1997.

MIRADOURO. **Lei nº 1241/2009**. Institui as Diretrizes Municipais, Normas e Princípios Para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Educação Básica do Campo e da outras Providências. Prefeitura Municipal de Miradouro, 26 fev. 2009.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. Editora Ática S.A, 1988.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: Questões para reflexão**. In: MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa: Questões para reflexão. Brasília: MDA, 2006. p. 09 - 14.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: Questões para reflexão**. Brasília: MDA, 2009 a. p. 15 – 26.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo Cultivando Princípios, Conceitos e Práticas**. In: Presença Pedagógica. v. 15, n. 88, jul./ago. 2009 b. p. 30 – 36.

MOLINA, Mônica Castagna. **Reflexões Sobre o Significado do Protagonismo dos Movimentos Sociais na Construção de Políticas Públicas de Educação do Campo**. In: MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa II Questões para reflexão. Brasília: MDA/ MEC, 2010. p. 137 – 149.

MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MUNARIN, Antônio. **Movimento Nacional de Educação do Campo: uma trajetória em construção – UFSC GT-03: Movimentos Sociais e Educação**. s/ano

MUNARIN, Antônio. Elementos para uma Política Pública de Educação do Campo.
 MUNARIN, Antônio. Elementos para uma Política Pública de Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: Questões para reflexão**. Brasília: MDA, 2009. p. 15 – 26.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. **Educação do campo e a teoria crítica em Gramsci**. (S/ano)

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. **MST, Estado, políticas Sociais e esfera pública**. In: Versos e reversos da Educação, das políticas às pedagogias alternativas. Organizador: Claudemiro Godoy do Nascimento. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2010. p.162-176.

NETO, Alfredo Veiga. **Olhares...** In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.) Caminhos Investigativos I: Novos olhares na pesquisa em Educação. Rio de Janeiro: editora Lamparina, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação Básica: Gestão do trabalho e da pobreza.** São Paulo: Vozes, 2000.

PEREIRA, Isabel Brasil & LIMA, Júlio César França. **Dicionário da Educação profissional em saúde / 2.ed. rev. ampl. -** Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

PRIEBE, Miriam Schmidt. **Política pública de Educação do Campo: um estudo sobre a participação popular em Miradouro- Minas Gerais.** (Dissertação de Mestrado) Viçosa, MG, 2013.

REIS, Cleivane Peres. **A Educação Popular na Zona da Mata: Um estudo teórico-prático sobre o (des) conhecimento da ideologia.** (Dissertação de Mestrado) Juiz de Fora, 2002. 108p. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2002.

RIBEIRO, Marlene. **Pedagogia da Alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa.s/ano.**

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês, trabalho e Educação: Liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana.** 1ª edição. Editora Expressão Popular. São Paulo. 2010.

RIBEIRO, Marlene. **Educação do Campo: embate entre Movimento Camponês e Estado.** In: Educação em Revista. Print version ISSN 0102-4698. Educ. rev. vol.28 no.1 Belo Horizonte Mar. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982012000100020>

RIBEIRO, Simone da Silva. **Conversas com professoras: desinvisibilizando as artes de fazer Educação do Campo na escola pública.** (Tese de Doutorado) Juiz de Fora, 2012. 238p. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

ROCHA. Helianane Oliveira. **Da Educação Rural à Educação do Campo: as “velhas” lutas políticas como espaço de emergência de novos conceitos.** S/ano.

SAVIANI, Demerval. **Sistemas de Ensino e Planos de Educação: O âmbito dos municípios. Educação e Sociedade.** Ano XX, nº 69, Dezembro, 1999. P. 119-136.

SCALABRIN, Rosemeri & PAIVA, Irene Alvez. **O protagonismo dos Movimentos sociais na materialização da educação do-no campo.s/ano.**

SILVA, Maria Abádia da. **Do Projeto Político do Banco Mundial ao Projeto Político Pedagógico da Escola Pública Brasileira.** Caderno Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, dezembro, 2003. p. 283-301.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SOUZA, Maria Antônia de. **A produção do conhecimento em Educação do Campo: dos movimentos sociais à Universidade**. In: Versos e reversos da educação: das políticas às pedagogias alternativas. Claudemiro Godoy Nascimento (org.). Goiânia: Ed. Da PUC. Goiás, 2010a.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação e movimentos sociais do campo: a produção do conhecimento no período de 1987 a 2007**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010b.

SOUZA, Maria Antônia de; BELTRAME, Sonia Aparecida Branco. **Educação do Campo, Movimentos Sociais e Políticas Públicas**. In: MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa II Questões para reflexão. Brasília: MDA/ MEC, 2010. p. 84-93.

SOUZA, Dileno Dustan Lucas de. **Contribuição metodológica para o estudo dos movimentos sociais**. Texto é um fragmento da metodologia da tese de do autor: Organizações Não-Governamentais: um estudo de caso da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. S/ano.

SOUZA, Dileno Dustan Lucas de. **Organizações não governamentais: Um Estudo de caso da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)**. (Tese de Doutorado) Porto Alegre, 2005.

SOUZA, Dileno Dustan Lucas de. **Movimentos Sociais, ONGs e educação: em estudo de caso**. - Aparecida, SP: Idéias& Letras, 2009.

TELLES, Vera da Silva. **Movimentos Sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70**. In: Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina. Ilse Scherer Warren e Paulo J. Krischke (organizadores). São Paulo: Brasiliense, 1987.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros, crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zaar editores, 1981.

VENDRAMINI, Célia Regina. **A Educação do Campo na Perspectiva do Materialismo Histórico Dialético**. In: MOLINA, Mônica Castagna (org.). Educação do Campo e Pesquisa II Questões para reflexão. Brasília: MDA/ MEC, 2010. p. 127 – 135.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Pesquisa e Movimentos sociais**. In Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 101, 2007 p. 1395-1409, set./dez. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 jan. 2012.

APÊNDICE A – Roteiro 1

Entrevista I - Entrevistados: Valdeci e Izaias

- 1- Qual a história do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Miradouro? Como foi a formação/constituição? Quais são os cargos? Como funciona hoje?
- 2- Como foi a sua inserção no STR? Qual a história/sua trajetória? Qual a sua função e visão da importância do sindicato?
- 3- Como se deu a Educação do Campo em Miradouro? O que é Educação do campo na sua perspectiva?
- 4- Qual a participação do STR na implementação da política da educação do campo?
- 5- De que maneira o STR contribuiu para a educação do campo do município?
- 6- Como concebe/vê a educação do campo de Miradouro hoje?
- 7- Qual a atuação atual do sindicato na luta da educação do campo em Miradouro?
- 8- Quais são os trabalhos/lutas atuais do STR?
- 9- O STR teve/tem algum envolvimento com o processo de construção da proposta de Educação do Campo de Miradouro?

Entrevista II - Entrevistadas: Terezinha e Gilsilene

- 1- Na sua formulação, o que é Educação do Campo?
- 2- Como pensa a Educação do Campo no Município de Miradouro?
- 3- Como foi a luta para a implementação/institucionalização da Educação do Campo em Miradouro?
- 4- Como está a Educação do Campo em Miradouro? (trabalhos desenvolvidos, projetos, programas...)
- 5- Qual a contribuição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para a Educação do Campo de Miradouro?
- 6- Como está a atuação dos Movimentos Sociais para a Educação do Campo?
- 7- Quais são os Movimentos sociais presentes na luta pela Educação do campo?
- 8- Você teve/tem algum envolvimento com o processo de construção da proposta de Educação do Campo de Miradouro? De que modo?

APÊNDICE B – Roteiro 2

Questionamentos:

Como iniciou a luta do STR?

Como o STR começou as discussões sobre educação e como soube dos debates sobre educação do campo (EC)?

Como se deu a articulação entre o STR e o poder público para a implementação da EC?

Como está o debate hoje no STR sobre EC?

O que é EC?

O que as professoras e a comunidade pensam da EC?

Entrevista III - Entrevistados: Valdeci e Izaias

Nomes completos:

Descrição/caracterização dos sujeitos da pesquisa:

Izaias: Em qual período foi o presidente do STR. Qual o partido político.

Valdeci: Desde quando atua como presidente do STR. Como funciona o mandato dos presidentes... as trocas e forma de escolha. Qual o partido político.

1- Antecedentes:

- O que levou à criação do STR?
- Como foi? Qual a relação com CEB e MOBON?
- Em entrevista anterior o Izaias disse que “mesmo mediante os obstáculos durante a criação do STR, os próprios trabalhadores contribuíram...”. Quantos eram?

2- Sobre a criação:

- Dificuldades iniciais

3- Qual a importância do STR na organização dos trabalhadores? O que fazem pelos trabalhadores? Eles se sentem representados?

4- Quais são as formas de ação do STR? (Escolinhas...) Qual o nome do projeto que tem um terreno em que várias famílias moram juntas?

5- Articulações políticas:

- CONTAG
- FETAEMG
- Igreja

- CRESOL
 - BNDS
- 6- Formulações políticas
- Relação com o governo
 - Relação cidade X Campo
 - Agrotóxicos
 - Mineradora
- 7- Educação do Campo
- Concepção e projeto
- 8- Qual o trabalho realizado pelo técnico Mizael. Ele pertence à Embrapa? Emater?
- 9- Em entrevista anterior, vocês disseram que “o STR se mantém financeiramente apenas com as mensalidades dos sócios e algumas doações...”. Quem doa? Quais são os tipos de doações?
- 10- Qual foi a mudança na direção após a saída de Terezinha? (partidos, nomes)
- 11- Qual foi a atuação do STR no momento em que houve a discussão da Educação do Campo? (Para confrontar opiniões, já que Terezinha diz que nesse período o STR pouco fez...) **NOSSO OBJETIVO**
- 12- Qual foi o papel/opinião dos trabalhadores em relação a esse projeto? Perguntar sobre uma fala de Izaias... dissertação p.53 “administração que a gente tava iniciando”.
- 13- O que o STR tem feito nessa perspectiva do projeto de Educação do Campo? Qual o envolvimento do sindicato na luta pela educação do campo?

Entrevista IV - Entrevistada: Terezinha

Nome completo:

Nome completo de Isabel:

Descrição: em que período foi secretária de educação de Miradouro? Qual era o partido? Qual era a composição política? Antes de ser secretária de Educação fazia o que? E atualmente?

1- Como você se tornou secretária de Miradouro?

2- Como foi o Seminário sobre Educação do Campo em Muriaé? (descrever mais)

- 3- Qual foi o envolvimento do STR para esse projeto de Educação do Campo? E dos trabalhadores?
- 4- Como foram feitos os cursos de formação em Miradouro? (descrever mais)
- 5- Articulações políticas:
 - CONTAG
 - FETAEMG
 - Igreja
 - CRESOL
 - BNDS
- 6- Formulações políticas
 - Relação com o governo
 - Relação cidade X Campo
 - Agrotóxicos
 - Mineradora
- 7- Educação do Campo
 - Concepção e projeto
- 8- Em entrevista anterior você menciona uma certa decepção em relação à atuação do STR no momento de implementação da Educação do Campo no município de Miradouro... (descrever mais) sendo assim, o STR cumpriu apenas uma função na burocracia municipal, ou esta luta já estava presente na pauta? **NOSSO OBJETIVO-CONFRONTAR CONCEPÇÕES**
- 9- Na sua opinião, o STR atuou/ atua na perspectiva de Educação do Campo? Como vê a atuação do STR no que se refere ao projeto de Educação do Campo para Miradouro? (atualmente)
- 10- Qual foi a mudança na direção após a sua saída? (partidos, nomes)
- 11- O que o STR tem feito nessa perspectiva do projeto de Educação do Campo? Qual o envolvimento dos sindicatos na luta pela educação do campo?

Entrevista V - Entrevistada: Gilsilene

Nome completo:

Descrição: Quando se tornou vice-prefeita. Qual o mandato. Qual o partido. O que era/fazia antes de se tornar vice-prefeita, o seu envolvimento com a política.

- 1- O que sabe sobre a participação do STR no momento de implementação da Educação do Campo para o município de Miradouro? (antes) NOSSO OBJETIVO
- 2- Como vê a atuação do STR no que se refere ao projeto de Educação do Campo para Miradouro? (atualmente)
- 3- Os trabalhos realizados entre prefeitura e STR dialogam? Se relacionam?
- 4- Quais são os Programas desenvolvidos pela Prefeitura de Miradouro na perspectiva de Educação do Campo?

Falar sobre:

5- Articulações políticas:

- CONTAG
- FETAEMG
- Igreja
- CRESOL
- BNDS

6- Formulações políticas

- Relação com o governo
- Relação cidade X Campo
- Agrotóxicos
- Mineradora

7- Educação do Campo

- Concepção e projeto

8- O que o STR tem feito nessa perspectiva do projeto de Educação do Campo? Qual o envolvimento dos sindicatos na luta pela educação do campo?

APÊNDICE C - FICHAS DOS ENTREVISTADOS

No STR o mandato dos cargos é de quatro anos podendo ficar por mais quatro anos. Os entrevistados ressaltaram que antes o período era de três anos.

Valdeci está como presidente do STR há quatro anos, devendo sair no ano de 2017, caso não seja reeleito, portanto o seu período é de 2013-2017.

Izaias foi presidente no STR no período de 2006-2012, ficando no cargo por dois mandatos, que nessa época ainda eram de três anos. Atualmente ele é o presidente da câmara dos vereadores.

Terezinha possui magistério, posteriormente se graduou em filosofia que a habilitou para lecionar com história, filosofia e sociologia. História no ensino fundamental e as outras disciplinas no ensino médio. Trabalhou durante um tempo na rede estadual. Posteriormente se graduou em direito e hoje atua como advogada. Antes de se tornar secretária, era chefe de gabinete na prefeitura. Atuou como secretária de Educação em Miradouro no período de 2007-2010, nesse período o prefeito era o Wagner. Terezinha apoia o Partido dos Trabalhadores (PT). Ela tem uma trajetória de lutas e participação ativa nos movimentos sociais.

Cabe ressaltar que no período de intensas discussões sobre Educação do Campo a Rosane quem era a secretária de Educação (2005-2007), juntamente com o prefeito Wagner. No entanto, Rosane não cumpriu todo o período, por motivos não esclarecidos, sendo assim Terezinha foi convidada a assumir o cargo.

Terezinha hoje possui o seu escritório de advocacia, assessora seis sindicatos, menos o de Miradouro. De acordo com a entrevistada o motivo de não desempenhar as atividades em Miradouro:

Pelo fato de não ter apoiado a coligação, como o sindicato é ligado ao pessoal do PT, eu fui muito criticada, mas eu falei: não vou. Porque esse grupo que está no poder aí, quando começou a fundar sindicato e tal, nós fomos perseguidos do ponto de vista de encomendar a morte, de ter que mudar, meu irmão foi atacado, apanhou, então eu acho que no campo das ideias você pode me convencer, agora, não me bate não, né? Então eu não posso ir para um lado desses. Eu não vou, nunca, subir num palanque com essa gente, quem quiser subir, suba, mas eu não subo. Então, como eu tomei posição de votar num candidato contra o meu partido, que eu fui filiado ao PT em oitenta e seis, fui vereadora por dois mandatos no partido e tal, depois falar publicamente que não vou votar porque eu não concordo, e não vou votar em quem me bateu, quem me perseguiu quem ameaçou minha vida. Não vou. E não fui, então, criou uma barreira muito grande, sabe? Aí quando foi, aí eu fiquei sem ir nas comunidades, eu assessorava o sindicato, eles falaram que não queria que eu assessorasse o sindicato mais, e tal e meio que até falaram que nem queria que eu fosse lá no sindicato, mas é caminho da minha casa, eu vou assim mesmo e vou e ainda vou para implicar.

No que diz respeito a Gilsilene, ela é vice-prefeita pelo segundo mandato pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O primeiro foi no período de 2009-2012 e o segundo 2013-2016. Trabalhou durante seis anos e meio no sindicato, posteriormente foi assessora parlamentar do

deputado Estadual André Quintão na área do Serviço Social durante um ano e meio, logo depois foi convidada a ser vice-prefeita.

Quando questionada em relação a seu envolvimento com a política:

Desde criança eu sempre participei dos movimentos de comunidade eclesial de base, sempre fui atuante na igreja e, depois de um tempo que eu fiz magistério no ginásio. Eu não tive oportunidade de trabalhar na área e fui trabalhar no comércio local, então, fiquei um pouco presa. Aí quando eu tive a oportunidade de sair do comércio e trabalhar no sindicato dos trabalhadores rurais para mim foi uma vitória, porque eu tinha essa liberdade, eu tinha final de semana livre, eu tinha horário de trabalho definido, eu participava, eu era funcionária, secretária do sindicato, mas eu participava muito além disso, eu participava também das discussões políticas, das reuniões de diretoria do sindicato, das escolinhas, da parte de formação das escolinhas, eu sempre contribui e eu tive oportunidade nesse momento de fazer minha faculdade de Serviço Social. E fazendo Serviço Social também eu não conseguia me desligar da minha raiz, dos movimentos sociais, e o Serviço Social ele trabalha muito nessa área política dos movimentos sociais, nessa questão de participação de movimento de esquerda, então eu me identifiquei muito e eu vi também que assim, como os meus professores que eram ótimos professores e entendiam também o meu lado que eu era a única ali que defendia sindicato. Mesmo na academia eu consegui estar levando para dentro da Universidade essa vivência que eu tive.

Com relação a seu cargo de vice-prefeita:

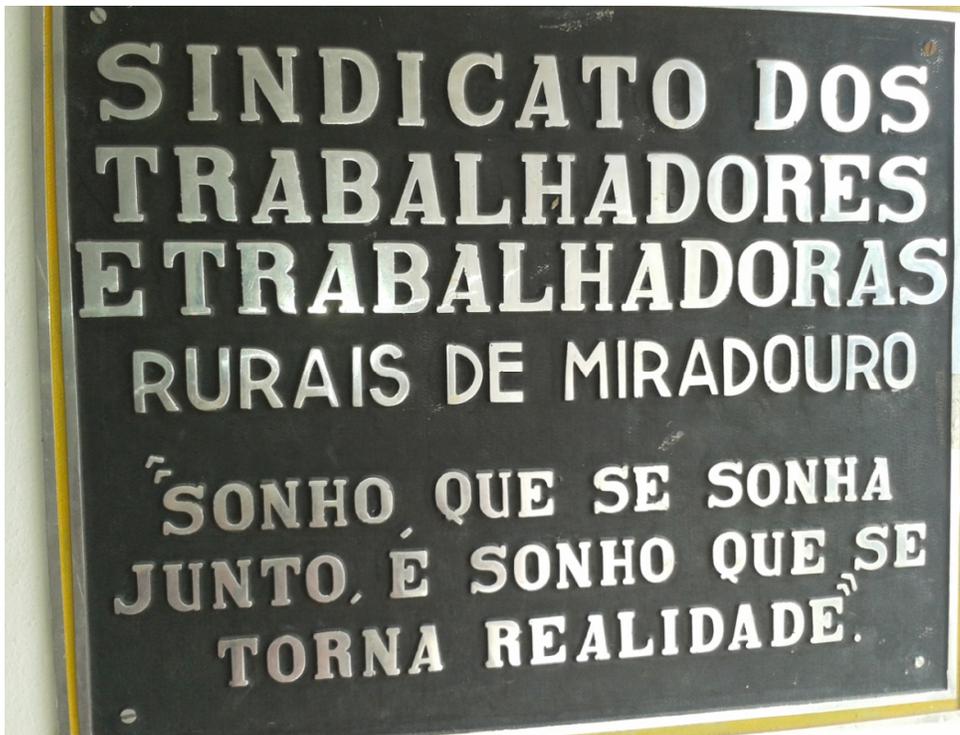
O nome foi aceito pelo nosso grupo o nosso grupo político de apoio e no qual eu estou até hoje. A gente viu... achou conveniente na época que eu fui vice-prefeita no primeiro mandato o prefeito da época, a gente não conseguiu ir até o final da coligação participando da administração, a gente rompeu, com um ano e dez meses de mandato a gente rompeu a aliança, e com esse rompimento a gente conseguiu fazer um movimento de oposição a eles mas trabalhando com essa questão de autonomia e de dar continuidade ao nosso projeto... Eu vim para dentro do sindicato de novo, dei minha contribuição voluntária, participava de tudo, voltei a participar das escolinhas e também fazendo articulação política com outros partidos que não eram o do prefeito. A gente conseguiu então com isso montar uma nova aliança e fazer oposição ao prefeito da época no qual a gente saiu vencedor novamente e a gente está até hoje.

FOTO 1 – Entrada da cidade de Miradouro



Fonte: Própria autora

FOTO 2 – Placa presente na entrada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais



Fonte: Própria autora

FOTO 3 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro



Fonte: Própria autora

ANEXO A – Lei Municipal Nº. 1241/2009**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOURO**

Rua Santa Rita nº 268 - Centro - Miradouro - Minas Gerais
TEL. (0xx32) 3753-1160 - CEP 36908-000

LEI Nº. 1241/2009.**“Institui as Diretrizes Municipais, Normas e Princípios Para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Educação Básica do Campo e da outras Providências”.**

O Prefeito Municipal de Miradouro/MG, faço saber que a Câmara Municipal de Miradouro aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Tendo em vista o disposto na Constituição Federal/ 88, a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB, na Lei nº. 9.424 de 24 de dezembro de 1996 e na Lei nº. 10.172 de 09 de janeiro de 2001 que aprovou o Plano Nacional de Educação. Resolve:

Art.2º. Ficam Instituídas as Diretrizes Operacionais para a Educação no Campo nas Escolas da Rede Pública de Miradouro a serem observadas nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino.

Art. 3º. Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Especial.

Parágrafo Único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva.

Art. 4º. O Poder Público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento do Município cujo paradigma tenha como referências a justiça social, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOURO

Praça Santa Rita nº 200 - Centro - Miradouro - Minas Gerais
TEL. (0xx32) 3753-4100 - CEP 36893-000

solidariedade e o diálogo entre todos, independente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica.

Art. 5º O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

Art. 6º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Parágrafo Único. Para observância do estabelecido neste artigo, as propostas pedagógicas das escolas do campo, elaboradas no âmbito da autonomia dessas instituições, serão desenvolvidas e avaliadas sob a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

Art. 7º É de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade.

§ 1º O ano letivo, observado o disposto nos artigos 24 e 28 da LDB, poderá ser estruturado independente do ano civil.

§ 2º As atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOURO

Praça Santa Rita nº 288 - Centro - Miradouro - Minas Gerais
TEL. (In:32) 3783-1100 - CEP 38993-000

Art. 8º As parcerias estabelecidas visando o desenvolvimento de experiências de escolarização básica e de educação profissional, sem prejuízo de outras exigências que poderão ser acrescidas pelos respectivos sistemas de ensino, observarão:

- I** - articulação entre a proposta pedagógica da instituição e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a respectiva etapa da Educação Básica ou Profissional;
- II** - direcionamento das atividades curriculares e pedagógicas para um projeto de desenvolvimento sustentável;
- III** - avaliação institucional da proposta e de seus impactos sobre a qualidade da vida individual e coletiva;
- IV** - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade do campo.

Art. 9º As demandas provenientes dos movimentos sociais poderão subsidiar os componentes estruturantes das políticas educacionais, respeitado o direito à educação escolar, nos termos da legislação vigente.

Art. 10. O projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no artigo 14 da LDB, garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade.

Art. 11. Os mecanismos de gestão democrática, tendo como perspectiva o exercício do poder nos termos do disposto no parágrafo 1º do artigo 1º da Carta Magna, contribuirão diretamente:

- I** - para a consolidação da autonomia das escolas e o fortalecimento dos conselhos que propugnam por um projeto de desenvolvimento que torne possível à população do campo viver com dignidade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOURO

Praça Santa Fúlia nº 268 - Centro - Miradouro - Minas Gerais
TEL. (0xx32) 3783-1160 - CEP 36893-000

II - para a abordagem solidária e coletiva dos problemas do campo, estimulando a autogestão no processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de ensino.

III - estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, do Município;

Art. 12 A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.

§ 1º Os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas, com deslocamento intracampo dos alunos.

§ 2º Em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental.

Art. 13 Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé, pelos alunos, na menor distância a ser percorrida.

Parágrafo único. Quando se fizer necessária a adoção do transporte escolar, devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência-escola e a garantia de transporte das crianças do campo para o campo.

Art. 14 A oferta de Educação de Jovens e Adultos também deve considerar que os deslocamentos sejam feitos nas menores distâncias possíveis, preservado o princípio intracampo.

Art. 15 A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infra-estruturais adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e esporte, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOURO

Praça Santa Rita nº 208 - Centro - Miradouro - Minas Gerais
TEL. (0xx32) 3763-1160 - CEP 36893-000

§ 1º A organização e o funcionamento das escolas do campo respeitarão as diferenças entre as populações atendidas quanto à sua atividade econômica, seu estilo de vida, sua cultura e suas tradições.

§ 2º A admissão e a formação inicial e continuada dos professores e do pessoal de magistério de apoio ao trabalho docente deverão considerar sempre a formação pedagógica apropriada à Educação do Campo e às oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com os profissionais comprometidos com suas especificidades.

§ 3º O eventual transporte de crianças e jovens portadores de necessidades especiais, em suas próprias comunidades ou quando houver necessidade de deslocamento para a nucleação, deverá adaptar-se às condições desses alunos, conforme leis específicas.

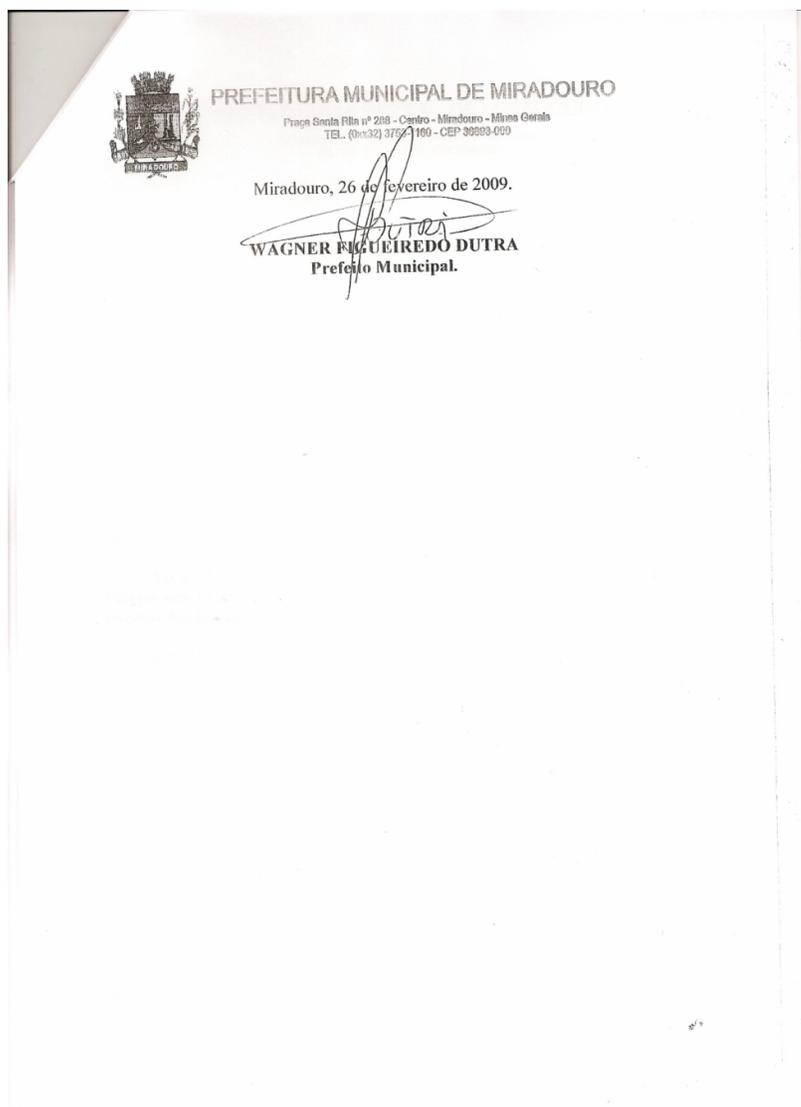
§ 4º Admitindo o princípio de que a responsabilidade pelo transporte escolar de alunos da rede municipal seja dos próprios Municípios e de alunos da rede estadual seja dos próprios Estados, o regime de colaboração entre os entes federados far-se-á em conformidade com a Lei nº. 10.709/2003 e deverá prever que, em determinadas circunstâncias de racionalidade e de economicidade, os veículos pertencentes ou contratados pelos Municípios também transportem alunos da rede estadual e vice-versa.

Art.16 As escolas multiseriadas, para atingirem o padrão de qualidade definido em nível nacional, necessitam de professores com formação pedagógica, inicial e continuada, instalações físicas e equipamentos adequados, materiais didáticos apropriados e supervisão pedagógica permanente.

Art. 17 – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar contratação temporária, pelo período máximo de um ano, com o fim de atender as finalidades do Programa.

Parágrafo Único – A formação para atuar como professor é em conformidade com a lei 9.394/1996 – LDB.

Ar. 18 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação sendo revogada as disposições em contrário.



Fonte: Prefeitura Municipal de Miradouro

ANEXO B - DOCUMENTO ESCRITO PELO STR DE MIRADOURO

(documento copiado e digitado na íntegra)

Com base na conversa com o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro, Izaias Clóvis de Freitas, conhecemos um pouco mais a história da formação desta entidade, que é a representação legal da classe trabalhadora rural.

O sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro, foi fundado na década de 80, tendo como alicerce fundamental as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). Tomando consciência da realidade que enfrentava o meio rural, com o não cumprimento dos direitos trabalhistas, exploração do trabalho por meio dos maiores proprietários, resultando no êxodo rural, ainda a falta de assistência, na saúde, educação, previdência, etc. além da repressão que enfrentavam na cidade por ser “da roça”, viu-se necessário criar uma organização que pudesse defender o direito do grupo de trabalhadores rurais, para atuar no período de dois anos.

No início enfrentaram muitas dificuldades para trabalhar, pois muitos não acreditavam que seria possível concretizar seus objetivos, a desconfiança, havia muita dificuldade de se manter financeiramente, faltavam materiais básicos como caneta, papel e outros. Reconhecendo a necessidade de manter viva a entidade, os trabalhadores passaram a contribuir com o pouco que podiam, com doações e dias de serviços, assim o Sindicato foi crescendo conseguindo comprar a primeira máquina de datilografia e contratar um funcionário para atender os interesses da categoria.

Junto com o desenvolvimento nascia um grande desafio, pois a conscientização do trabalhador dos seus direitos batia de frente com o interesse dos “poderosos”, que revoltados com a possibilidade de perder sua autoridade, começaram a perseguir os membros da organização, o presidente foi agredido, teve sua casa invadida tendo que deixar a cidade sendo ameaçado de morte.

Contudo, o trabalho não parou, foi escolhido um novo presidente, que prosseguiu com os mesmos objetivos, o povo sentiu na pele a necessidade de se organizar e filiar no Sindicato, que fortaleceu e passou a ser respeitado.

Podemos citar alguns trabalhos que são realizados hoje pelo Sindicato: Participação política sobre Previdência Social, acompanhamento nas negociações sobre atendimento e legislação no INSS e também Processos de documentação para requerer aposentadoria por idade, pensão por morte, salário maternidade, auxílio doença, acidente de trabalho; PRONAF, Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar; Emissão do ITR, Declaração de Produtor Rural, Pedido de CCIR no INCRA, Cartão de Produtor Rural; Contratos de Parceria,

Comodato, Arrendamento...; Rescisão de contrato de trabalho; Crédito Fundiário; Emissão de Carteira de Trabalho; Declaração do Isento (CPF); Acompanhamento do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável; Trabalho de formação e informação através da realização da Escolinha Sindical e outros encontros; Participação no projeto de Educação do Campo; Participação no Colegiado e no Conselho Consultivo do Território Serra do Brigadeiro; Acompanhamento do Projeto erradicação aos usos indiscriminados dos agrotóxicos e incentivo às práticas alternativas de saúde; Luta contra a mineração na região; Trabalhos com jovens e mulheres, através de Congressos, Seminários e plenárias; Cursos de Culinária e Artesanato; Formação da Cooperativa de Crédito (CREDTAG); parceria com a Associação dos pequenos produtores rurais e ainda conta com a assistência técnica agrícola do técnico Misael Magalhães, no plantio de café, uva, hortas e granjas comunitárias.

Dentre as conquistas obtidas, o Sindicato evoluiu a nível regional, hoje participa ativamente das organizações, possui representantes no conselho municipal de Saúde; Conselho de assistência social; Conselho de merenda escolar; Conselhos Comunitários, CMDRS e CREDITAG- Cooperativa de Crédito da agricultura familiar. Também possui parcerias com a Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura, EMATER e Banco do Brasil.

O Sindicato se mantém financeiramente apenas com a mensalidade dos sócios e algumas doações, hoje estamos chegando a 3000 mil filiados, desses apenas 10% são jovens.

Apesar disso, o Sindicato conta com seis jovens atuando no Conselho Fiscal, Deliberativo e Diretoria. Sempre está incentivando a Comissão de Jovens, disponibilizando recursos para os trabalhos com a Juventude, e organizando encontros municipais e regionais visando ampliar o conhecimento e a participação deles no movimento sindical, pois reconhece que é indispensável contar com a disposição da juventude e prepará-los para serem os futuros líderes sindicais.

É também fundamental para o Sindicato, trabalhar para que os jovens tenham acesso aos projetos e programas governamentais direcionados à juventude rural afim de que com melhores condições de trabalho permaneçam no campo, contrariando o conceito imposto pela mídia de que qualidade de vida só existe nos grandes centros urbanos, esta ilusão vem acarretando o fluxo de trabalhadores rurais principalmente jovens migrando para a cidade deparando com desemprego, violência, prostituição... O STR de Miradouro como os demais, luta para que os jovens não tenham que sair da zona rural, “é possível viver bem no campo se há condição de produzir e com qualidade de vida”.